

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 25 de Maio de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1120 • Director: Carlos Brito

Problemas do movimento sindical (2)

• Artigo de Domingos Abrantes

Pág. 18

CDU entra em campo

- 1.º Manifesto CDU'95 • Festival da Juventude CDU
- Apresentação de candidatos • Encontros Distritais
- Jornada de esclarecimento nos dias 2, 3, 4 de Junho

Págs. 4, 5, 20 a 23 e 32

Álvaro Cunhal na homenagem a Catarina

INDISPENSÁVEL

NOVA REFORMA AGRÁRIA

Págs. 24 e 25



A transparência e as aparências

• Entrevista com Octávio Teixeira

Pág. 19

PCP interpela Governo sobre direitos dos trabalhadores

Pág. 11



LER

Francisco Melo ao «Avante!»

Em entrevista
por Anabela Fino Centrais



A CDU apresentou o seu manifesto

RESUMO

17
Quarta-feira

O primeiro manifesto da CDU é apresentado na Estufa Fria, em Lisboa ■ Carlos Carvalhas recebe a nova embaixatriz dos EUA em Lisboa ■ O PCP afirma que é «totalmente inadmissível» que Fernando Nogueira não tenha sido ouvido no inquérito parlamentar aos casos OGMA ■ Os recursos hídricos ibéricos são debatidos em Beja, pelo Conselho da Bacia do Guadiana ■ Realiza-se a primeira reunião da Comissão de Transparência ■ O Tribunal Constitucional, por falta de leis e meios, recusa-se a vigiar as contas partidárias ■ O Parlamento Europeu aprova o relatório sobre a reforma do Tratado da União Europeia ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros australiano critica a «presença opressiva» de Jacarta em Timor-Leste ■ A Forpronu declara-se impotente para travar o novo surto de combates entre o Governo bósnio e os sérvios bósnios ■ Jacques Chirac toma posse como presidente da República francês e nomeia Alain Juppé para primeiro-ministro ■ Inicia-se o Festival Cinematográfico de Cannes.

18
Quinta-feira

Carlos Carvalhas desloca-se ao Algarve, onde intervém em vários debates ■ Os Governos português e suíço assinam um acordo que prevê o envio das escórias de alumínio importados da Suíça pela Metalimex para tratamento na Alemanha ■ Portugal assina um acordo bilateral com a Guiné-Bissau de cooperação no domínio da administração interna ■ Inicia-se o IV Congresso dos Advogados, no Funchal ■ Ximenes Belo apela à unidade dos timorenses e realça «a grande importância» do encontro de Salzburgo ■ Os EUA reconhecem uma contínua violação dos direitos fundamentais em Timor ■ Jonas Savimbi garante que a UNITA não retomará a guerra em Angola ■ OS EUA vetam uma resolução da ONU que pedia a Israel que anulasse as medidas de expropriação em Jerusalém-Leste.

19
Sexta-feira

O PCP defende a necessidade de uma nova «reforma agrária» que «dê corpo a uma nova, diversificada e moderna agricultura» ■ Um cargueiro proveniente do Zaire é vistoriado, no porto de Leixões ■ É divulgado que o presidente da Sérvia pode reconhecer, em breve, a Bósnia-Herzegovina, mas não o Governo de Sarajevo ■ Segundo a OMS, o vírus Ebola já fez 89 mortos ■ É inaugurada a Feira do Livro de Lisboa.

20
Sábado

Carlos Carvalhas participa no Festival Nacional da Juventude CDU, em Lisboa, e num piquenique promovido pelas mulheres da CDU, em Vila Franca de Xira ■ Álvaro Cunhal inicia uma visita aos distritos de Évora e Portalegre ■ A Ordem dos Médicos delibera estar ausente da reunião da AMM, que

se irá realizar na Indonésia ■ Silvio Berlusconi é intimado a comparecer no tribunal de Milão, devido a um presumível caso de corrupção ■ Devido à escalada da guerra, a ONU prepara uma redução drástica dos seus efectivos na Bósnia ■ É revelado que o número de mortos, em Carachi, no Paquistão, se eleva a 23 ■ É levantado o bloqueio em torno de Kikwit, a cidade do Zaire afectada pelo vírus Ebola ■ Boris Ieltsin pede ao primeiro-ministro que tome «medidas suplementares» para encontrar uma solução para o conflito na Tchetchénia, numa altura em que as tropas russas redobram os seus ataques àquela república.

21
Domingo

Numa festa-convívio CDU, em Loures, o secretário-geral do PCP propõe a anulação das dívidas na agricultura e a criação de seguros agrícolas e créditos bonificados ■ Álvaro Cunhal participa numa homenagem a Catarina Eufémia, em Balcizão ■ Marques Mendes admite a possibilidade de a barragem de Foz Côa não vir a ser construída ■ Um pequeno bimotor de carga despenha-se ao largo das Berlengas ■ A OLP diz que as conversações de paz com Israel irão continuar, apesar da confiscação de terra árabe na zona oriental de Jerusalém ■ Na Bélgica, a coligação dirigida pelo actual primeiro-ministro ganha as eleições gerais.

22
Segunda-feira

Deputados do PCP deslocam-se ao Porto, onde se encontram com sindicalistas e moradores e realizam visitas a empresas ■ O Presidente da República marca as eleições legislativas para o dia 1 de Outubro ■ Horas depois de um encontro entre Yasser Arafat e Shimon Peres, o Governo de Israel decide suspender a confiscação de terras em Jerusalém oriental ■ O ministro da Energia Atómica russo revela a existência de um novo projecto de cooperação nuclear com o Irão.

23
Terça-Feira

Álvaro Cunhal participa, em Santarém, numa conferência sobre «A Revolução de Abril e os Valores da Democracia» ■ Carlos Carvalhas defende em Braga a institucionalização de um seguro de colheitas ■ O Grupo Parlamentar do PCP promove uma audição pública na Assembleia da República no âmbito da sua interpleção ao Governo sobre os direitos dos trabalhadores ■ A Associação Sindical dos Agentes da PJ critica em conferência de imprensa o Ministério da Justiça e admite recorrer à greve ■ Tribunal Militar condena cinco guardas da GNR com penas de prisão pelo crime de violência desnecessária ■ Pacheco Pereira pede para ser substituído na Comissão de Transparência, num gesto que acentua as suas divergências com a direcção da bancada do PSD ■ Alain Juppé, novo primeiro-ministro francês, afirma na apresentação do seu Programa de Governo a intenção de dar prioridade à batalha pelo emprego ■ Presidência argelina anuncia diálogo com seis partidos da oposição.

Meta: 1 de Outubro

Está já fixada a data das eleições para 1 de Outubro e em consequência o período em que decorrerá a campanha eleitoral propriamente dita, o que acontecerá entre 17 e 29 de Setembro.

Entretanto, vai desenrolar-se, já está em curso, uma intensa, áspera e prolongada pré-campanha que reveste uma extraordinária importância, não menor do que a da campanha, para o trabalho de informação, esclarecimento e mobilização dos eleitores.

Para já, há que assinalar que a CDU entrou em campo e arrancou para esta corrida, de mais de quatro meses, com grande vigor, alegria e confiança, o que é um excelente prenúncio para, como convém ao nosso povo e ao nosso país, chegar numa boa posição à meta, em 1 de Outubro.

Numa corrida tão prolongada, o êxito vai depender em grande medida da equilibrada programação das acções e iniciativas, da justa definição das prioridades e da boa gestão das energias para se manter até ao fim, e se possível em crescendo, no alto nível alcançado no arranque.

Do lado do PCP, tinha-se realizado um prévio trabalho de preparação das estruturas e de unificação das ideias e linhas de força partidárias para a presente batalha eleitoral, que culminou no Encontro Nacional, de 6 de Maio, e que constituiu sem dúvida um incentivo importante à iniciativa da coligação.

A bandeira da CDU foi já, entretanto, desfraldada num conjunto significativo de realizações, como a apresentação do 1º Manifesto CDU-1995 num amplo jantar de confraternização, o Festival da Juventude CDU, iniciativas de apresentação de candidatos e os primeiros encontros distritais da coligação.

Nos próximos dias, esta linha de acção vai prosseguir com a realização dos mais importantes encontros distritais e com as jornadas de esclarecimento de 2, 3 e 4 de Junho, em que se pretende contactar mais de um milhão de eleitores.

Esta intensa actividade da CDU é norteada por dois grandes objectivos que intimamente se interligam: por um, reforçar as estruturas distritais e unificar e aprofundar os objectivos em cada distrito dentro da linha nacional comum já definida; e, por outro, arrancar para o contacto directo e o diálogo com o povo em torno das propostas e da principal mensagem da coligação que é a de que o voto na CDU é o voto útil para uma verdadeira alternativa à direita no governo e na política do país.

Bastaram estes primeiros passos para que a CDU surja como um projecto perfeitamente diferenciado das outras forças concorrentes às eleições.

A CDU constitui um projecto político diferenciado de todas as demais forças concorrentes, tanto pela sua natureza e compromissos sociais e de classe que assume e representa, como pela política que preconiza para o país e ainda pelo estilo e características da pré-campanha e campanha eleitorais que se propõe realizar.

Em relação à natureza, é o próprio 1º Manifesto CDU-1995 (cujo texto integral publicamos na presente edição do «Avante!») que apresenta a coligação como «a única força concorrente às eleições que representa um grande espaço simultaneamente plural, unitá-

Para já, há que assinalar que a CDU entrou em campo e arrancou para esta corrida de mais de quatro meses com grande vigor, alegria e confiança, o que é um excelente prenúncio para, como convém ao nosso povo e ao nosso país, chegar numa boa posição à meta, em 1 de Outubro.

rio e de esquerda». Especifica-se mesmo a propósito deste último traço: «o combate à avarice do grande capital» e «à concentração da riqueza» e a defesa constante dos «interesses dos trabalhadores e de todas as classes e camadas menos favorecidas».

Em relação à política, é também o Manifesto que esclarece que «a CDU luta por uma política de aberta ruptura com as concepções, os valores e as orientações da política de direita que têm sido seguidos pelos governos do PSD (...) e que vemos serem retomados pelo PS, em aspectos essenciais».

Quanto ao estilo da campanha, é ainda o Manifesto que aponta para «uma diferença de marca» baseada «na militância dos activistas da CDU e na sua capacidade de dialogar com o povo a que realmente pertencem».

Como bem salientou Carlos Carvalhas no acto de apresentação do Manifesto: «É tempo de acabar com a mistificação de que todos os partidos são iguais.»

Por isso mesmo, a CDU tem que marcar a diferença antes de tudo pela sua afirmação, mas também através da desmistificação da demagogia e das manobras com que outras forças políticas tentam mais uma vez condicionar e enganar o eleitorado.

É o caso em especial das cambalhotas de Fernando Nogueira que já chegou a falar dos «erros dos governos do prof. Cavaco Silva» (de que ele sempre fez parte afinal...) para tentar furtar o PSD ao severo julgamento popular pela política e a acção governativa realizada pelo mesmo PSD ao longo dos últimos dez anos.

Entretanto, o mesmo PSD que quer aparentar ser oposição serve-se descaradamente da posição privilegiada de ser governo para instrumentalizar a máquina e os recursos do Estado ao serviço dos seus objectivos eleitoralistas, nomeadamente com a manipulação da comunicação social, as inaugurações para eleitor ver e o estrondoso escândalo das nomeações de gente da sua confiança para postos-chave na administração e em empresas públicas, para acautelar os efeitos de uma previsível derrota.

Combatendo e desvendando manobras e demagogia, é preciso ir direito ao que é essencial: as culpas sem remissão que cabem ao PSD na grave crise que o país atravessa.

Da mesma forma, no que toca ao PS, é preciso mostrar que por detrás das «promessas» e das «soluções para tudo o que é problema» que o seu líder, qual prestidigitador, anda a apresentar pelo país, está a sua cumplicidade com o PSD em aspectos essenciais da política que este desenvolveu no Governo e que as tais «soluções», se bem apreciadas, não diferem substancialmente das que Cavaco Silva usou com os resultados que estão à vista.

Da mesma forma ainda, no que toca ao CDS-PP, é preciso mostrar, também, que por trás do palavroso populismo está uma fundamental cumplicidade com a acção governativa do PSD e, no que toca ao futuro, uma ainda maior avarice de concentração monopolista e agravamento da exploração dos trabalhadores.

Assim, tanto pela afirmação da sua proposta de uma nova política para Portugal, baseada em opções e valores de esquerda, como pelo esclarecimento, desmistificação e desmascaramento das políticas seguidas e propostas pelos seus principais adversários nas eleições, se prova que a alternativa está com a CDU e que é a sua votação que a viabilizará ou não na política e no governo do nosso país.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sôcio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sôcio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Cajá Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Li, 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50
ESPAÑA	50 números: 13 300\$00
EUROPA	50 números: 24 750\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	50 números: 26 650\$00
EXTRA-EUROPA	50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

“Olha para o país, Cavaco!”

É este desabafo popular que puxámos para título que apetece atirar ao ler-se o prefácio que Cavaco Silva preparou para o seu anunciado livro sobre aquilo a que chama «as reformas da década».

E, no entanto, o texto que o «DN» inseriu na edição de domingo passado talvez ajude explicar muita coisa.

É que Cavaco vive ou finge viver uma realidade perfeitamente virtual quando a propósito da incidência das suas «13 (!) reformas» fala de «aumento da competitividade», «do potencial de crescimento económico» e «da melhoria do bem-estar das populações».

Isto é tanto mais assombroso quanto os indicadores económicos e sociais mais importantes, a vida do nosso povo e a experiência de cada um de nós põem em tão flagrante evidência a grave crise que o país atravessa e a urgência de uma mudança de rumo no sentido de uma nova política.

É curioso como Cavaco não hesita em enfatizar os casos «da liberalização e flexibilização dos mercados financeiro, do trabalho e da habitação, do reforço do sector privado da economia, da modernização do sistema fiscal, da

adesão do escudo ao Sistema Monetário Europeu, do novo sistema remuneratório da função pública ou das reformas da segurança social e do sistema educativo».

Ao lê-lo, acodem-nos ao espírito, como imagens representativas destas apelidadas «reformas»: a brutal concentração bancária, considerada das maiores nos países da União Europeia, onde apenas três grupos dominam 80% do comércio bancário e, em consequência, uma parte considerável da economia; o quase meio milhão de desempregados, o trabalho precário, a mancha crescente dos excluídos, as condições miseráveis de habitação em que continuam a viver centenas de milhares de famílias apesar do esforço das autarquias; a evasão e a injustiça fiscais em proporções nunca vistas; os vergonhosos escândalos das privatizações; o estrangulamento da economia nacional com a entrada do escudo no SME; os «disponíveis» da função pública; as dívidas à segurança social, em especial do Estado, a ameaçar a ruptura do sistema; o caos do ensino.

É ainda mais: o afundamento da agricultura, o definhamento das pescas, a regressão da indústria, a maior dependência do estrangeiro -

a tal realidade que Cavaco não é capaz de ver, mas que faz parte do seu legado de 10 anos de governação.

Quem é que vai acreditar que as chamadas «reformas» provadamente retrógradas e de retrocesso são «a modernização» e «o progresso» e os que se bateram e batem contra elas são «conservadores» e «forças do bloqueio», como Cavaco repete à maneira de um autómato?

Isso pegou antes de se conhecerem os resultados. Agora!!

Essa é a questão: Cavaco delinhou o assalto à Presidência da República com o «tabu», a renúncia, o congresso, o distanciamento do partido, as inaugurações, o livrinho das reformas, etc., tudo muito bem preparado. Mas esqueceu-se das desastrosas consequências da sua política, do descontentamento popular, do poder mobilizador da proposta de uma nova política, ao mesmo tempo que alastra a barafunda, a desconfiança e a divisão no seu próprio partido.

Esqueceu-se da realidade, do país. Talvez se arrependa...

■ Carlos Brito

António só

«Tem um discurso de plástico»; «Fala de tudo com a superficialidade suficiente para se perceber que não sabe de nada»; «O seu discurso soa a falso»; «Não convence»: estas e outras semelhantes observações sobre António Guterres ouvem-se e lêem-se todos os dias.

Talvez por isso resolveu a sua «equipa de marketing» organizar uma acção visando alterar esta imagem negativa. Daí a caravana que — segundo o respeitável Público e pela pena do fogoso Jerónimo Pimentel — em «25 dias de peregrinação pelo país», se propõe «dar voz ao país real», «estimular a participação cívica dos cidadãos», «manter um corredor aberto de troca de informação com o país»; «proceder a uma série de voos rasantes sobre problemas regionais». Dizer que tão elaborados e modernos objectivos não passam de ridículo blá-blá-blá é coisa desnecessária, tanto mais que, continuando a ler o prestimoso Público e o eufórico Pimentel, ficamos a saber que o objectivo essencial da dita caravana é, afinal, o de, em «25 dias de tempo de antena garantido», «mostrar o António ao País». O António: não o António Guterres, não o Engenheiro Guterres, não o Secretário-Geral do PS, mas o António: sem Guterres; sem mais nada: António só.

Estou em crer que este «António», só e assim atirado para o país, amputado do «Guterres» que é hábito estar-lhe apenso, dando título grande a um texto que antevê com minucioso rigor, o percurso e o êxito da caravana — este «António», repito, há-de ter sido a forma encontrada para tentar esconder, apagar a má imagem do «Guterres» e criar uma imagem nova, positiva, moderna... do «António».

Ou seja: Guterres não convence? Passa a chamar-se António só e pode ser que passe. Quanto ao percurso de António, o que mais há a destacar é o caminho, o desvelo, o enlevo com que o inestimável Público dele se ocupa; a ternura com que relata o início do périplo no

Fundão («o retorno às origens»); o embevecimento com que relata a transparência de António pedindo aos seus conterrâneos que «se alguma vez o vissem deslumbrado com o poder lho dissessem» (já agora e a propósito: eu, que não sou conterrâneo de António, estive no Fundão aqui há uns dois ou três meses e ouvi, da boca de conterrâneos dele, a seguinte história: quando António se desloca ao Fundão para presidir às reuniões da Assembleia Municipal usa utilizar uma rua de sentido proibido — com o respectivo sinal bem visível — de forma a deixar o carro mais próximo do edifício e assim não ter de percorrer a pé para aí uma centena de metros. É uma história simples, como se vê, mas talvez contenha matéria para uma reflexozinha sobre o uso do poder).

Entretanto, a caravana prossegue a sua triunfal, entusiástica e folclórica caminhada. A comunicação social e o Público em particular seguem-na a par e passo.

António, como Guterres, fala de tudo com aquela superficialidade característica de quem não sabe de nada. O Público aplaude. António repete o discurso de plástico de Guterres. Pimentel aplaude. O discurso de António soa a falso talqualmente o de Guterres. O Público aplaude. António só ainda menos convincente do que Guterres. Mas o Público e Pimentel aplaudem.

De todo este Carnaval fora do tempo, duas coisas me surpreendem acima de tudo: a comovedora frontalidade com que o Público se assume como órgão oficioso do PS fingindo não o ser e a enternecedora singeleza com que o diligente Pimentel finge não ser apoiante do PS sendo-o frontalmente.

■ José Casanova

O centro do mundo

A moda dos títulos dos livros de Erle Stanley Gardner, a estória podia chamar-se de «O estranho caso da visita da Embaixadora».

Começou com uma notícia do «Público» sobre a deslocação da Embaixadora dos EUA à Soeiro Pereira Gomes e o seu encontro com o Secretário-geral do PCP onde se podia ler que «o principal ponto da conversa» tinha sido, nem mais nem menos, «a possibilidade de um entendimento post-eleitoral entre o PCP e o PS e quais as condições exigidas pelos comunistas portugueses para viabilizarem um governo minoritário dos socialistas, depois de Outubro».

Se este era o teor essencial do texto da notícia, significativamente já o respectivo título era «Estados Unidos avaliam governo PS» e a meia manchete que o «Público» generosamente dedicava ao assunto já rezava «Os EUA, o PCP e o apoio a Guterres», o que constitui, como toda a gente percebe, uma excelsa manifestação de objectividade e de inocência política.

A seguir veio o «Expresso» que, invocando que nenhuma das partes tinha desmentido a notícia do «Público», publicava em manche-

te uma indignada reacção de «um alto responsável social-democrata» contra uma suposta ingerência da Embaixadora na vida política nacional. A este respeito, só é pena que haja quem não perceba que desmentir uma especulação saída apenas no «Público» é uma coisa absolutamente penosa e inútil porque as regras daquela casa conduzem sempre a que mesmo desmentidos sobre importantes matérias políticas sejam publicados oito dias depois e na rubrica das «cartas ao director». E também é pena que tão poucos emitam um juízo moral sobre o facto de, com vinte anos de democracia, tantos continuarem a preferir falar na sombra do anonimato em vez de assumir de cara descoberta a responsabilidade do que afirmam.

Depois o folhetim chegava ao «Flashback» da SIC — um daqueles programas televisivos para morcegos ou portugueses com insónias — com Nogueira de Brito a considerar a visita da Embaixadora «inopertuna» e «indiscreta», com Pacheco Pereira a repisar farfalhadamente a tecla da «ingerência» e com ambos muito convenientemente esquecidos de que a Embaixado-

ra norte-americana já tinha declarado que a visita ao PCP tinha uma natureza idêntica a outras que já tinha efectuado ao PSD, ao PS e ao CDS.

Em suma, vendo bem as coisas, tanto barulho ao lado do essencial apenas porque houve uma data de gente que ou é destituída de espírito crítico face aos chamados jomais «de referência» ou julga os outros susceptíveis de consentirem as ingerências que eles próprios talvez aceitem.

Uma data de gente que não percebeu que, na origem da notícia do «Público», estava apenas e só o facto de, para este jornal, o Eng. António Guterres e o PS serem o centro do mundo e, portanto, ser preciso falar deles a propósito de tudo e de nada e pôr toda a gente, da Embaixadora dos EUA até ao PCP, a girar à volta deles e envolvidos num «apoio ao PS» que, por mais que tal ideia e tal expressão sejam vigorosamente rejeitadas nas afirmações dos dirigentes do PCP, sempre acaba por ser ressuscitada, como se viu com os títulos aplicados, no passado domingo, pelo «DN» à entrevista com Carlos Carvalhas.

■ Vítor Dias

ISRAEL e EUA

A lei do mais forte

O conflito no Médio Oriente que opõe os povos árabes e em particular o povo palestino ao agressor e ocupante israelita que se arrasta há mais de um quarto de século, é uma das situações políticas que melhor ajudam a compreender a natureza da política da Administração dos EUA.

A luta dos povos e dos países árabes pela recuperação dos territórios árabes ocupados, para além de justa e legítima, está apoiada em resoluções da ONU que determinam a retirada de Israel desses territórios e reconhecem ao povo palestino os seus direitos nacionais.

Contra estas resoluções desenvolve-se a política de Israel apoiada sistematicamente pelos EUA, país situado a milhares de quilómetros do Médio Oriente, região incluída na zona vital dos EUA por ser lá onde se concentram as maiores reservas energéticas do mundo.

A decisão do governo norte-americano de mudar a sua embaixada de Tel Aviv para Jerusalém (ocupada a parte Oriental por Israel depois de 1967), ao mesmo tempo que Ariel Sharon ex-ministro da Defesa de Israel, comprava um verdadeiro bunker em Jerusalém Oriental, aponta para a ideia de que os EUA estarão decididos a apoiar a política de Israel de fazer de Jerusalém capital do país.

Encorajado pela política dos EUA e aproveitando o novo clima político, após a vitória republicana, o governo de Israel decidiu expropriar novas terras a cidadãos árabes de Jerusalém para construir novos colonatos e um posto de polícia o que viola frontalmente os princípios do direito internacional.

O veto dos EUA no Conselho de Segurança, impedindo este importante órgão da ONU de condenar esta decisão do governo de Israel, é bem revelador da política externa dos EUA. Com os republicanos ou com os democratas na presidência, a política dos EUA em relação ao Médio Oriente orienta-se substancialmente pelos mesmos princípios: apoio claro ao governo de Israel e à sua política expansionista. Ao fazê-lo mostra ao mundo a sua duplicidade. Confirma a sua linha de conduta de apoio a governos que violam sistemática e permanentemente o direito internacional como Israel, Indonésia e Marrocos, entre outros. Clinton e a sua Administração prosseguem a política de sempre dos EUA; a defesa dos seus interesses onde quer que seja.

Não fossem os deputados do Partido Comunista de Israel e o Partido Democrático Árabe confrontarem o governo israelita com uma moção de censura que levaria à sua queda e as expropriações seriam efectuadas com o protesto generalizado árabe, mas com o apoio dos EUA.

No Paquistão, milhões de crianças escravas cosem à mão as bolas que, de quarta a quarta, sábado a sábado, domingo a domingo, enchem os olhos de todo o mundo nos estádios de futebol. São 7,5 milhões, segundo a Frente de Libertação do Trabalho Forçado (in Público de 19.5.95). Ganham por mês noventa escudos. Algumas dessas crianças que cosem as bolas do Milão, do Benfica, do Porto e do Ajax, do Roberto Baggio, do Stoichkov, do Domingos ou do Paulo Sousa têm apenas seis anos de idade.

No Paquistão, aliado dos mais firmes dos EUA, a vida das crianças vale o que vale. Vale pouco para os governantes paquistaneses. E vale muito para os lucros fabulosos que as grandes multinacionais do desporto sacam na economia livre de mercado.

Há factos e acontecimentos que não são a grande notícia por se passarem em países onde tais notícias não são notícia, porque se fossem notícia, certas outras campanhas não se poderiam realizar. É por isso que a bomba atómica do Paquistão ou de Israel não é notícia, e daí não ser um objecto de campanhas dos EUA e da Agência Internacional de Energia Atómica. Mas não é também uma mortífera bomba atómica lançada contra o povo paquistanês obrigar crianças de seis anos a trabalhar por noventa escudos ao mês?

■ Domingos Lopes

Viana do Castelo apresenta candidatos

A CDU continua imparável. Hoje damos nota da apresentação da lista de candidatos ao Distrito de Viana do Castelo e do Encontro Concelhio de Sesimbra, iniciativas realizadas no passado sábado.

O Hotel Santa Luzia foi o local escolhido pela CDU, no passado sábado, para apresentar a sua candidatura pelo Distrito de Viana do Castelo às eleições legislativas deste ano. **Honório Novo**, cabeça de lista por este Distrito, fez a apresentação afirmando que «desta lista farão parte membros do Partido Comunista Português, do Partido Ecologista Os Verdes, independentes sem qualquer filiação partidária, traduzindo, também em Viana do Castelo, uma prática política da CDU de sistemática e permanente abertura e diálogo.»

Os nomes da lista CDU por Viana do Castelo, já avançados no passado sábado, são, por ordem alfabética:

– **Alberto Midões**, 39 anos, médico cirurgião no Hospital Distrital de Viana do Castelo, membro da Assembleia Municipal deste Concelho.

– **António Silva**, 55 anos, inspetor do ensino básico, Vereador da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

– **Augusto Ranha**, 46 anos, professor, Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária de Monserrate.

– **Carlos Carmo**, 39 anos, Chefe de Serviço de Produção dos Estaleiros Navais, onde foi delegado sindical e membro da Comissão de Trabalhadores.

– **Fernando Silva**, 43 anos, trabalhador dos Estaleiros Navais, coordenador da União dos Sindicatos de Viana do Castelo e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN.

– **Manuel Lopes Afonso**, 54 anos, professor na Escola C+S de Caminha.

– **Virgínia Barbosa**, 36 anos, advogada, Vice-Presidente do Aero Clube de Cerval e Subdirectora do Jornal de Notícias de Valença, tendo sido Assessora Autárquica da Câmara desse Concelho.

Honório Novo, que é actualmente deputado do PCP ao Parlamento Europeu, esclareceu que, se for eleito para a Assembleia da República, renunciará ao mandato no Parlamento Europeu para ocupar, de imediato, o lugar de Deputado do Distrito de Viana do Castelo na Assembleia da República.

«Foi, e é, esta a única condição que me impus e coloquei a todos os que se lembraram de mim para encabeçar esta lista da CDU», afirmou, acrescentando:

«É este o primeiro compromisso que assumo desde já com toda a população do Distrito, a qual poderia vir a questionar-se sobre a minha eventual permanência em Bruxelas e consequente substituição na Assembleia da República. Podem estar todos certos de que se votarem na CDU em Outubro e contribuirão para a minha eleição, assumirei o encargo de dar voz aos problemas, aspirações e necessidades da população do Alto Minho na Assembleia da República.»

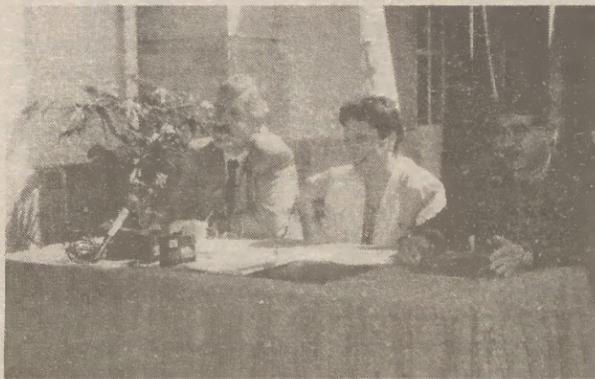
Encontro Concelhio em Sesimbra

Também no sábado passado, se realizou, no Hotel Mar, o Encontro Concelhio de Sesimbra da CDU onde esteve presente **Luís Sá**, membro da Comissão Política do CC do PCP.

O Encontro debateu a actual situação social, económica e política, tendo confirmado «a existência de graves carências a nível nacional, regional e local, resultado da política centralizadora e de classe do governo PSD, atingindo praticamente todas as camadas sociais, em especial os trabalhadores, os idosos e os jovens».

O Encontro considerou, por isso, estarem criadas condições objectivas para que nas próximas Eleições Legislativas seja interrompida esta política – «o que já podia ter acontecido se o governo tivesse sido demitido e marcadas eleições antecipadas – com a derrota da direita (PSD/CDS-PP), criando-se assim uma alternativa à actual política».

O Encontro considerou também que «o PS não é a alternativa ao PSD e à sua política. Este partido, pelo seu passado, mas também pela sua postura actual, não difere quase nada daquilo que o PSD defende e pratica», acusou a CDU em Sesimbra, acrescentando:



Honório Novo (à esquerda), cabeça de lista da CDU por Viana do Castelo, Branca de Carvalho, do Conselho Nacional do PCP, e Augusto Ranha, membro do Conselho Nacional de Os Verdes

«O PS só faria uma política de esquerda se confrontado com o indispensável apoio da CDU, resultado de uma grande votação e reforço da CDU, que se impõe nas próximas Eleições.»

«Para que tal aconteça é necessário, é indispensável, que os trabalhadores e o povo não se deixem iludir pelo chamado «voto útil no PS para derrotar o PSD».

«O único voto útil contra o PSD é o voto na CDU!»

O Encontro de Sesimbra da CDU apresentou também as suas propostas para o Programa Eleitoral, centradas em quatro pontos:

– Uma política de desenvolvimento integrado para o Distrito de Setúbal.

– Dinamização da actividade turística.

– Melhoria do ambiente e da qualidade de vida.

Rectificação

Por lapso, no número da semana passada, «trocámos» os nomes na apresentação de candidatos da CDU em Setúbal. Obviamente, **José Manuel Maia**, membro do CC e da DORS do PCP e vice-presidente da Assembleia da República, apresentou **Octávio Teixeira**, presidente do Grupo Parlamentar do PCP e cabeça de lista da CDU pelo Distrito de Setúbal (como, de resto, já fora anunciado no «Avante!»), e não o contrário, como a impertinente gralha da semana passada afirmava.

Aos visados e aos leitores, os nossos pedidos de desculpa.

Encontros Distritais por todo o País

Prosseguem em força e por todo o País os Encontros Distritais da CDU, apresentando listas, candidatos e programas com vista às próximas eleições legislativas, a realizar em Outubro próximo.

• 13 Maio (sábado)	Coimbra	C. Carvalhas
• 20 Maio (sábado)	C. Branco	H. Sousa
• 26 Maio (noite/6.ª feira)	Lisboa	C. Carvalhas
• 27 Maio (sábado)	Setúbal	C. Carvalhas
• 27 Maio (sábado)	Santarém	Luís Sá
• 27 Maio (sábado)	Aveiro	S. Teixeira (Salão Cultural em Aveiro, 15 horas)
• 3 Junho (sábado)	Évora	Domingos Abrantes (Teatro Garcia de Resende)
• 3 Junho (sábado)	Viseu	João Amaral
• 4 Junho (domingo/manhã)	Portalegre	Henrique de Sousa
• 9 Junho (6.ª feira)	Porto	Carlos Carvalhas (Hotel Tuela)
• 10/11 Junho	Vila Real	
• 10 Junho (sábado)	Braga	Carlos Carvalhas (Instituto da Juventude – Rua Santa Margarida)
• 10 Junho (sábado)	Beja	Vitor Dias (Centro de Cultura)
• 11 Junho (domingo)	Bragança	Henrique de Sousa
• 17 Junho (sábado – às 15 horas)	Faro	José Casanova (Instituto da Juventude)
• 17 Junho (domingo)	Viana do Castelo	
• 29 Julho (sábado)	Madeira	

Efectivos e suplentes pelo Distrito de Castelo Branco

Realizou-se, no passado sábado, dia 20 de Maio, na cidade de Castelo Branco, o Encontro Distrital da CDU onde foi anunciada a lista candidata às eleições legislativas pelo Círculo Eleitoral de Castelo Branco.

O arquitecto Joaquim Bonifácio, membro do Conselho Nacional do Partido Ecologista os Verdes, presidiu ao Encontro tendo feito a apresentação da lista de candidatos. Seguiram-se intervenções de Luís Lourenço, Armando Morais, Luís Garra, Rafael Fortes, Joaquim Barata, Jorge Amorim, Jorge Gomes, José Nunes, tendo feito a intervenção de encerramento do Encontro, Henrique de Sousa, membro do Secretariado do CC do PCP.

O Professor Doutor Luís Lourenço, cabeça de lista da CDU pelo Distrito de Castelo Branco, após denunciar tanto a política desastrosa do PSD como a falta de perspectiva do PS em lutar por uma política alternativa à de direita, afirmou:

«A lista de candidatos que hoje aqui é apresentada constitui uma das garantias para dar a volta a isto, para dar a volta a esta velha política. Neste Distrito, a CDU tem os homens e as mulheres capazes de assumirem a defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações deste Distrito, de levantar bem alto na Assembleia da República os problemas e os interesses desta região tão carenciada; mas que ao mesmo tempo têm força de projecto, de construção e de Governo.»

É a seguinte, a lista de candidatos da CDU pelo Distrito de Castelo Branco:

EFFECTIVOS

1. **Luís António Nunes Lourenço**, 41 anos, Professor Universitário, natural de Cumeada/Sertã, residente em Covilhã.

2. **Maria Delfina Dias Brás**, 43 anos, funcionária sindical, natural de S. Jorge da Beira/Covilhã, residente em Castelo Branco.

3. **Manuel José Marques Valentim**, 42 anos, operário têxtil, natural da Boidobra/Covilhã, residente em Tortosendo.

4. **Joaquim Reis Nunes**, 46 anos, médico, natural de Casteleiro/Sabugal, residente em Fundão.

5. **Carlos Alberto Duarte Afonso**, 39 anos, funcionário público, natural e residente em Belmonte.

SUPLENTES

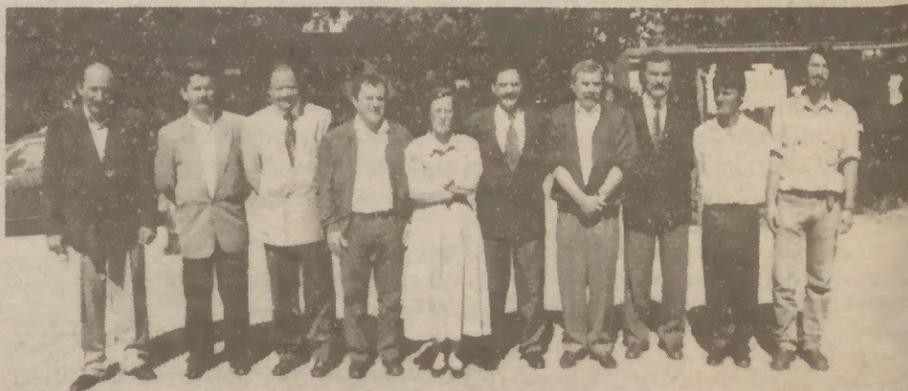
1. **Vladimiro Alberto Alves Vale**, 21 anos, estudante, natural e residente em Castelo Branco

2. **Victor Manuel Reis Silva**, 38 anos, professor de Educação Física, natural e residente em Paul/Covilhã.

3. **João Luís Rijo Abrantes**, 36 anos, operário da construção civil, natural e residente em Idanha-a-Nova.

4. **Francisco Ribeiro Delgado**, 47 anos, operário químico, natural de Sobreira Formosa/Proença-a-Nova.

5. **Aurélio Mendes Bolete Sobreira**, 51 anos, desenhador, natural e residente em Vila Velha de Ródão.



Os candidatos efectivos e suplentes da CDU pelo Círculo de Castelo Branco tiveram apresentação pública no passado sábado



Encontro Concelhio de Sesimbra, com Luís Sá



Em Loures e V. Franca de Xira Carlos Carvalhas em convívios CDU

No passado fim-de-semana, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, participou em duas concorridas e animadas iniciativas, para além da sua intervenção no Festival Nacional da Juventude CDU (que destacamos noutra local).

Assim, no sábado, esteve num Piquenique CDU promovido pelas Mulheres da CDU do Distrito de Lisboa e realizado na Quinta do Marquês de Subsera, em Vila Franca de Xira

(na foto), uma iniciativa muito animada e que mobilizou muita gente. Além de Carlos Carvalhas, estiveram presentes outros dirigentes do PCP, Os Verdes e ID.

O mesmo aconteceu no domingo, em Loures, onde o Secretário-Geral do PCP participou num Convívio CDU realizado no Parque Municipal de Montachique, com espectáculo animado por Luísa Basto.

Apresentadas no Encontro de Bruxelas Propostas da CDU para a Emigração

Por falta de espaço, não nos foi possível dar nota, no número da semana passada, da Resolução do Encontro da CDU na Emigração/Europa, realizado em Bruxelas, onde se fez a apresentação da lista de candidatos CDU por este círculo.

Transcrevemos um dos pontos mais significativos dessa Resolução, precisamente o que apresenta as propostas da CDU para uma nova política de Emigração.

O Encontro da CDU na Emigração/Europa propõe 5 grandes áreas de actuação para uma nova política de Emigração:

1 — Garantir o ensino da língua e cultura portuguesa aos filhos dos emigrantes (conforme prevê o artº 74º da Constituição da República Portuguesa). Estabelecer o princípio de equivalência automática de diplomas, e rever o valor das taxas que lhes são aplicadas. Apoiar as iniciativas de divulgação da cultura portuguesa promovida pelas comunidades portuguesas. Estabelecer o diálogo com o sindicato dos professores no estrangeiro com vista à dignificação da profissão e melhoria da qualidade do ensino.

2 — Adaptar a estrutura consular às novas realidades da emigração, nomeadamente, as decorrentes da entrada em vigor do Tratado de Maas-

tricht: reestruturação da rede consular e revisão do Regulamento Consular que data de 1920; efectiva modernização e informatização dos serviços de apoio social e jurídico nos consulados; abertura de negociações com o sindicato dos trabalhadores consulares, sobre o seu estatuto profissional, com vista à dignificação da função e melhoria dos serviços.

3 — Combater eficazmente

as redes de contratação de mão-de-obra em condições de extrema precariedade e exigir a aplicação de directivas comunitárias que regulamentem o destacamento de trabalhadores no espaço europeu, salvaguardando a igualdade de tratamento.

4 — Estimular a criação dos órgãos representativos dos portugueses residentes no estrangeiro, tendo em conta o Projecto de Lei apresentado pelo PCP na Assembleia da República, que prevê a revogação automática do actual Decreto-Lei 101/90.

5 — Desenvolver o diálogo com os vários sectores que compõem hoje as comunidades portuguesas; promover rapidamente um debate nacional sobre a Emigração, a sua situação e os seus problemas.



Grande Jornada Nacional da CDU nos dias

2, 3 e 4 de Junho

Juntos para dar a volta a isto!

Uma grande jornada nacional de esclarecimento da CDU está marcada para os dias 2, 3 e 4 de Junho. A sua realização deverá dar um forte e mobilizador sinal público do arranque de uma campanha da CDU caracterizada pelo diálogo vivo e pelo contacto directo com os portugueses e sustentada no activismo de base e na responsabilização e na iniciativa dos militantes do Partido e apoiantes da CDU nos locais de residência, nas escolas, nas empresas e outros locais de trabalho.

A realização desta jornada será centralmente apoiada pela produção de um folheto, que constituirá o suporte principal do contacto na jornada, de um pendão, de uma cassette audio e de cartazes para utilização nos painéis de grande formato que estão em processo de fabrico e instalação.

Vamos dar a volta a isto!

CDU
A Esquerda necessária

PCP-PEV



Importa por isso que, em cada organização do Partido, se proceda à adequada preparação desta Jornada, designadamente estimulando a participação de dirigentes do Partido, candidatos, deputados, eleitos autárquicos, sindicalistas e outros apoiantes da CDU a par da indispensável dinamização da participação de militantes e activistas das organizações de base, e planificando e organizando acções viradas para o exterior (porta-a-porta em freguesias e bairros; visitas e contactos com empresas; bancas e distribuições em zonas de grande movimento e circulação de pessoas; pequenas caravanas para contacto com a população e distribuição do folheto; iniciativas de esclarecimento e debate).

isto não pode Continuar!

DESEMPREGO SEMPRE A CRESCER	AGRICULTURA NA AGONIA DESESPERO DOS AGRICULTORES	PORTUGAL MAIS DEPENDENTE
DESPEDIMENTOS EM MASSA CRISE NA INDUSTRIA	CORRUPÇÃO	INSEGURANÇA
GOLPES NOS DIREITOS	TERRAS ABANDONADAS NO ALENTEJO	DESCONTENTAMENTO COM O PRESENTE INQUIETACÃO COM O FUTURO
MELLOS, CHAMPALIMAUD E Cª DE VOLTA	BAIXOS SALÁRIOS	
OS RICOS MAIS RICOS OS POBRES MAIS POBRES	PESCAS AO FUNDO	

Está nas tuas mãos dar a volta a isto!

CDU

A Esquerda necessária para uma nova política

PCP-PEV



Empresas de Lisboa

Proseguindo o trabalho para reforçar o Partido nos locais de trabalho, vai realizar-se amanhã a 1ª assembleia do conjunto do sector de empresas da cidade de Lisboa (zonas oriental, ocidental e centro norte, e sectores profissionais). A iniciativa decorre a partir das 19 horas, no centro de trabalho Vitória, e conta com a presença do camarada Francisco Lopes, da Comissão Política do PCP. A reestruturação dos sectores de empresa de área geográfica (objectivo apontado na assembleia da organização da cidade) vai estar no centro do debate, tal como o envolvimento dos militantes na campanha para as eleições legislativas.

Homenagem a Virgínia Moura

Por iniciativa de um grupo de democratas e com o apoio da Direcção da Organização Regional do Porto do Partido Comunista Português, vai realizar-se dia 19 de Julho uma homenagem à eng.ª Virgínia Moura, por ocasião do seu 80º aniversário. As adesões à comissão organizadora devem ser comunicadas para o CT do PCP na Av. da Boavista (telef.: 6095651, fax: 6097948), ou para o escritório do Dr. Manuel Rodrigues Almeida (Praça da Liberdade, 128-4º porta 35, telef. e fax: 318708).

Deram já o seu apoio a esta iniciativa Amélia Viegas, António Soares, Borges Coelho, Branca Lemos, Cassiano Barbosa, César Príncipe, Emídio Ribeiro, Helena Morgado, João Fonseca, Jorge Araújo, José Morgado, Justina Oliveira, Manuel Rodrigues Almeida, Matilde Bento, Nazaré Patacão, Olívia Vasconcelos, Oscar Lopes, Papiniano Carlos, Raul Castro, Rui Sá, Teresa Lopes e Virgínia Lemos.

Parque Eduardo VII

Os vereadores do PCP na Câmara Municipal decidiram votar favoravelmente a proposta de renegociação do contrato com a Noga-Hotel, uma vez que «garante a defesa dos interesses da Câmara e da cidade, nas circunstâncias herdadas do passado». Em declaração divulgada na semana passada, os vereadores comunistas recordam que «o PCP esteve desde o início contra a operação de construção de um hotel, um centro polivalente (centro comercial e de serviços) e um centro de congressos de 4500 lugares no alto do Parque Eduardo VII, por entender que não era essa a vocação daquela área da cidade e porque não se tratava de um empreendimento necessário, mas antes de uma operação especulativa de que beneficiava a Noga-Hotel». A coligação "Por Lisboa" procurou renegociar o acordo e aprovou um plano de pormenor para a área do alto do Parque Eduardo VII, tentando minorar os impactos negativos do empreendimento.

Saudação ao Leça

A comissão concelhia de Matosinhos do PCP, em nota à comunicação social, saudou o Leça Futebol Clube pela subida ao escalão maior do futebol nacional e faz votos para que a equipa obtenha o título de campeão nacional da 2ª Divisão de Honra. A concelhia reclama da Câmara Municipal «o apoio possível» na comparticipação nas obras que o clube pretende realizar no seu estádio.

Alcobaça tem candidato

A comissão concelhia de Alcobaça do PCP, reunida sábado passado, indicou como candidato da CDU na lista do distrito para as legislativas o camarada Rogério Raimundo, dirigente sindical dos professores da região centro. Para mandatário concelhio da coligação foi convidado o Dr. Basílio Martins, que aceitou.

A nota de imprensa divulgada após a reunião refere ainda outras decisões da concelhia: participar no encontro distrital da CDU, depois de amanhã, nas Caldas da Rainha; promover um encontro da CDU, dia 3 de Junho, em Chiqueda, com a participação de José Augusto Esteves, primeiro candidato da coligação por Leiria; realizar uma excursão à Festa do «Avante!».

Da Parede à Atalaia

A comissão de freguesia de Parede tem realizado na Quinta da Atalaia algumas iniciativas (excursões com almoços-convívios) com o intuito, entre outros, de angariar verba para as obras em curso no centro de trabalho. Numa nota que fizeram chegar à nossa Redacção, os camaradas da Parede manifestam a sua satisfação pelos resultados, que ultrapassaram as expectativas: dezenas de pessoas, muitas das quais não são membros do PCP, têm participado nas visitas ao terreno da Festa do «Avante!» realizadas nestes últimos meses; inscreveram-se no Partido 12 novos militantes; foram recolhidos mais de 400 contos para as obras no CT.

Caminho-de-ferro

A comissão coordenadora nacional do sector dos ferroviários do PCP divulgou um comunicado em que denuncia as consequências da política do Governo e da gerência da CP para os trabalhadores do grupo (perdas salariais, direitos amordaçados, desrespeito pelo acordo de empresa em vigor) e para a qualidade do serviço (as avarias e atrasos quase duplicaram desde a criação da EMEF/Manutenções, aumenta o recurso a empreiteiros com prejuízos para a qualidade e os custos dos trabalhos que realizam).

«Porque o País tem potencialidades para se desenvolver, os comunistas continuarão a sua acção em torno do reforço da unidade e da luta para a resolução dos problemas imediatos dos trabalhadores e para a obtenção de uma política de esquerda, através da derrota do PSD nas próximas eleições e do reforço da votação no PCP e aliados na CDU» - conclui o comunicado aos ferroviários.

Criticando autarcas do PSD e grupo parlamentar do PS

Comunistas alentejanos saúdam vitória

O decreto-lei 55/95 seria um profundo golpe na autonomia do poder local, provocaria o despedimento de milhares de trabalhadores e grandes prejuízos para as populações

O Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP saudou os autarcas, os trabalhadores e as populações pela «grande vitória alcançada com a sua luta contra a aplicação dos aspectos mais gravosos do decreto-lei 55/95», com que o Governo PSD/Cavaco Silva pretendia retirar aos municípios a possibilidade de executarem, por administração directa, obras de valor superior a 20 mil contos.

Num comunicado que distribuiu após a sua reunião de dia 17, o OIRA realça que a derrota do diploma do Governo, «na sequência da sua chamada à ratificação pelo Grupo Parlamentar do PCP, evitou mais um profundo golpe na autonomia do poder local, evitou o despedimento de milhares de trabalhadores e grandes prejuízos para as populações» e «constituiu mais um importante testemunho de que vale a pena lutar».

Os comunistas chamam a atenção para «a postura subserviente de muitos dos eleitos do PSD face a mais esta afronta contra o poder local democrático, os trabalhadores e as populações», e para a posição assumida na AR pelo PS, que «em vez de condenar frontalmente as pretensões antidemocráticas do Governo PSD, se limitou a propor apenas uma modificação para 60 mil contos no valor das obras a fazer por administração directa pelas autarquias».

Reafirmando o apoio do PCP à justa luta dos trabalhadores das Pirites Alentejanas e do povo de Aljustrel pela reabertura imediata das minas, o OIRA saudou a «importante e significativa manifestação do passado dia 15 de Maio, testemunho da unidade e determinação de todos os aljustrelenses em defender os interesses da sua terra, do Alentejo e do País». Para o Organismo Inter-Regional do PCP, são «inaceitáveis» as propostas que a administração apresentou como condição para retoma da laboração, por serem «uma afronta» aos direitos e interesses dos mineiros. Os comunistas defendem a reabertura imediata da mina, com a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores.

Congresso

O OIRA do PCP decidiu felicitar os promotores do 7º Congresso sobre o Alentejo «pelo êxito que o mesmo alcançou», saudando «calorosamente» os mais de 800 congressistas que fizeram daquele «um importante testemunho de unidade, vontade e determinação». Salienta «as importantes conclusões saídas do 7º Congresso sobre o Alentejo e em que merecem particular destaque a necessidade de uma nova reforma agrária, que ponha termo à actual estrutura de posse e uso da terra e dê corpo

a uma nova, moderna e diversificada agricultura; a necessidade e importância do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva e de se avançar decidida e urgentemente com os trabalhos do mesmo; e a importância e urgência de se criarem e instituírem as regiões administrativas, importante pilar do Estado democrático e da sua efectiva descentralização».

«O êxito inquestionável do 7º Congresso sobre o Alentejo» - afirma o OIRA do PCP - «constituiu a melhor resposta a todos aqueles que, apostando na divisão dos alentejanos, persistindo na estafada cassetete do anticomunismo primário, nas atitudes sectárias e na intolerância, pensam ser possível fazer esquecer as graves responsabilidades que lhes cabem na gravíssima situação que vivemos. Fugindo ao debate e ao confronto democrático de opiniões e projectos, pressionando os seus militantes no sentido da não participação em iniciativas como o Congresso sobre o Alentejo, ou atribuindo a realização deste a uma qualquer manobra do PCP, a federação do PS do distrito de Beja e responsáveis do PSD, como Torres Pereira ou Mira Branquinho, mais não fazem do que reconhecer a correspondência e justiça das propostas do PCP com as necessidades e aspirações do povo alentejano e do Alentejo, mais não fazem que

reconhecer a sua falta de ideias e projectos, mais não fazem que insultar a inteligência de todos aqueles que, conscientes da gravidade da situação que vivemos, sabem que, tal como o PCP há muito defende, só com o saber, a vontade e o empenho de todos é possível ultrapassar».

E conclui: «Constituindo uma importante denúncia e condenação da política de direita, que tem conduzido o Alentejo para a gravíssima crise económica e social em que se encontra, o 7º Congresso sobre o Alentejo constituiu igualmente uma poderosa afirmação das potencialidades que o Alentejo encerra e que é urgente, com uma nova política, uma política democrática e de esquerda, pôr ao serviço da região e do País», conclui o comunicado.

Na sua reunião de dia 17, o Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP salientou a «grande dinâmica» e o «ambiente de confiança» vividos nas iniciativas da CDU, e manifestou a sua «confiança em que o povo do Alentejo, dando continuidade à luta firme e determinada que tem vindo a travar contra a política de direita, não deixará de usar o seu voto para, de forma coerente, dar seguimento e mais força a essa mesma luta, reafirmando o seu apoio e confiança na esquerda necessária para uma nova política: os comunistas e outros democratas da CDU».

Sector intelectual de Lisboa tem assembleia a 3 e 4 de Junho

A 2ª Assembleia do Sector Intelectual de Lisboa do PCP vai ter lugar no primeiro fim-de-semana de Junho, no auditório da Faculdade de Belas-Artes, e conta com a participação do secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas.

A assembleia reúne em plenário e com participação directa dos militantes. De acordo com a ordem de trabalhos proposta, deverá debater, num primeiro ponto, «os intelectuais comunistas, a perspectiva revolucionária sobre a democracia, a luta por uma nova política e a batalha eleitoral», seguindo-se «a situação dos intelectuais e das suas áreas de trabalho; o valor social, democrático e nacional do trabalho intelectual; as propostas e formas de intervenção dos comunistas». Por fim, vão ser debatidas questões do trabalho de direcção e organiza-

ção e vai ser eleita a nova direcção do sector.

O projecto de **resolução política** - adiantou ainda ao «Avante!» a direcção do sector intelectual - foi enviado a todos os militantes aqui organizados, com o objectivo de colher propostas de alteração até à próxima segunda-feira. Ao longo de 14 páginas, o documento aborda quatro questões:

1. Intelectuais. Caracterização, peso, evolução. Principais concentrações e pólos de desenvolvimento. Autonomia relativa do trabalho intelectual.

2. Os intelectuais comunistas, a luta por uma nova política, o projecto e a esperança comunista.

3. Principais linhas de intervenção política (as próximas batalhas e a intervenção política, social e cultural).

4. Direcção.

No quadro da preparação da assembleia, dezenas de camaradas e células têm vindo a elaborar **contributos**, de que podem ser obtidas cópias no centro de trabalho Vitória. Entre outros, a direcção do sector refere: «O valor do trabalho intelectual para o desenvolvimento social e nacional e para a radicação e ampliação da democracia», de Francisco Silva; «A autonomia relativa do trabalho intelectual e as formas de resistência à sua funcionalização pela dominação burguesa», de Barata Moura; «Os professores e a profissão docente», de Manuela Esteves; as universidades e o politécnico de Lisboa», de João Cunha Serra; «Ciência e tecnologia: situação e políticas», de Rui Namorado Rosa; «A situação da literatura portuguesa», de Urbano Tavares

Rodrigues; «Requiem pela mediocracia musical», de Jorge Lima Barreto; «A arquitectura e o urbanismo num contexto de crise», de Filipe Diniz; «Recuperação urbana», de Pedro Graça; «Cultura, "espaço público" e mercado», de Barata Moura; «Comunicação social e democracia», de Fernando Correia; «Necessidade e justiça da crítica ao capitalismo contemporâneo», de Sérgio Ribeiro.

A documentação da assembleia foi ainda enviada aos camaradas intelectuais que não estão organizados no sector (este abrange apenas 31 por cento dos intelectuais da Organização Regional de Lisboa do Partido), com um pedido de propostas e opiniões e também um convite à participação - informou ainda a direcção do sector intelectual de Lisboa.

Mata Cáceres escondeu, PCP demarcou-se Guterres em Setúbal aproveita inauguração municipal

Os eleitos do PCP e da CDU na Câmara Municipal de Setúbal abandonaram a cerimónia de inauguração do Museu do Trabalho «Michel Giacometti», sexta-feira passada, no momento em que ali

chegou António Guterres, protestando contra a «baixeza política» desta tentativa de aproveitamento político-partidário de um acto municipal.

Na «declaração sobre um escândalo», que a comissão con-

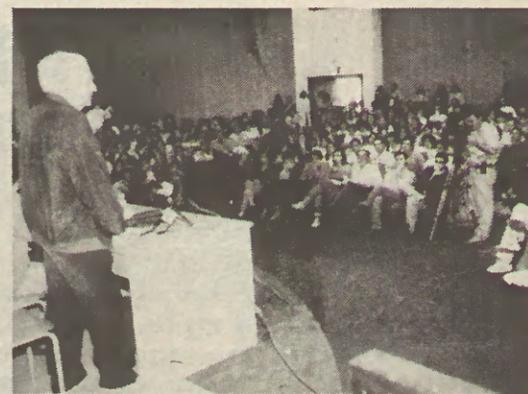
celhia do PCP tornou pública em conferência de imprensa e depois distribuiu aos jornalistas que acompanhavam a comitiva do secretário-geral do PS, os comunistas congratulam-se com a abertura do museu ao público, notando que ela foi «várias vezes programada e adiada» (primeiro, para Dezembro de 1994, depois, para Abril de 1995). Recordando com orgulho a íntima ligação de Michel Giacometti aos comunistas portugueses, a concelhia sublinha que «este grande nome da cultura e da democracia portuguesa não pode estar associado à mais abjecta manobra eleitoralista»; nem ele, «nem o Dia Mundial dos Museus»!

Citando como demonstração explícita a tarjeta que o PS distribuiu na cidade sadina anunciando a visita do seu dirigente máximo (e onde figurava claramente a «inauguração do Museu do Trabalho»), o PCP afirma que, «para que se dissipem dúvidas sobre a sua ânsia de igualar em tudo Cavaco e o cavaquismo, o eng. Guterres não quis perder a ocasião de protagonizar uma inauguração».

«As vantagens que procura colher serão entretanto acrescidas, quando, uma vez chegado a Setúbal e encontrando-se com o

“autarca-modelo do PS” (segundo a sua definição), atribuir mais um troféu a Mata Cáceres: o da cobardia moral e política», previa a concelhia comunista, apontando os motivos que justificavam tal acusação ao presidente da Câmara Municipal: na sessão pública da CM, realizada na véspera, Mata Cáceres não informou os vereadores e a população acerca do programa que estava a preparar para a inauguração; mas, contactado pelo PCP (que pôde confirmar, antes da cerimónia, não terem sido convidados secretários-gerais de outros partidos), o responsável concelhio do PS, Soares Feio, declinou no presidente da CM toda a responsabilidade pela iniciativa.

Os comunistas referem ainda que o «Correio de Setúbal», no próprio dia 18, afirmava que o Gabinete do Presidente da Câmara, os serviços de Relações Públicas do município, o gabinete da vereadora da Cultura (PS) e a federação distrital do PS disseram desconhecer o assunto. A federação teria mesmo declarado que «o secretário-geral só chega a Setúbal pelas 20 horas, por coincidência à mesma hora da inauguração do Museu do Trabalho».



O ideal e a luta

Com a participação de Álvaro Cunhal e de quase três centenas de estudantes (e alguns professores), teve lugar no passado dia 17, nas instalações do Campo Grande da Faculdade de Ciências da Universidade Clássica de Lisboa, um animado debate, ao longo de duas horas e meia, sobre o tema «O ideal comunista e a luta dos povos». A iniciativa foi promovida pelo colectivo da Juventude Comunista Portuguesa na faculdade e a elevada afluência obrigou mesmo à mudança do recinto inicial para uma sala mais ampla.



Carvalhas recebe feirantes...

O secretário-geral do PCP, acompanhado pelos camaradas José Bernardino, do Comité Central, e Ferreira Tão, da Comissão para os Assuntos Económicos junto do CC, recebeu na passada sexta-feira representantes das associações de feirantes do distrito de Lisboa, da região Centro e das Beiras. Fernando Ascensão, Ramiro Machado, António Branco, Alexandre Paulo, Rafael Videira, Rui Diogo, António Cabral e José Luís Costa expuseram os motivos que estão na base do descontentamento manifestado por muitos feirantes, e que têm a ver, sobretudo, com o facto de a regulamentação do trabalho destes comerciantes não estar adequada às características próprias da actividade em feiras, bem como da disparidade de exigências em diferentes concelhos. Mostraram sérias preocupações com os encerramentos, já concretizados ou anunciados, de mercados e feiras.

A delegação do PCP declarou a disponibilidade do Partido para continuar a acompanhar os problemas dos feirantes e para, após estudo mais aprofundado, apresentar na AR propostas de legislação para dar resposta aos problemas que hoje afligem este sector.



... e sinistrados no trabalho

Dirigentes da Associação Nacional de Deficientes Sinistrados no Trabalho foi recebida, no dia 19, no centro de trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, por uma delegação do PCP chefiada por Carlos Carvalhas e que integrava ainda os camaradas Domingos Abrantes, da Comissão Política, e a deputada Odete Santos. Da delegação da associação faziam parte António Silva Bastos, presidente da direcção, Luís Machado, coordenador, e José Subtil, presidente da mesa da assembleia geral.



50 anos da Vitória

A comissão concelhia de Setúbal do PCP assinalou o 50º aniversário da derrota do nazi-fascismo com uma iniciativa pública, que decorreu no Edifício Arrábida e na qual participou o camarada Aurélio Santos, do Comité Central.

A presença de cerca de 50 pessoas e a riqueza da intervenção inicial proporcionaram um animado debate, que surpreendeu muitos dos presentes. Aurélio Santos centrou o seu discurso na actualidade da reflexão que se deve manter sobre a génese e desenvolvimento do fascismo e do nazismo, como forma de contribuir para a luta por um mundo melhor para toda a humanidade.

CAMARADAS FALECIDOS

António Pereira

Faleceu na madrugada de 21 de Maio o camarada António Lourenço Pereira, de 68 anos de idade, natural de Tamel S. Veríssimo. Militante antifascista, distribuiu o «Avante!» na clandestinidade e foi um grande difusor do jornal após o 25 de Abril. Foi membro da comissão concelhia de Barcelos do PCP durante vários anos e participou regularmente nas tarefas da organização regional de Braga na Festa do «Avante!». No funeral, realizado segunda-feira em Barcelos, estiveram presentes, entre muitos amigos e camaradas, dirigentes da DORBraga e da concelhia do Partido.

António Piedade Gomes

Militante do Partido há muitos anos, activo difusor do «Avante!» ainda na clandestinidade, faleceu no dia 4 de Maio o camarada António Piedade Gomes, actualmente organizado na célula de reformados da Damaia. No seu funeral participaram vários camaradas da concelhia da Amadora e da DORL, bem como da delegação de sindicatos da Amadora.

Camilo Troufa

Vítima de doença prolongada, faleceu em Abril o camarada Camilo Troufa. Tinha 82 anos e pertencia à comissão de freguesia de Espinho do PCP. Militante antifascista desde a juventude, esteve preso em 1936 e 1937.

Demétrio Uttini

Com 82 anos, faleceu o camarada Demétrio Uttini, que estava organizado na freguesia de Algés. Filho de um operário cinzelador italiano, a sua ligação ao Partido vinha desde os anos 40.

Elsa Costa

Após prolongada doença, faleceu no passado dia 3 de Abril a camarada Elsa Carrington da Costa, militante na célula da TAP desde 1974 e activista sindical.

José Lopes

Com 52 anos, natural de Alcáçovas, faleceu, após prolongada doença, o camarada José Alfredo Fonseca Lopes, cartógrafo, residente na freguesia de Cacilhas. Como independente, pela APU, e como militante do PCP, pela CDU, foi candidato em diversos actos eleitorais para órgãos autárquicos, demonstrando grande modéstia e lealdade política.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

O PCP é o partido em que as mulheres trabalhadoras podem confiar!

PORQUÊ?

Porque, através da profunda ligação aos trabalhadores e aos seus problemas, desenvolve uma acção concreta na defesa de quem trabalha e dos direitos específicos das mulheres, pela sua dignificação, pela defesa do emprego e pela segurança no futuro.

COMO?

Lutando e assumindo-se nos locais de trabalho, nas estruturas sindicais e nas comissões de trabalhadores, pela melhoria das condições de trabalho, dos salários e das garantias das mulheres trabalhadoras. Apresentando iniciativas legislativas, quer na Assembleia da República quer no Parlamento Europeu, que visam a consagração de importantes direitos das mulheres. Votando contra as propostas e as medidas da direita que visam o agravamento das suas condições de vida.



Hoje e amanhã à saída das empresas

Milhares de exemplares deste folheto, especialmente dirigido às mulheres trabalhadoras, vão ser distribuídos hoje e amanhã, à saída de empresas, nos vários distritos do Continente e Regiões Autónomas. Esta jornada do PCP dá seguimento ao encontro nacional sobre os problemas das mulheres trabalhadoras e a intervenção do Partido, realizado em Lisboa no dia 1 de Abril passado. No documento recordam-se algumas das mais recentes e importantes iniciativas dos comunistas, nomeadamente na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, para procurar responder a graves problemas que as trabalhadoras enfrentam no dia-a-dia, sublinhando-se a importância de reforçar o PCP e votar na CDU nas próximas eleições legislativas.

PSD veste pele de cordeiro

- acusa a DORP, alertando para as mudanças pré-eleitorais

A Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, em recente conferência de imprensa, denunciou o fracasso da política do Governo no distrito e no País, e alertou para a mudança de comportamento e a desresponsabilização em relação aos problemas que o próprio PSD e seu Governo causaram, tentando branquear a sua imagem perante o eleitorado com falsas promessas.

O PSD é o responsável pelo desemprego, mas tenta passar a culpa a outros. Desde sempre tapou a corrupção, e lembra-se agora da transparência. A sua

política antidemocrática é conhecida mas, este ano, até decidiu celebrar a revolução de Abril. Assume um discurso de oposição, prega a solidariedade, apregoa valores ambientais, quando em nada defenderam Portugal perante as imposições comunitárias.

Contrariando a política do Governo, o PCP denuncia-a e combate-a, ao contrário do PS, que se acobarda e não ajuda na clarificação necessária e nos projectos para uma boa solução dos problemas - afirma a DORP.

O PSD, visando lucros, sem qualquer preocupação com a população e pondo em causa o

papel das autarquias, caminha para a privatização da gestão das águas, da recolha, tratamento e rejeição de efluentes e do tratamento de resíduos sólidos.

É lamentável - comenta a DORP - que o PS tenha aceite este negócio, preparando-se para entregar um património avaliado em muitos milhões de contos e pondo em causa a capacidade de decisão futura dos municípios da área sul do Grande Porto.

Quanto ao Plano Hidrológico espanhol e suas consequências para a região, o PCP considera que é inadmissível o atraso do Governo a resolver a questão.

Agora, um dirigente do PSD/Porto propõe uma manifestação pública de preocupação e de tomada de posição.

Os estragos que as geadas provocaram na agricultura representam graves prejuízos para os agricultores. O PCP apresentou na Assembleia da República um projecto válido, entre outras iniciativas, que igualmente têm sido divulgadas no «Avante!».

Os viticultores, particularmente os de vinho verde, por imposições comunitárias que favorecem os países do Norte, estão limitados a baixas quotas de produção. Esta situação é consequência do Relatório

Fantuzzi sobre a Reforma da Organização Comum do Mercado Vitivinícola, proposta pela Comissão Europeia e aprovado no Parlamento Europeu com o voto favorável dos eurodeputados do PSD, PS e CDS e com o voto desfavorável do PCP.

As quotas aprovadas não tiveram em conta a produtividade registada em países como Portugal e vão permitir o vinho a martelo através da adição de sacarose, pelos produtores dos países do Norte da Europa.

Importa ainda falar sobre as reivindicações que os camaradas do Porto fazem em relação

ao Governo; da necessidade de abolir as portagens de Ermesinde, Valongo, Campo, assim como a outras portagens do grande Porto, designadamente na Maia.

Quanto à situação do Pronorte, verifica-se que os fundos comunitários não estão a ser bem distribuídos: alteram-se as verbas, beneficiam-se concelhos em prejuízo de outros, prejudicando o desenvolvimento do País.

Nesta conferência de imprensa, que teve lugar dia 9, participaram os camaradas Jorge Sarabando, Ilda Figueiredo, José Duarte e Serafim Brás, membros da DORP.

PCP/Açores denuncia aumento do desemprego

Uma nova política deve valorizar os recursos da Região

«Só a adopção de uma nova política, que valorize as produções regionais, que valorize e permita a expansão e modernização das pequenas e médias empresas, que remunere com justiça o trabalho, que enfrente com medidas específicas apropriadas as diferenças que resultam da insularidade distante, pode motivar o desenvolvimento, o combate ao desemprego, o envolvimento criativo da juventude e a dignificação da mulher trabalhadora» - defende a Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP.

Em conferência de imprensa dada após a sua reunião do

passado dia 14, a DORAA recordou, pela voz de José Decq Mota, coordenador regional do Partido, que, «para o PCP, lutar pelo desenvolvimento, combater o desemprego e criar justiça social não são objectivos referidos apenas em vésperas de eleições, são a própria razão de ser de toda a luta e actividade que desenvolvemos».

Os comunistas açorianos chamam a atenção para a gravidade do problema do desemprego, que «adquiriu nos Açores, nos últimos anos, um volume e uma natureza que anteriormente não tinha» e alertam: «a estagnação da produção associada à retracção do mercado de trabalho, faz

perder inúmeras possibilidades de desenvolvimento, faz aumentar a exploração dos trabalhadores, provoca a desregulação das relações de trabalho, o que, tudo em conjunto, diminui o poder de compra da maioria da população e instala um atraso social crónico, crescente e irreversível».

Apesar deste quadro, os dois partidos actualmente mais votados (PSD e PS) na Região «recorrem cada vez mais ao personalismo individualista», «ao discurso desligado das práticas que desenvolvem» e «à demagogia verbal não disfarçada», acusa o PCP/Açores, contrapondo que «a única mensagem política séria que

deve ser transmitida aos eleitores neste momento de profundo agravamento dos problemas económicos e sociais, é a de que está ao alcance dos açorianos introduzir verdadeiras mudanças no panorama político, desde que recusem, através do seu voto livre, esta bipolarização paralisante que corrompe a nossa democracia».

No calendário eleitoral do PCP/Açores tem especial relevo a reunião extraordinária do Conselho Regional, marcada para 17 de Junho.

A lista de candidatos da CDU, em preparação, deverá ser divulgada duas ou três semanas depois.

Contaminações

A possível contaminação de lençóis de água, na Terceira, devido a continuados derrames de combustíveis e outras infiltrações provenientes dos parques e paióis na base das Lajes, está em risco de ser esclarecida unilateralmente pelos norte-americanos - denunciou na semana passada o secretariado da organização do PCP na ilha. Em nota de imprensa, os comunistas terceirenses exigem «que seja dada urgente atenção a este assunto e que seja garantida a participação da Universidade dos Açores em todo o processo de apuramento da situação».

A possibilidade de a qualidade da água que abastece a população da Ribeira Grande estar afectada pelos efluentes provenientes da central geotérmica industrial do Pico do Fogo motivou um requerimento do deputado comunista, Paulo Valadão, ao Governo Regional.

O escoamento (que era feito para uma pequena represa construída para o efeito na Ribeira Seca) foi desviado para um local mais distante e menos acessível, onde está a ser efectuado em saída livre e a céu aberto, tomando a linha de água que vai entrar nos lençóis onde se faz o abastecimento à cidade.

ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

Coimbra: atenção ao alto

Na zona do chamado alto distrito de Coimbra estão a aumentar a instabilidade e o desemprego, alerta a Direcção da Organização Regional do PCP. Numa nota distribuída à comunicação social após a sua reunião de dia 10, a DORC chama a atenção para as consequências que o risco de encerramento da Foznave (construção naval) e os despedimentos na indústria de confecções e na Agglomera (do grupo Soñae) estão a ter nos concelhos da Figueira da Foz, Oliveira do Hospital e Tábua.

Afirmando que «os produtores de leite do Baixo Mondego têm toda a razão para efectuarem o seu protesto contra as importações e a ameaça de baixa de preços na produção», o PCP regista que «ao mesmo tempo que continua a acelerar-se a desertificação humana no interior, se degradam as condições de vida, com reflexos no meio ambiente, no património e na vida urbana nos concelhos de Coimbra, Figueira da Foz e Lousã, todos de maioria autárquica PS».

Portalegre: dar a volta

Ao longo de 15 anos, o PSD e os seus governos não avançaram com a construção das barragens de Abrilongo e Pisão, não fizeram

a tão urgente inventariação dos recursos hídricos, não implementaram um seguro agrícola que garanta uma efectiva cobertura de riscos, com prémios baixos e bonificados pelo Estado. «Maior desemprego rural e mais desertificação e abandono das terras» tem sido o resultado da recusa destas e outras propostas dos comunistas, refere o secretariado da Direcção da Organização Regional de Portalegre do Partido.

Em comunicado à população, o PCP manifesta a sua solidariedade para com os trabalhadores da Fino's, em luta pelo pagamento de salários em atraso, denuncia a liquidação de mais 14 postos de trabalho no Matadouro Regional de Sousel (num quadro em que, segundo dados oficiais, o desemprego atinge 9100 pessoas no distrito) e realça que «só pela esquerda é possível e necessário dar uma volta a isto» e mudar de política.

Bragança: vale tudo

Para o PSD «vale tudo, e tudo fará para se manter no poder, de forma a favorecer as suas clientelas políticas», denuncia a Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP, numa nota recente do seu gabinete de imprensa.

A visita partidária de Fernando Nogueira ao distrito, no princípio de Maio, é classificada pelos comunistas brigantinos como «insólita e promíscua»: insólita porque, afirmando-se perante asso-

ciações ambientalistas como defensor do ambiente e das áreas protegidas, o novel líder laranja nada disse sobre a inexistência de um plano de ordenamento do Parque Natural de Montesinho, 15 anos passados sobre a sua criação, ou sobre o problema dos resíduos tóxicos na Grunig (empresa que confina com o parque); promíscua, por o PNM colocar pessoal e meios de públicos ao serviço de um partido e «sobretudo, porque não pode ser tolerável que um dirigente partidário use os malabarismos mais maquiavélicos, com atrasos encenados de permeio», como fez Fernando Nogueira para inaugurar a Motorshow, feira realizada pelo NERBA.

A falta de uma posição séria quanto aos prejuízos causados pelas geadas leva o PCP a perguntar «quantos PSDs existem em Portugal», já que, «enquanto o PSD local exige do ministro da Agricultura algumas medidas para defesa da agricultura do distrito, o PSD, na AR, votou contra uma proposta do PCP que continha essas e outras medidas».

A DORBA protesta ainda contra o facto de a inauguração do troço Vila Real-Mirandela da IP4, com a participação de Cavaco Silva, se ter transformado «numa festa do PSD», enquanto a generalidade da comunicação social ignorou as manifestações de agricultores e de trabalhadores da Grunig. Este troço «podia e devia estar em funcionamento há mais de meio ano», e a conclusão da IP4 até Quintanilha «já tem um atraso de décadas», recorda-se na nota, precisando que já em 1980, quando Cavaco era ministro das Finanças de Sá Carneiro, a AD prometia a IP4 para daí a 3 anos.

Campanha Nacional de Fundos

Atingidos mais de 50 mil contos



Cinquenta mil e 120 contos, ou seja, mais de um terço do objectivo final da Campanha Nacional de Fundos do PCP - que tem o seu final marcado para o fim do ano - estão atingidos ao fim de apenas três meses e meio após o seu arranque. Este é um resultado que indica as boas condições que existem de receptividade à iniciativa do Partido e a boa resposta das organizações partidárias ao apelo de desenvolverem iniciativas para que, rapidamente e, se possível, ainda antes do fim da Campanha, se atinjam ou ultrapassem os objectivos anteriormente definidos.

A Campanha Nacional de Fundos foi lançada pelo PCP com o objectivo de angariar 150 mil contos que o ajudem a fazer face às despesas das batalhas políticas que se avizinham. Os materiais centrais que fazem o suporte desta Campanha Nacional de Fundos incluem cupões que representam contribuições de 500, mil, cinco mil, dez mil escudos e 50 contos; listas para recolha de fundos; um folheto; o referido cartaz e uma carta-apelo assinada pela Comissão Nacional da Campanha onde se explicam as razões da sua realização.

Foi aberta uma conta bancária onde também podem ser depositadas as contribuições para a Campanha Nacional de Fundos do PCP. Trata-se de uma medida que permite oferecer um novo meio a todos os que queiram participar nesta Campanha, complementando os outros atrás referidos.

Os depósitos destinados a esta conta deverão ser feitos na Caixa Geral de Depósitos, dirigidos à Agência do Rego (Lisboa) com o número 0680/002022431. Refira-se que as contribuições que entrem nesta conta serão imputadas às Organizações Regionais da área de origem do depósito, pelo que não se verificará qualquer prejuízo para a contabilização dos níveis de concretização de objectivos dessas regiões.

Actualizar quotas

Para além da vertente contributiva pontual, esta campanha tem igualmente outro plano de actuação: a actualização e aumento das quotizações dos militantes do Partido.

As quotas são pois uma área da Campanha que devem ser encaradas de modo combinado, do ponto de vista financeiro e organizativo, por parte das organizações que devem definir objectivos quanto à elevação do volume de quotizações a recolher este ano, quanto ao número de militantes a pagar quota e quanto à elevação da quota média recolhida.

Há que examinar medidas concretas para a realização desta componente da Campanha Nacional de Fundos e para a avaliação do seu andamento (trimestral quanto às quotizações e mensal quanto às contribuições).

Assembleia concelhia de Sintra

Com a participação de cerca de 200 delegados e numerosos convidados, tem lugar depois de amanhã, no auditório paroquial de Rio de Mouro, a partir das 15 horas, a 3ª Assembleia da Organização Concelhia de Sintra do PCP.

O trabalho preparatório da assembleia, iniciado nos primeiros dias deste ano, «tem suscitado o maior interesse entre os militantes» - refere uma nota anteontem divulgada pelo gabinete de imprensa da comissão concelhia. Além da eleição de delegados, as diversas reuniões realizadas debateram o projecto de Resolução Política, motivando a apresentação de dezenas de propostas de alteração, cuja maioria foi aceite e figura no texto a apresentar sábado aos delegados.

No documento aborda-se a luta dos trabalhadores e das populações do concelho (um dos mais

populosos do País), os problemas da juventude e dos reformados. Atenção especial é dada à batalha eleitoral. São ainda tratadas questões ligadas à preparação e participação na próxima Festa do «Avante!», bem como às diversas componentes do trabalho de organização e da vida interna do Partido.

Reunida no passado fim-de-semana, a comissão concelhia debateu a proposta de composição do novo órgão dirigente, que vai apresentar à assembleia. A lista para a nova concelhia integra, entre outros camaradas, dirigentes do movimento operário e sindical, autarcas municipais e das freguesias, membros da Juventude Comunista Portuguesa e dirigentes do movimento associativo e popular.

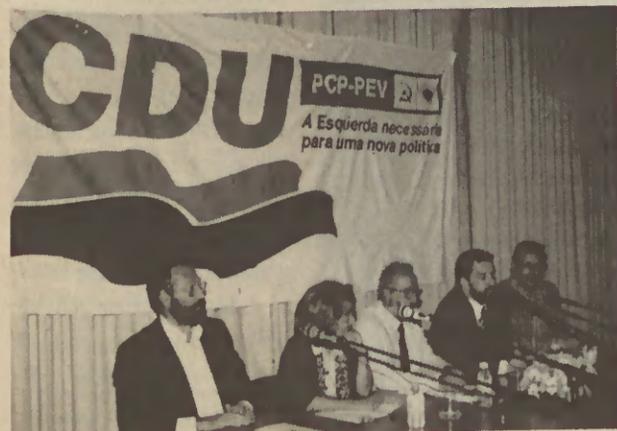
Na sessão de encerramento, com início previsto para as 18 horas, intervirá o camarada José Casanova, da Comissão Política do Partido.

Luís Sá em Torres Vedras

A zona de Torres Vedras teve prejuízos em áreas como o ensino, a cultura, as infraestruturas viárias, o ambiente e a agricultura, devido ao não

cumprimento, por responsabilidade do PSD, do preceito constitucional que estabelece a criação de regiões administrativas - foi realçado no debate sobre regionalização e desenvolvimento que teve lugar dia 16 naquela cidade e contou com a participação de Luís Sá, da Comissão Política do PCP.

Entre outros, participaram na iniciativa representantes de sindicatos e associações de agricultores e eleitos autárquicos (inclusive de concelhos vizinhos, como foi o caso do presidente da CM de Sobral de Monte Agraço).



Trabalhadores da Função Pública de todo o País participaram sexta-feira no plenário nacional realizado no Coliseu de Lisboa, e seguiram depois em desfile até ao Ministério das Finanças, onde exigiram resposta às suas reivindicações de melhores salários e estabilidade no emprego

Administração pública, têxteis, indústria naval É justo! Lutamos!

Enquanto o movimento sindical prepara a semana de luta pelas 40 horas, marcada para o período de 5 a 9 de Junho, a ofensiva do Governo e do patronato merece dos trabalhadores de vários sectores e empresas a resposta mais adequada: o combate, em unidade e com determinação, em defesa de justos interesses, direitos e reivindicações

Cerca de 90 por cento dos trabalhadores ajudantes de creches e jardins de infância, dos centros regionais de Segurança Social, aderiram à greve de 24 horas que anteontem se realizou a nível nacional. Cândida Viana, do Sindicato da Função Pública do Norte, disse à agência Lusa que os trabalhadores, reunidos em plenário, decidiram realizar nova paralisação, a 1 de Junho, Dia Mundial da Criança, se o encontro entre a secretaria de Estado da Segurança Social e a federação dos sindicatos da Função Pública não fosse positivo. Naquele dia os trabalhadores voltam a concentrar-se frente à secretaria de Estado.

A luta destes trabalhadores visa o seu reenquadramento profissional, um problema que se arrasta desde 1983. Cândida Viana referiu que, apesar das promessas, os trabalhadores continuam mal enquadrados profissionalmente, com os consequentes prejuízos financeiros, uma vez que os seus vencimentos «estão completamente desajustados das funções que exercem» e lado a lado estão a trabalhar pessoas que, exercendo as mesmas funções, auferem salários com diferenças que chegam a atingir as dezenas de contos.

A greve dos trabalhadores do sector da saúde que cobram as taxas moderadoras provocou situações de anormalidade em muitos centros de saúde e hospitais. Sem referir ainda dados definitivos, Miguel Vital, do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte, referiu que os dois dias de paralisação na semana passada tiveram por motivo a não publicação do despacho que regulamenta a atribuição do abono para falhas - prevista no decreto-lei 4/89 e que deveria ser regulamentada por despacho conjunto dos ministérios da Saúde e das Finanças.

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses promoveu, desde segunda-feira e até hoje, uma série de acções a nível nacional. Com esta «emergência saúde» o SEP procurou denunciar à opinião pública e junto dos órgãos de poder os problemas que atingem a classe e cuja solução o Governo arrasta.

Dirigentes sindicais da PJ disseram anteontem, em Lisboa, que se assiste a «uma verdadeira subversão da instituição Polícia Judiciária». A insuficiência dos meios humanos e equipamentos, injustificadas disparidades nas remunerações e inadequações na respectiva lei orgânica são as principais causas da situação,

para a direcção da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da PJ, que expôs os problemas em conferência de imprensa.

O ministro da Justiça foi o grande alvo das críticas, acusado de não dar resposta às reivindicações que a associação reitera há 10 anos. Na assembleia geral da ASFIC, a realizar no sábado, em Lisboa, «todas as formas de luta podem surgir, sem excluir a greve», segundo Manuel Carvalho, presidente da direcção. «Não a desejamos nem vamos propô-la, mas os sócios são livres nas suas decisões», acrescentou.

«Trabalho ao sábado, não!», reclama a Comissão Concelhia de Santo Tirso do PCP, num comunicado que está a ser distribuído nas empresas têxteis desde terça-feira, apelando à participação na greve do sector, marcada para este sábado. Em Portugal, são os operários têxteis praticamente os únicos que trabalham ao sábado em horário normal. O PCP - recorda-se no comunicado - sempre tem apoiado a reivindicação do horário de 40 horas semanais, com dois dias de descanso, e nesse sentido apresentou propostas de lei na Assembleia da República, sempre recusadas pelo PSD. Isto, apesar do patronato ter assumido compromissos nesse sentido e de o Governo PSD/Cavaco Silva ter prometido que o horário seria reduzido até 1995. Até hoje, apenas foi reduzida 1 hora em 1991, ano de eleições.

No dia 11, o Grupo Parlamentar do PCP recebeu uma delegação dos sindicatos têxteis, que se deslocou à AR para entregar uma petição pelas 40 horas, com cerca de 30 mil assinaturas.

Já no passado sábado, no Minho, teve lugar idêntica jornada de luta (recusa de trabalhar além das 40 horas), saudada em comunicado pela federação e os sindicatos têxteis, do vestuário e do calçado, e que volta a repetir-se esta semana.

O estaleiro da Solisnor/Setenave parou na passada sexta-feira, por os trabalhadores terem aderido, em percentagem que, nos sectores de produção, ultrapassou os 90 por cento, à greve convocada para exigir do grupo Mello o respeito dos compromissos assumidos em 4 de Agosto de 1994. nomeadamente no que toca a aumentos salariais - revela um comunicado dos ORTs.

MANTER E MODERNIZAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Numa conferência internacional realizada dia 18 em Lisboa pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local foi defendida a manutenção dos serviços públicos e a sua modernização para melhor servir a população. O coordenador do STAL, Santos Braz, disse à agência Lusa, no final dos trabalhos, que determinados serviços que são actualmente assegurados à população pelas autarquias, como o abastecimento de água ou a recolha de lixo, são considerados fundamentais. «Admitimos a criação de empresas mistas ou municipais para garantirem este tipo de serviços, mas desde que estejam sempre ligadas aos serviços municipais», referiu.

O encontro contou com a participação de delegações sindicais de França e de Inglaterra, que falaram sobre a situação deste tipo de serviços nos seus países. A quebra da qualidade e quantidade dos serviços públicos e das condições de vida dos respectivos trabalhadores (que ficam desempregados ou perdem direitos sociais) foram aspectos comuns salientados pelos representantes estrangeiros.

VITÓRIA NO STML

Com mais de 70 por cento dos votos expressos, a lista A, apoiada pela direcção cessante e identificada com o movimento sindical unitário, venceu as eleições do passado dia 18 para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa. Os novos dirigentes tomam posse hoje à tarde.

UCAR NÃO QUER PAGAR

A proposta de indemnização que a administração da UCAR fez chegar anteontem aos trabalhadores representa cerca de 22 por cento do valor da indemnização legal, traduzindo-se em cerca de 600 contos para cada trabalhador, revelou Manuel Nunes, do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito do Porto.

No início deste mês, os trabalhadores receberam uma carta afirmando que a empresa iria encerrar a 15 de Maio. O argumento utilizado para justificar a falta de viabilidade tem a ver com o facto de a UCAR ter perdido a representação da marca de automóveis Renault. Para anteontem à tarde foi marcado um plenário para decidir as formas de luta a adoptar para forçar a administração a pagar as indemnizações pela totalidade do valor legalmente estipulado.

BATOTA NO NORTE

Em alguns bingos da região persistem situações anormais, denunciadas segunda-feira pelo sindicato da Hotelaria do Norte. Segundo o dirigente sindical Francisco Figueiredo, «o bingo do Salgueiros é de longe aquele que tem mais problemas», e os trabalhadores «sentem-se pressionados». «A direcção do bingo utiliza o prémio de produtividade para pressionar os trabalhadores, nomeadamente as mulheres para que não engravidem», afirmou o sindicalista, que atribuiu esta situação ao facto de aquele prémio não estar regulamentado.

Denunciou ainda a ilegalidade do regime de folgas e o não pagamento do prémio de produtividade, no bingo do FC Porto, e o não pagamento de retroactivos, abono para falhas e diuturnidades, no do Guimarães. Questionou o facto de estarem paradas as obras de remodelação no bingo do Sporting de Braga, e revelou que, no bingo da Académica de Coimbra está por pagar o prémio de produtividade relativo aos meses de Março e Abril, enquanto no bingo do Boavista foi indevidamente alterado o subsídio nocturno. O aumento pelo Governo, de 25 para 35 por cento, da taxa do IRS sobre os prémios levou à redução destes e, conseqüentemente, ao desinteresse dos clientes, e colocou alguns bingos na iminência de encerrar - disse o sindicalista.

FESTIM NA CP

Aumentos que vão até 30 por cento nos salários de alguns quadros colocados em lugares de direcção, recentemente decididos pelo conselho de gerência da CP, estão a criar «um verdadeiro ambiente de festim na empresa» e a suscitar «a legítima revolta da generalidade dos ferroviários» - afirma a comissão executiva da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses. Numa nota anteontem divulgada à imprensa, afirma-se que os aumentos parecem talhados para beneficiar os quadros que deverão ocupar lugares que estão a ser criados no período pré-eleitoral. «Casos há, como na linha de Sintra, em que um director dará lugar a três», refere a federação.

MAIS 80% NA SUMOLIS

Uma subida de 80 por cento no preço das refeições levou os trabalhadores da Sumolis a decidirem, em plenário, que na sexta-feira não iriam utilizar o serviço do refeitório da empresa. Ao dar notícia do protesto, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas adiantou que resolveu distribuir a cada associado duas sandes e uma peça de fruta.

Além de aumentar o preço das refeições, a administração da Sumolis retirou, à maioria dos trabalhadores, parte do prémio de produtividade, o que no total reduz os aumentos salariais deste ano (apenas 5 por cento) a quase metade (2,8 por cento, segundo os cálculos do sindicato).

Fenprof em congresso

A valorização da profissão docente e a luta por uma escola pública de qualidade constituem o tema central do 5º Congresso Nacional dos Professores, que decorre em Lisboa, na FIL, até amanhã, e que é presidido pelo Presidente da República.

O congresso da Federação Nacional de Professores foi apresentado aos jornalistas pelo secretário-geral da Fenprof, Paulo Sucena, que revelou estar prevista a presença de mil delegados do Continente e Regiões Autónomas, além de outros representantes de estruturas sindicais de nove países. Anteontem haviam confirmado já a presença no congresso representantes de organizações sindicais de docentes de França, Espanha, Angola, Cabo Verde, Brasil, S. Tomé e Príncipe, Bulgária, Rússia e Marrocos.

Para o dirigente da Fenprof, o encontro nacional aponta para o reforço da unidade dos professores. Para a sessão de abertura do congresso foram confirmadas as presenças do Provedor de Justi-

ça, do reitor da Universidade Técnica de Lisboa, da vice-reitora da Universidade do Algarve e do presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Durante os três dias do congresso são apresentados e debatidos o relatório de actividades do triénio 1992/95 e o programa de acção da Fenprof para 95/98. Segundo Paulo Sucena, o programa de acção contém «10 propostas para um ensino de qualidade e uma profissão valorizada», que fazem parte das grandes frentes da acção reivindicativa.

No documento, a Fenprof defende a participação efectiva dos docentes na definição da política educativa, a afirmação dos professores na sociedade portuguesa, a revisão do Estatuto da carreira docente, a estabilidade profissional, a descentralização da administração educativa e a valorização material da profissão. A federação propõe ainda a formação inicial dos educadores e professores, o

reordenamento da rede escolar, a melhoria das condições de trabalho e a defesa de aposentações dignas.

Combatividade dos metalúrgicos

Combatividade e entusiasmo marcaram o 6º Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, realizado dia 19, em Aveiro, com a participação de 220 delegados e mais de centena e meia de convidados.

O debate foi aberto com a intervenção do coordenador da federação. João Paulo apresentou o relatório de actividades e as propostas da direcção relativas a alteração dos Estatutos, Programa de Acção e Resolução político-sindical.

Foi eleita, com 212 votos a favor, a lista proposta para dirigir a FSMMP nos próximos anos; analisada previamente com os colectivos dos 14 sindi-

catos que integram a federação, a lista integra 51 elementos, representando as principais empresas e sectores; 25 por cento dos novos dirigentes não faziam parte da anterior direcção, e 10 por cento são mulheres. As alterações aos estatutos permitem que nas reuniões de direcção possam participar também os dirigentes da CGTP ligados ao sector.

«Não subestimamos as dificuldades e obstáculos, mas é com determinação e confiança que contrapomos uma política de futuro à política do passado desenvolvida pelo grande patronato e pelo Governo» - afirmou João Paulo, no encerramento. Nesta sessão interveio também o coordenador da CGTP, Carvalho da Silva, que, comentando as afirmações eleitoralistas que começam a proliferar, sublinhou que «não basta constatar os problemas, é preciso identificar as suas causas e os responsáveis, para que não mudem os autores e continue a mesma política».

Guia dos Direitos da Mulher

A CGTP divulgou anteontem um Guia dos Direitos da Mulher Trabalhadora, que resultou da concretização de um projecto de promoção da igualdade da mulher, e disse estar pronta a avançar com uma outra proposta de âmbito mais alargado.

O primeiro projecto, concretizado entre 1992 e 1994, integrou um curso de formação de «agentes para a igualdade» e a criação deste Guia que vai servir de suporte a outras acções de formação nos locais de trabalho. O segundo projecto, que aguarda ainda aprovação do Instituto do Emprego e Formação Profissional, deverá ser posto em prática em

Setembro ou Outubro e concretizar-se até 1998. Ambos os projectos estão integrados no programa comunitário NOW (Novas oportunidades para as mulheres).

O acesso ao emprego, a carreira e a categoria profissional, o despedimento colectivo, a retribuição, os trabalhos proibidos ou condicionados, a protecção da maternidade e da paternidade são alguns dos aspectos abordados nesta publicação. O guia dá ainda conselhos sobre como agir em caso de violação do direito à igualdade e para garantir à mulher os diversos direitos que lhes estão consignados na lei.

De novo nas ruas de Lisboa

Cerca de uma centena de trabalhadores da empresa vidreira Manuel Pereira Roldão, da Marinha Grande, deslocou-se terça-feira a Lisboa, onde uma delegação foi recebida pelo assessor do Presidente da República para as questões sociais. Na ocasião, foi oferecida ao Chefe de Estado uma jarra azul, réplica da «Jarra da solidariedade», em tamanho grande.

Antes da audiência em Belém, os trabalhadores desfilarão pelas ruas da baixa até à secretaria de Estado da Indústria, onde entregaram um documento de protesto contra a passividade do Governo relativamente ao processo da MPR e lamentando que o Governo não tenha acedido a um pedido de audiência formulado em 6 de Abril.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, que assina o documento, considera que o Governo, como maior credor da MPR, «não pode deixar sucumbir uma unidade produtiva como esta, na qual os trabalhadores tanto empenho e sacrifício têm demonstrado para atingirem a sua viabilização».

Neste contexto, os trabalhadores exigem que o Governo assuma a condução do processo da MPR, nomeadamente no que diz respeito à mudança da titularidade da empresa e à nomeação de um gestor, bem como à garantia de apoios mínimos para a manutenção da unidade fabril até à conclusão do processo de definição da titularidade.



Contrato individual falhou na CGD

Apenas 234 dos 9 mil trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos aceitaram optar pelo contrato individual de trabalho, «depois de uma longa maratona em que os trabalhadores da Caixa foram vítimas de uma série de acontecimentos lamentáveis que chegaram ao limite de, pasmesse, envolver mesmo alianças contra-natura entre a gestão da CGD e as direcções sindicais dos bancários» - afirma a Comissão de Trabalhadores da CGD.

Num comunicado ao pessoal desta instituição bancária, a CT congratula-se porque «nada fez quebrar a unidade e a consciência dos trabalhadores, que souberam resistir a tudo», «desde as ameaças directas, aos paternais cantos de sereia, às inqualificáveis agressões verbais e à arrogância provocatória que as direcções sindicais assumiram».

Em tais condições, este resultado «é uma vitória dos trabalhadores da Caixa e das suas estruturas representativas, contra todos aqueles que teimam em não querer compreender o que é tão evidente: a mística diferente que envolve e distingue quem aqui trabalha, a forma especial de sentir a instituição e de viver em unidade verdadeira».

Deputados do PCP de Norte a Sul

O Presidente do Grupo Parlamentar comunista, Octávio Teixeira, acompanhado pelos deputados João Amaral (cabeça de lista pelo Porto), Luís Sá e Luís Peixoto, deslocou-se na passada segunda e terça-feira à Cidade Invicta para uma visita de trabalho preenchida com um vasto programa de encontros. Da agenda fizeram parte, mais exactamente, contactos com as empresas Eurofer e Finex, os sindicatos dos Médicos e dos Enfermeiros, os moradores das Obras do Freixo, a Federação dos Têxteis, a Escola Secundária de Gondomar e a Escola Preparatória da Areosa, e bem ainda com a administração da ARS/Norte. Esta visita do líder da bancada comunista vem na sequência de uma outra aos concelhos do Barreiro, Grandola e Alcacer do Sal, recentemente realizada por uma delegação por si encabeçada, da qual faziam também parte os deputados José Manuel Maia, Odete Santos, Paulo Rodrigues, António Filipe e Alexandrino Saldanha. No decorrer destas visitas os deputados puderam constatar o esforço das Câmaras no sentido de impulsionar e promover o desenvolvimento, pese embora, como é o caso do Barreiro, os problemas que resultam do processo de desindustrialização ali em curso. Depois de uma visita ao concelho da Moita, na primeira semana do mês, José Manuel Maia esteve sexta-feira última (dia 19) no Montijo, onde se deslocou com o deputado Paulo Rodrigues, tendo estabelecido contactos com as autarquias, reformados, moradores e Misericórdia.

Impactes ambientais

O Partido "Os Verdes" entregou na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei que define um novo regime de avaliação do impacte ambiental. Na base desta iniciativa, anunciada na passada semana em conferência de imprensa, está a consideração de que, com o actual regime, a avaliação dos impactes ambientais tem sido "uma farsa", com a "cobertura activa ou passiva" do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais (MARN). "Nestes anos todos não há memória de algum projecto não ter sido viabilizado por razões ambientais", adiantam "Os Verdes", que exemplificam, entre outros casos, com a localização da incineradora de resíduos tóxicos, a construção da barragem de Foz Coa, a nova travessia do Tejo ou a herdade de Thierry Russel no Alentejo. O projecto de lei propõe que seja criada, na tutela do MARN, uma Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental (CAIA) que, além da Administração Central, inclua representantes dos municípios, das universidades, das associações profissionais e de defesa do ambiente.

Hoje, PCP interpela Governo As promessas do PSD e os ataques aos direitos dos trabalhadores

O estado dos direitos laborais, sociais e económicos dos trabalhadores estará hoje no centro do debate parlamentar.

Preenchendo a totalidade da sessão plenária, esta interpelação do PCP ao Governo visa demonstrar que, ao longo dos últimos quatro anos, diferentemente do que prometera o PSD, a situação dos trabalhadores neste capítulo conheceu um acentuado agravamento.

Trata-se, concretamente, de confrontar o Governo com uma realidade que tem como pano de fundo o contínuo ataque aos direitos laborais e sindicais dos trabalhadores, num processo simultaneamente marcado pelo aumento do clima de intimidação nas empresas e pela crescente instabilidade e insegurança registadas no plano das relações laborais.

Os exemplos, a este respeito, não faltam, como nos relata o deputado Lino de Carvalho, para quem o caso do manifesto eleitoral do PSD de há quatro anos é em si mesmo um testemunho eloquente do que são as promessas não cumpridas.

"Onde está por exemplo a prometida criação de novos postos de trabalho?", inquiriu, em conversa com o "Avante!", o deputado comunista, antes de frisar que a verdade é que em termos oficiais, em 1991, o desemprego atingia 296.563 trabalhadores, número este que em Abril de 1995 passou para mais de 425 mil, isto é, mais 45 por cento, o que significa que Portugal foi o país da União Europeia onde neste período mais cresceu em termos relativos a taxa de desemprego.

Sinistrados de trabalho

Evidenciando uma total insensibilidade à situação dramática em que vivem os sinistrados de trabalho e as vítimas de doenças profissionais, a maioria PSD chumbou dois projectos de lei da autoria do PCP que preconizavam a revisão do valor das indemnizações a pagar aos cidadãos nestas condições.

Com esta iniciativa legislativa, apreciada faz hoje uma semana, e que recolheu o apoio do PS e do CDS/PP (que votaram a favor), tratava-se de fazer subir o valor das indemnizações a pagar aos sinistrados de trabalho, procedendo simultaneamente à revisão parcial do regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais.

A deputada Odete Santos, que interveio em nome da formação comunista, considerou que os sinistrados de trabalho estão a ser espoliados e que recebem "pensões de miséria", enquanto as empresas seguradoras recebem "lucros fabulosos". Tudo, acrescentou, com a connivência do Governo.

"O Governo operou um retrocesso na área da sinistralidade laboral, dando uma ajudinha às seguradoras privatizadas, permitindo-lhes que embolsem ainda mais lucros pois pagam muito menos aos trabalhadores do que pagavam com as tabelas de 1971", acusou Odete Santos.

Ainda sobre esta matéria, o PCP propôs, entre outras medidas, o alargamento da noção de acidente de trabalho, o aumento das pensões e indemnizações e o aumento do subsídio para despesas de funeral.

A "solidariedade" laranja

Citada por Lino de Carvalho - e esta é outra das questões que não deixará de estar hoje no centro do debate - foi também a ideia invocada pelo PSD na última campanha eleitoral quanto a um "Portugal mais solidário", em relação ao qual, dizia, importa reforçar a solidariedade.

E o que temos hoje? "A maior solidariedade traduziu-se - as palavras são do deputado do PCP - no facto de em 1991 o número de desempregados que tinham acesso a subsídio de desemprego rondar os 39,5 por cento e de quatro anos depois, no final do Legislatura, esta percentagem baixar ainda mais, cifrando-se na casa do 30,6 por cento, o que quer dizer que cerca de 70 por cento dos desempregados não têm acesso a qualquer apoio".

Para Lino de Carvalho é ainda completamente falsa a afirmação do PSD - proferida sempre que este assunto vem à baila - de que este aumento do desemprego se fica a dever ao facto de ter aumentado também a população activa. O argumento, insiste, não tem qualquer fundamento, porquanto, observou, a

"taxa de actividade tem-se mantido relativamente inalterada, enquanto que o número de empregos existente diminuiu."

Ainda a este respeito basta dizer que em 1992, para não se ir mais atrás - foi Lino de Carvalho a lembrá-lo -, a população empregada era de 4.340.000 e que em 1994 esse valor baixou para pouco mais de 4.251.000.

Os números, como bem se vê, não deixam margem para qualquer dúvida, evidenciando claramente que se verificou um agravamento da situação em termos do aumento do desemprego, bem como no plano do aumento da insegurança e instabilidade das relações laborais.

As razões para esta situação, no entender da formação comunista, também estão claramente recenseadas, resultando fundamentalmente, como observou Lino de Carvalho, por um lado, do facto do sector produtivo nacional ter vindo a ser destruído sem que se tenham criado alternativas, e, por outro, do processo de privatizações e desmantelamento do Sector Empresarial do Estado que tem levado a que nas empresas alvo desse processo se tenha vindo a operar uma redução do número de trabalhadores.

Caso OGMA A prepotência do PSD e a protecção ao chefe...

Uma atitude que constitui "uma grave afronta aos poderes de fiscalização" do Parlamento, ditada "por objectivos de «protecção» do seu líder partidário", simultaneamente reveladora da "incapacidade do PSD de aceitar o normal exercício dos poderes da Assembleia", assim classificou o Grupo Parlamentar do PCP a decisão unilateral da maioria governamental de encerrar as audições do inquérito parlamentar ao caso OGMA.

Anunciada na semana transacta no decorrer da Comissão de Inquérito, esta decisão do PSD foi acolhida por fortíssimas críticas de todos os quadrantes da oposição, com os deputados do PSD a considerarem que já não se justifica continuar os trabalhos e a oposição em bloco a dizer o contrário.

Na ocasião, José Lello (PS) defendeu que Fernando Nogueira tem responsabilidades nesta questão, e garantiu que "o que está a ser prejudicado não é a actividade das OGMA, mas sim o esclarecimento da verdade", acusando ainda a Comissão de apenas querer ouvir funcionários e não os responsáveis políticos.

Também o CDS/PP qualificou de "caricatos e escandalosos" os argumentos do PSD para

As receitas do PS

Indissociável deste estado de coisas, noutra plano, está ainda o modelo de economia nacional e europeia centrado numa hiperliberalização do mercado de capitais, sem nenhuma preocupação de ordem social, facto que leva a que as grandes empresas multinacionais se desloquem de país para país à procura de mão-de-obra mais barata, de que o caso Renault é o exemplo mais recente, apesar de em Portugal a mão-de-obra não ser o elemento causador da perda de competitividade da nossa economia.

O crescimento exponencial do desemprego, bem como o aumento da insegurança e instabilidade no emprego em resultado da política de direita, constituem, assim, em síntese, as grandes questões em que incidirá a atenção dos deputados comunistas no decorrer da interpelação, tendo em conta, igualmente, que as propostas do PS - designadamente as conclusões dos "Estados Gerais", consubstanciadas no "Contrato de Legislatura" -, seguem, no fundamental, as mesmas receitas do PSD, centrando a política laboral na flexibilização do mercado de trabalho.

Defender os sectores produtivos

Realce merecem ainda, por último, as propostas que o Grupo comunista apresentará no debate, propostas estas que assentam na necessidade de defender e reforçar a modernização dos sectores produtivos nacionais, na manutenção do sector público (embora em condições de gestão e articulação com o mercado distintas das que nortearam o PSD), a necessidade de pôr termo ao processo de privatizações, a necessidade de pôr um travão a esta hiperliberalização do mercado de capitais, sem nenhuma preocupação social, e a necessidade de rever o sistema de financiamento da Segurança Social de molde a que, para além da obrigação que o Estado tem em honrar os seus compromissos, se proceda às transferências das verbas necessárias à cobertura dos sistema não contributivos, independentemente da necessidade de se vir a encontrar outra solução de financiamento da Segurança Social que não assente exclusivamente na consideração dos postos de trabalho, mas que também tenha em conta um contributo do factor capital.

direcção assenta na consideração de que a atitude do PSD visou efectivamente proteger Fernando Nogueira.

Na sua posição pública, os deputados comunistas recordam nomeadamente terem defendido como absolutamente essencial, desde o início dos trabalhos da Comissão de Inquérito, a audições do ex-ministro da Defesa Nacional, Fernando Nogueira, uma vez que, referem, o que sempre esteve em causa foi a necessidade de apuramento das responsabilidades políticas pelos factos ocorridos.

Nessa medida, lembrem, desde a primeira hora que o Grupo comunista propôs que a Comissão ouvisse de imediato o deputado Fernando Nogueira e o actual ministro da Defesa Nacional, posição esta que não obteve o apoio de nenhum outro partido.

"Atitude prepotente que impede e inviabiliza a fiscalização dos actos do Governo por parte da Assembleia da República", eis, pois, em síntese, como a direcção do Grupo Parlamentar do PCP qualifica a decisão do PSD de encerrar de supetão o inquérito parlamentar.



Os estudos de impacte ambiental, tal como são feitos neste momento, são postos em causa pelos «Verdes»

«Os Verdes» contra farsa dos Estudos de Impacte Ambiental

O Partido «Os Verdes» anunciou quinta-feira, em conferência de imprensa, a apresentação no parlamento de um projecto de lei com um novo regime de avaliação do impacte ambiental.

«Os Verdes» consideram que, com o actual regime, a avaliação dos impactes ambientais tem sido «uma farsa», com a «cobertura activa ou passiva» do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais (MARN).

«Nestes anos todos não há memória de algum projecto não ter sido viabilizado por razões ambientais», adiantam «Os Verdes».

Exemplificam, nomeadamente, com a localização da incineradora de resíduos tóxicos, a

construção da barragem de Foz Côa, a nova travessia do Tejo ou a herdade de Thierry Russel no Alentejo.

O projecto de lei propõe que seja criada, na tutela do MARN, uma Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental (CAIA) que, além da administração central, inclua representantes dos municípios, das universidades, das associações profissionais e de defesa do ambiente.

A CAIA terá como responsabilidade «não só a consulta do público, mas também a de promover a sua participação através de meios adequados, como sejam os órgãos de comunicação social».

Segundo o projecto de «Os Verdes», a entidade competente para licenciar ou autorizar o projecto não poderá apreciá-lo sem que lhe seja presente o resultado da avaliação do impacte ambiental e o parecer do MARN, que passa a ser vinculativo.

O projecto determina ainda que a aprovação dos projectos sujeitos à avaliação de impacte ambiental é obrigatoriamente precedida dos respectivos estudos.

O objectivo, segundo «Os Verdes», é evitar que os projectos avancem sem uma avaliação efectiva do seu impacte no meio ambiente.

Recenseamento eleitoral até 31 de Maio

Os jovens que até 31 de Maio completarem 18 anos, ou os eleitores que mudaram de residência, devem inscrever-se no recenseamento eleitoral, nas Juntas de Freguesia da área da sua residência.

Para votar é preciso estar inscrito!

Com o apoio da CNA

Produtores de leite manifestam-se na Tocha

Os produtores de leite do distrito de Coimbra manifestaram-se a semana passada na Tocha, condicionando o trânsito na Estrada Nacional 109 durante cerca de uma hora, e aprovaram um «Caderno de Reclamações» aos compradores da região e ao Governo. Os manifestantes, que protestavam sobretudo contra a descida do preço do leite na produção, a invasão de leite estrangeiro e a actuação governamental, eram provenientes dos concelhos de Cantanhede, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz.

Os seus dirigentes anunciaram a intenção de solicitar reuniões com a Lacticoop e Ministério da Agricultura para apresentar, o mais rapidamente possível, as suas reivindicações.

A manifestação, promovida

pela Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra (ADACO), com o apoio da CNA, teve início cerca das 11 horas perto da entrada da Lacticoop, seguindo depois, a pé, pela EN109 até ao recinto da feira da Tocha, a cerca de 500 metros de distância, onde foi lido o «Caderno de Reclamações».

Esta manifestação surgiu na sequência de duas reuniões levadas a cabo pela ADACO em Liceia (Montemor-o-Velho) e Bom Sucesso (Figueira da Foz), em que participaram cerca de duas centenas de produtores de leite.

No final, Isménio Oliveira, director da ADACO, disse à agência Lusa que os produtores de leite da região poderão envolver-se por «outras formas de luta», se as reivindicações apre-

sentadas não forem atendidas até meados de Junho.

«A manifestação de hoje foi pacífica» - afirmou. «Mas se não recebermos uma resposta positiva dos compradores e do Governo, a situação não será a mesma».

Entre as exigências aos compradores destaca-se a recusa da descida do preço do leite na produção, com a manutenção da actual ajuda compensatória da comunidade, sem a descida prevista de um escudo/litro em Julho próximo.

«Melhores análises», que não os prejudiquem, é outra das reivindicações dos produtores de leite, que apelaram às direcções do Movimento Cooperativo para alterarem a sua posição de «passividade e resignação» em relação a crise no sector e

Alta Autoridade dá razão ao PCP em queixa contra RTP

Na sua reunião do passado dia 17, a Alta Autoridade para a Comunicação Social deliberou sobre uma queixa apresentada em 1 de Março pelo PCP contra a RTP por ausência de critérios pluralistas nos convites para comentários políticos nos telejornais, atestada designadamente no facto de aquela estação de televisão ter confiado quinzenalmente o comentário político em estúdio a dois dirigentes do PSD e do PS (Silva Marques e António Vitorino, este posteriormente substituído por Jorge Coelho).

Por dez votos a favor e duas abstenções, a AACS deliberou «exortar a RTP a que não deixe de proporcionar - como, aliás, parece sua intenção - a rotatividade dos comentadores de modo a que fique assegurada a expressão das diversas correntes de opinião».

Em declaração de voto, José Garibaldi, que votou a favor da deliberação, considerou que no caso em análise, a AACS «deveria ter enfatizado, em especial na conclusão aprovada, que a medida de autodeterminação reconhecida à direcção de informação da RTP, no estabelecimento dos seus «critérios jornalísticos» tem sempre como limite a preservação das finalidades e deveres fixados no serviço público, no que respeita à observância do pluralismo e do tratamento não discriminatório» estabelecidos na Constituição e na Lei da Televisão.

De referir ainda que solicitado pela AACS a pronunciar-se sobre a queixa do PCP, o Director Coordenador de Programas e Informação da RTP teceu considerações e espraçou-se em sofismas que, por si só, são esclarecedores das inquietantes concepções dos principais responsáveis da televisão do Estado.

Com efeito, a RTP começou por dizer que «com os limites temporários inerentes a um jornal diário de informação televisiva seria inviável juntar, a uma mesma mesa, personalidades representativas de todos os quadrantes da vida

política!» Chama-se a isto desconversar porque ninguém tinha reclamado tal coisa.

Afirmou depois a RTP que «os critérios que presidiam ao convite a Silva Marques e António Vitorino foram estritamente jornalísticos», que tal convite era «temporário», que «outras duplas se seguirão» (o que é uma fraca garantia porque a justa reclamação não é a de quaisquer «outras duplas» mas sim de outras duplas que acabem com a discriminação actual).

A RTP esforçou-se depois por convencer a AACS de que «a presença dos dois militantes foi solicitada não na qualidade de representantes dos partidos a que pertencem, mas sim na qualidade de cidadãos, analistas políticos, ligados aos dois partidos mais representativos». (!!!)

Mais grave que tudo, e revelando que dos responsáveis da RTP se pode continuar a esperar o pior, a carta da RTP sentenciava que «mesmo que (...) outras duplas se não seguissem, nunca a RTP poderá ser acusada de estar a infringir os princípios do pluralismo e da Democracia».

E isto porquê? Porque, segundo a RTP, entre as características do espaço informativo que é o telejornal se conta que «nele espera o telespectador ver as principais notícias do dia (e não todas) e, em matéria de opinião (caso do comentário), representadas as correntes maioritárias. Ora, segundo os dados das últimas eleições, o PS e o PSD representam, actualmente, quase 80% do eleitorado».

É prudente admitir que, quem assim pensa e tem a audácia de o escrever, dê poucas garantias de respeitar a exortação que a AACS lhe acaba de dirigir.

É, por isso, que o combate à discriminação e a luta pelo pluralismo na RTP e noutras estações tem que continuar em todos os planos, incluindo o protesto directo dos próprios telespectadores.



Carvalhas em «Grandes Debates» no Algarve

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, participou na quinta-feira na iniciativa «Grandes Debates da Universidade do Algarve», um conjunto de debates para os quais foram convidadas diversas personalidades, estando nesse dia reservado o anfiteatro de Economia, Gestão e Turismo para a intervenção e debate com os presentes com o dirigente comunista.

Preços agrícolas

Um pacote insuficiente, uma Reforma desastrosa

O pacote para a fixação dos preços agrícolas da campanha 95/96 foi rejeitado a semana passada no Parlamento Europeu. No último ano do período transitório da Reforma da Política Agrícola Comum (PAC), aprovada durante a presidência portuguesa da União e apresentada como a única via para assegurar os interesses dos agricultores, ninguém parece particularmente interessado em assumir a responsabilidade das suas desastrosas consequências.

O relatório Happart, relativo às propostas de regulamento do Conselho sobre a fixação dos preços agrícolas e algumas medidas conexas, propunha um aumento global e uniforme de **um por cento** para todos os produtos. Uma medida insuficiente e falsamente igualitária, que escamoteia uma realidade cada vez mais incontestável, denunciada pelo eurodeputado comunista, Honório Novo: a Reforma da PAC afirmou-se como "um instrumento de distorção e diminuição dos rendimentos dos agricultores, como um instrumento de desertificação e abandono drástico e forçado do mundo rural, como um

meio que provocou e continua a provocar a diminuição de capacidade global da produção agrícola, afectando de uma forma muito especial e dramática os países do Sul".

O que hoje se pode comprovar, como de resto em devido tempo os comunistas previram e preveniram, é que com a Reforma da PAC os preços no consumidor não diminuíram. O que diminuiu, isso sim, foi o rendimento dos agricultores, o que por si só é revelador dos interesses que presidiram à Reforma. Ora, é na sequência lógica da aplicação dessa mesma Reforma que aparece o pacote de preços para 95/96 e o

relatório Happart com a sua proposta 'igualitária', que os comunistas e o próprio Parlamento acabaram por rejeitar.

Como fez questão de sublinhar Honório Novo, em causa não estava "recusar o acréscimo, mas antes denunciar ser ele manifestamente insuficiente para minimamente recuperar a quebra de rendimento dos agricultores nos últimos anos". Em causa estava, ao mesmo tempo, a denúncia de que, com o seu igualitarismo "se desprezavam as diferentes situações dos diversos produtos agrícolas", não se tinham minimamente em conta as "especificidades estruturais da produção agrícola de certas regiões ou de determinados países do Sul, particularmente afectados pelas incidências negativas da Reforma da PAC". Com a particularidade de tais situações se encontrarem actualmente agravadas por circunstâncias climatéricas negativas decorrentes por exemplo de uma seca prolongada e plurianual e de geadas devastadoras, como sucede em Portugal, e que por si só justificariam "preços incentivadores do aumento da produção e que funcionassem

como compensação face a continuados e prolongados prejuízos".

Acresce, por outro lado, que o pacote de preços proposto, bem como as diminuições previstas e os insuficientes aumentos que contempla (a par de outras medidas particularmente gravosas para a produção pecuária, dos legumes e frutas, do leite e da manteiga), não têm em conta a necessidade de defesa dos agricultores da União Europeia face à entrada em vigor dos acordos do GATT, e à política de liberalização e desregulamentação previstas em sucessivos acordos de comércio livre, inclusive com os Estados Unidos.

Tudo isto torna imperioso, defendem os comunistas, incentivos à produção, tanto mais que as despesas agrícolas actuais são inferiores aos *plafonds* existentes e os *stocks* de produtos agrícolas são quase inexistentes, apesar de, como lembrou Honório Novo, "a própria FAO exprimir a sua preocupação perante a sua exiguidade a nível mundial, considerando-os inferiores aos níveis mínimos de segurança alimentar".

Portugal e Cabo Verde geram consenso no PE

O Parlamento Europeu aprovou, na sua sessão plenária da semana passada, duas propostas de resolução em que solicita à Comissão Europeia e ao Conselho a disponibilização imediata de meios para auxílios de emergência a Portugal e a Cabo Verde, que permitam fazer face às condições de catástrofe provocadas pela geada e pela seca, no caso português, e pela erupção vulcânica na Ilha do Fogo, em Cabo Verde.

As situações vividas em Portugal e em Cabo Verde, resultantes de calamidades naturais, foram dadas a conhecer por deputados do PCP, em ambos os casos, e também, no respeitante ao caso português, por um eurodeputado do PS. A iniciativa de propor auxílio de emergência aos dois países encontrou eco na assembleia europeia, que veio a adoptar uma proposta de resolução comum, no primeiro caso, e a aprovar a proposta de resolução de apoio a Cabo Verde apresentada em nome do Grupo Coligação da Esquerda Unitária Europeia.

No respeitante a Portugal, a resolução estima que "a dimensão dos danos já verificados e previstos leva à necessidade de disponibilização urgente de, pelo menos 30 milhões de contos". Lembrando que os prejuízos provocados pelas diversas calamidades (como a seca e a geada) ocorrem "num período de crise geral da agricultura", afectando em particular os países do Sul, e que em Portugal não existem, na maioria dos casos, "mecanismos preventivos aos quais os agricultores possam recorrer, nomeadamente um seguro agrícola", o PE propõe à União Europeia que adopte "medidas de apoio a um autêntico seguro de colheita" e reafirma a necessidade de criar, no orçamento comunitário, "uma linha específica para situações de emergência".

No caso de Cabo Verde, o pedido de auxílio é fundamentado pelo facto de a actividade vulcânica ter provocado enormes danos materiais e humanos (para além de infra-estruturas completamente destruídas e de populações deslocadas, pelo menos 150 famílias ficaram com a sua vida económica e familiar destruída ou desor-

ganizada), bem como no facto de a Ilha do Fogo e as autoridades nacionais não terem capacidade "para recuperar cabalmente da catástrofe, em todas as suas dimensões".

Para os dois casos, o PE apela para que a concessão dos auxílios, "para aplicação imediata", em articulação com as autoridades locais e nacionais, seja feita "simplificando o mais possível os procedimentos burocráticos".

O apelo é pertinente. A burocracia comunitária, como se sabe, não se costuma compadecer com as urgências das populações.

De não esquecer, também, que as resoluções aprovadas no PE, embora de inegável importância política, não são vinculativas. Daí a oportunidade do 'recado' do eurodeputado Sérgio Ribeiro, ao intervir no debate. Lembrou o deputado comunista que, em momentos de aflição, se pensa na União Europeia "como entidade que pode vir em socorro das situações mais aflitivas", e que, apesar das limitações orçamentais, "é preciso criar condições para que a Comunidade possa ter uma efectiva intervenção" em situações como as referidas. É preciso que os cidadãos - disse -, que se lembram da Comunidade quando tropeja e lhes cai o raio em casa, tenham destas respostas.

Um relatório político

Haverá poucas manifestações tão hipócritas como as de uma Europa, ou de um Ocidente, arrogando-se juiz e garante de democracia e de direitos humanos, impondo conceitos seus como universais e ignorando os telhados de vidro próprios, mesmo relativamente a esses autoproclamados valores - as palavras são de Sérgio Ribeiro, no debate sobre o respeito dos Direitos do Homem na União Europeia, no PE. Uma intervenção sentida, pois como disse o eurodeputado "dói" ler aquele relatório, dói ver Portugal referido por casos e situações que ilustram desrespeito por direitos humanos elementares.

Um desrespeito que passa por inúmeras alegações de práticas de maus tratos em Portugal, pelo aumento de casos de tortura e maus tratos em esquadras de polícia, pela preocupação pelo constante adiamento dos inquéritos judiciais e dos respectivos processos.

O relatório refere-se ainda, no caso português, aos direitos sociais, dos idosos, das mulheres (sobretudo das viúvas rurais, em país de forte emigração na década de 60), e particularmente das crianças, coarctadas dos seus mais fundamentais direitos e transformadas em trabalho infantil coexistente com desemprego crescente.

Noutro plano, o documento faz ainda uma reflexão sobre o racismo, xenofobia, direito de asilo e direitos dos imigrantes, uma temática que, lembrou o eurodeputado comunista, não poder ser desligada de Schengen e da sua aplicação.

Trata-se, como o próprio relator afirma na explicação de motivos, de um relatório político. Uma afirmação para saudar, sublinhou Sérgio Ribeiro, pois é uma recusa a ficar "escondido num juridicionismo neutro". Talvez por isso o relator tivesse feito questão de lembrar que os direitos civis e políticos e a justiça no âmbito da lei são direitos humanos muito importantes mas não são os únicos. Os direitos sociais e o direito a viver livre da pobreza e do crime são também direitos do Homem (e da Mulher)!

Moeda única

Antes de ser, já o era?

A introdução do Ecu como instrumento de pagamento legal deu azo, na última sessão plenária do Parlamento Europeu, à apreciação de um curioso relatório, da autoria do eurodeputado holandês Motten, que teve uma particularidade fora do comum: foi tão claro no seu comprometimento que não deixou dúvidas a ninguém. Para o relator, a moeda única, antes de ser, já o era.

O relatório Motten exprime com clareza os desejos do seu autor, ou seja, que a 3ª fase da União Económica e Monetária (UEM) se inicie o mais depressa possível. Não importa como nem com quem... desde que seja depressa.

O seu projecto de calendário leva à letra o texto de Maastricht e propõe que, até 31 de Dezembro de 1996, o Conselho Europeu decida se a maioria dos Estados-membros que desejem integrar a UEM satisfazem os critérios para a passagem, partindo do pressuposto de que essa maioria (oito em quinze) vai existir.

Tanta sinceridade chega a ser comovedora. Acontece no entanto, como lembrou o deputado Sérgio Ribeiro durante o

debate, que Motten está a tomar os seus desejos por realidade. É que actualmente, como se sabe, apenas três ou quatro dos Estados-membros estão relativamente seguros de que cumprirão os critérios de convergência nominal nos prazos predeterminados.

E os outros?, perguntar-se-á. A resposta é igualmente clara: argumentando que não vale a pena esperar pela segunda data de Maastricht porque também então não estariam todos os Estados-membros em condições de passar à 3ª fase, propõe o relator que se avance já, uma vez que o adiamento, apesar de ser no quadro de Maastricht, não representa uma solução para a desagradável perspectiva das várias velocidades de

integração num único mercado interno.

O facto de anteriormente, como lembrou Sérgio Ribeiro, se afirmar a impossibilidade de o mercado interno (e único) funcionar com várias moedas, parece ser agora irrelevante.

Citando o eurodeputado comunista, "dir-se-ia que se avança aceleradamente para o que é útil para os interesses económicos transnacionais, não obstante o desagradável para os Estados que não estarão em condições e, sobretudo, para a dimensão social".

Não menos significativo, como fez notar Sérgio Ribeiro, "é que, para além da referência à desagradável perspectiva das várias velocidades, não haja outra referência aos Estados-membros, aos que, previsivelmente, poderão e quererão passar à 3ª fase, aos que, previsivelmente, poderão e não quereão, aos que, previsivelmente, mesmo que queiram não poderão".

Os relatórios às vezes dão nisto.

Cuba

Cuba exortou os Estados Unidos a empreenderem "um diálogo franco e respeitoso" com Havana, tal como nas negociações sobre imigração dos últimos dois meses, a fim de solucionar outros aspectos do contencioso bilateral, em particular a questão do bloqueio.

"Os recentes acordos migratórios subscritos pelos governos de Cuba e dos Estados Unidos demonstram que o único caminho para resolver os problemas entre os dois países é o diálogo franco e respeitoso", declarou o vice-presidente cubano, Carlos Lage.

No quadro destes acordos, Washington comprometeu-se também a repatriar para o país de origem todos os refugiados cubanos recolhidos no mar, pondo assim fim à política de acolhimento sistemático seguida durante quase 30 anos.

Lage, que é também secretário do comité executivo do Conselho de Ministros e principal coordenador do movimento de reformas em Cuba, falava a vários milhares de pessoas, entre as quais Fidel Castro, na comemoração do centenário da morte de Jose Martí, herói nacional cubano, morto em combate contra as forças espanholas a 19 de Maio de 1895.

"Estamos convictos de que, apesar dos conflitos prevalentes há mais de um século nas nossas relações, é possível avançar sem constrangimentos nem condicionamentos para acordos mutuamente vantajosos", precisou Lage.

"Apesar das políticas agressivas conduzidas todos estes anos contra Cuba pelos sucessivos governos dos Estados Unidos, nunca faltou, da nossa parte, a vontade de dialogar e encontrar soluções para as diferenças que nos separam na base do respeito mútuo, o que demonstrámos em diversas ocasiões", acrescentou.

Ozono

Trezentos cientistas de 40 países, reunidos no norte da Grécia, instaram a comunidade internacional a tomar medidas exemplares capazes de fazerem respeitar o protocolo de Montreal (1988) sobre a protecção da atmosfera. Numa petição adoptada por unanimidade, os especialistas mostram-se cépticos quanto ao futuro da camada de ozono caso as medidas previstas pelo protocolo não sejam rigorosamente seguidas. A serem respeitadas as normas do protocolo, a camada de ozono recuperará o seu estado, garante o professor grego de física da atmosfera Christos Zerefos, um dos organizadores da conferência. Os dados revelados durante a conferência indicam que os raios ultravioletas no hemisfério sul foram este ano igualmente intensos em Darwin (perto do Equador), Melbourne ou no Antártico, o que significa que as restrições ao CFC foram insuficientes para melhorar a situação. Com base nas últimas

Vírus Ebola

A pobreza também mata

As dezenas de mortes já provocadas pela epidemia do vírus Ebola vem confirmar, da forma mais cruel, o alerta lançado no início deste mês de Abril pela Organização Mundial de Saúde (OMS) - "A pobreza é a principal causa de mortalidade no mundo."

O vírus que está na origem da epidemia de febre hemorrágica, que teve o seu início na cidade de Kikwit, no Zaire, começou por atingir técnicos de laboratório e pessoal de enfermagem, espalhando-se em seguida através dos familiares e amigos das pessoas atingidas. A falta de tudo - de

seringas a luvas de protecção - em meio hospitalar, acabou por transformar um local de tratamento de doenças em centro difusor de uma epidemia.

Duas outras cidades zairenses, Mosango e Yassa Banga, já foram também atingidas e a OMS teme que uma outra localidade - Kenge - localizada entre Kikwit e a capital, Kinshasa, esteja igualmente tocada.

Num quadro de grande miséria e degradação social, em que os serviços básicos de saúde são praticamente inexistentes, os únicos obstáculos sérios à propagação da doença provêm de medidas assumidas



Crianças a mexer no lixo, em Kinshasa. A miséria e a falta de condições sanitárias básicas estão na origem de parte das epidemias

a nível internacional, em particular da iniciativa da OMS.

A quarentena teoricamente imposta a Kikwit é meramente simbólica. Um mercado situado a cerca de dez quilómetros da cidade continua a ser abastecido por produtos provenientes da cidade. Os aviões saem e entram quotidianamente e não foi estabelecido nenhum controlo sanitário.

Os hospitais de Kikwit não estão apetrechados para fazer face à epidemia. Na própria capital, o grande centro hospitalar Maman Yemo, que há três anos atrás deveria ter condições para receber 2.500 doentes, está num estado de total abandono. Não dispõe do material básico nem de medicamentos e o pessoal de saúde praticamente não é pago. Os

outros hospitais e clínicas não estão melhor equipados.

Actualmente, 40% das mortes em todo o mundo são devidas a doenças transmissíveis e causas obstétricas, perinatais e neonatais, praticamente desconhecidas nos países industrializados. 99% das mortes por doenças transmissíveis ocorrem no mundo subdesenvolvido.

Bélgica

Depois das eleições os mesmos problemas

As primeiras eleições realizadas na Bélgica desde que o país se transformou num Estado federal, em 1993, deram a vitória à coligação no poder. Os quatro partidos socialistas e sociais cristãos flamengos e francófonos contam com 81 deputados do total de 150 que constituem o actual parlamento federal.

Destas eleições saíram sete assembleias e seis governos, correspondendo às três regiões do país - Flandres, Valónia e Bruxelas -, e às três comunidades linguísticas - flamenga, francesa e germanófona. As votações de carácter regional repetiram,

grosso modo, o sentido do voto para o parlamento.

Um resultado eleitoral que surge como uma aposta numa estabilidade que, entretanto, está longe de corresponder às realidades concretas do país.

A clara contradição entre os resultados eleitorais e os resultados das sondagens não testemunham apenas da falibilidade destas. Mas igualmente dum quadro social e político em que sobram razões de insegurança e de desconfiança.

As últimas sondagens divulgadas antes das eleições indicavam que 60% dos belgas não têm já qualquer confiança nos seus políticos e

que 40% se mantinham indecisos. A extrema-direita - que desenvolveu a sua campanha em torno da propaganda anti-imigrantes, dos escândalos político-financeiros que grassam ao nível do poder e têm vindo agora a ser denunciados, e pela desarticulação da federação - não obteve os progressos eleitorais que as sondagens vinham a indicar. Detém entretanto 10% dos votos a nível nacional e a maioria em Antuérpia, a segunda cidade do país e capital do norte, com uma votação superior a 26%.

A verdade é que a extrema-direita consegue captar os

sentimentos de insatisfação de parte dos sectores de população quotidianamente confrontados com uma situação de pobreza. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, 14% da população activa está no desemprego e 13% tem apenas trabalhos a tempo parcial. Sectores que podem estar mais receptivos ao discurso racista.

A adopção do "plano global" de Novembro de 1993 - cortes nas verbas destinadas à segurança social, congelamento dos salários, medidas lesivas dos interesses dos desempregados - gerou então um forte movimento laboral

de contestação. Foi decretada uma greve geral por todos os sindicatos, numa acção de luta de uma amplitude desconhecida desde os anos 30.

A pretexto de Maastricht, é esta a política que continua a ser seguida. Gerando problemas que estiveram no centro da polémica eleitoral e que, findas as eleições, se mantêm como questões centrais. De entre estas destaca-se a reforma da segurança social, entre a privatização e a federalização. Esta última opção - exigência que surge da parte da Flandres, a região em que os rendimentos são mais elevados - poderá pôr em causa a unidade do país.

Referendo na Bielorrússia

Mais de oitenta por cento do eleitorado da antiga república soviética da Bielorrússia deu o "sim" à política de integração económica com a Rússia, no referendo realizado no passado dia 14, que incluía outras três importantes questões. No início de Maio, a Bielorrússia abolira já os controlos de alfândega com a Rússia.

Dos 75 milhões de eleitores, 81 por cento pronunciaram-se a favor da promoção do russo à categoria de língua oficial a título equivalente ao da língua local. As duas línguas são muito próximas e calcula-se que apenas cerca de dez por cento da população fala ainda correntemente russo.

Cerca de 75 por cento dos votantes responderam "sim" à substituição da bandeira da independência pela da Bielorrússia soviética.

Quase 77 por cento do eleitorado votou ainda de forma positiva à quarta questão do referendo, dando ao actual presidente o direito a dissolver o parlamento.

Em simultâneo com este referendo realizaram-se eleições legislativas. Esta primeira volta apenas permitiu a eleição de 18 dos 260 deputados ao Parlamento de Minsk. A data da segunda volta ainda está por fixar. O novo Soviete Supremo só se reunirá quando estiverem preenchidos dois terços dos lugares.

CPPC e MPCA Solidariedade com o povo angolano

O General João de Matos, chefe do Estado Maior das Forças Armadas da República de Angola, em visita oficial a Portugal, recebeu, a 19 de Maio, uma delegação conjunta do CPPC - Conselho Português para a Paz e Cooperação e do MPCA - Movimento Português contra o Apartheid, constituída pelo Marechal Francisco Costa Gomes, Almirante Rosa Coutinho, Brigadeiro Pezarat Correia, Eng^o Aquilino Ribeiro Machado e António Pedro Carvalho.

Durante o encontro, foram trocadas informações sobre a situação político-militar em Angola e perspectivas para a paz, tendo sido afirmado pelo General

João de Matos que acredita estarem reunidas condições para se conseguirem avanços significativos no processo de paz. Informou que a guerra tem representado uma grande tragédia para o povo angolano, e que muitos milhões de pessoas, a grande maioria da população, vive, por isso, em condições extremamente difíceis.

Paralelamente, o CPPC e o MPCA informaram das iniciativas promovidas e previstas pelas duas organizações, no âmbito dos programas e projectos de solidariedade e cooperação, e dos sentimentos que a situação em Angola suscita no nosso país.

Palestina

Suspensa expropriação de terras palestinianas

Num quadro de tensão e de acusações mútuas entre o Partido Trabalhista e o Likud, o governo israelita foi forçado a suspender as expropriações de terras em Jerusalém. Numa acção unida, os deputados do Hadash (comunistas) e do Partido Democrático Árabe puseram em causa a decisão provocatória do governo de Rabin, visando confinar mais ainda as populações palestinianas na malha apertada dos colonatos judaicos, o que permitiu, de imediato, ultrapassar mais um momento difícil deste conturbado processo de paz.

Uma comissão ministerial vai agora ser criada para "reconsiderar" as expropriações, entretanto congeladas. A OLP congratulou-se oficialmente com os resultados da votação no Knesset (Parlamento israelita). Momentaneamente poderá estar ultrapassada uma fase de grande tensão, com o agudizar de clivagens também no seio da OLP.

Na véspera, a Organização de Libertação da Palestina optara pela continuação das conversações de paz. Mas a Fatah, a sua mais importante componente, lançou um apelo à suspensão das conversações, até que Israel desistisse de confiscar mais terras árabes. A perspectiva seria mesmo de um retomar da intifada. "E não apenas em Jerusalém, não apenas nas terras ocupadas, mas em todo o Médio Oriente", nas palavras de Faisal al-Husseini, responsável da OLP para os assuntos de Jerusalém, em declarações à rádio de Israel.

Um quadro de crise - de momento superado - em que a posição de Washington, de bloquear uma resolução do Conselho de Segurança da ONU pedindo a Israel para anular as expropriações, surge como particularmente significativa.

Os outros catorze membros do Conselho de Segurança

O bloqueio praticamente permanente a Gaza e à Cisjordânia agrava a situação socioeconómica dos palestinianos - o número de palestinianos autorizados a trabalhar em Israel foi consideravelmente reduzido, e estão a ser substituídos por mão-de-obra proveniente da Ásia e

situação económica muito mais favorável.

De notar igualmente que, dos 400 milhões de dólares de ajuda externa prometidos para 1994, apenas 240 mil chegaram à administração autónoma palestinianiana. A ajuda árabe é bem reduzida. Enquanto os riquíssimos

"Davar", órgão do grande sindicato trabalhista israelita, sublinha: "embora a maioria dos atentados sejam provenientes, não de Gaza, mas dos territórios sob o nosso controlo, o primeiro-ministro - sem o dizer abertamente -, exige de Arafat o desencadear de uma verdadeira



Militares Israelitas. Os acordos prevêem a sua retirada, entretanto sempre adiada

votaram a favor do texto. Pela primeira vez nos últimos cinco anos, os Estados Unidos usaram assim o seu contestado direito de veto em favor do seu aliado estratégico no Médio Oriente.

Toda esta sequência de acontecimentos surge um ano volvido sobre o início do processo de autonomia palestinianiana, que entrou em vigor a 4 de Maio de 1994. Um ano marcado pelo desrespeito dos compromissos assumidos e por um clima de violência que levou à morte de quase 300 pessoas - um terço israelitas e dois terços palestinianos.

da Europa de leste. A percentagem de desempregados é actualmente de 60% da população activa e o nível de vida - dez vezes inferior ao de Israel - sofreu um quebra para metade, neste ano.

Uma realidade que antes do mais tem a ver com o próprio incumprimento dos acordos de paz. A situação seria sem dúvida muito melhor se os acordos de Oslo tivessem sido respeitados e a autonomia alargada, na data prevista (Julho de 1994), à Cisjordânia. Quinze vezes maior que Gaza e dez vezes menos povoada, a Cisjordânia conta com uma

mos estados petrolíferos do Golfo fazem investimentos da ordem dos 750 mil milhões de dólares no Ocidente, apenas os países com menos recursos, como o Egipto ou a Jordânia, canalizam alguma ajuda para os palestinianos.

Entretanto, a retirada do exército israelita, que deve preceder as eleições palestinianas, é sempre adiada, a pretexto de confrontos ou de acções terroristas. Quando facilmente se compreende que a violência é alimentada pelo não cumprimento do processo de paz.

Em comentário a esta teorização oficial, o jornal israelita

guerra civil interpalestinianiana, a única que, a seu ver, permitiria eliminar o islamismo". E, em editorial, surge uma questão deveras pertinente. Rabin "estará a usar os atentados como um alibi para retardar a aplicação dos acordos do Cairo?"

Gaza, a primeira e difícil experiência de uma futura soberania, representa um primeiro passo para a liberdade. Um milhão de palestinianos não estão finalmente submetidos à humilhação quotidiana da ocupação militar israelita. Uma semente que há, entretanto, quem queira sufocar no ovo.

descobertas, uma equipa de cientistas deverá elaborar uma proposta de revisão ao protocolo de Montreal. O protocolo de Montreal prevê a eliminação progressiva dos clorofluorcarbonetos (CFC) utilizados nos aerossóis, climatização e refrigeração, nefastos para a camada de ozono, cuja destruição aumenta as radiações ultravioletas que atingem a superfície da terra, e consequentemente os riscos de cancro da pele e cataratas.

Judeus

Cinquenta anos após o fim da segunda guerra mundial, a comunidade judaica na Alemanha inclui cerca de 60.000 membros, dez vezes menos que à data da tomada do poder por Adolf Hitler, em 1933. A comunidade judaica da Alemanha é a 14.ª em todo o mundo pela sua importância, muito atrás de Israel, onde vivem 4,4 milhões de judeus, mas também da dos Estados Unidos, que totaliza 5,8 milhões de membros, refere o "Allgemeine juedische Wochenzeitung" na sua última edição, citando números do Congresso mundial judaico. Em 1933, os judeus eram 600.000 na Alemanha. Seis milhões foram exterminados no decorrer da Segunda Guerra Mundial.

Palestina

Uma mini-cimeira árabe vai decorrer antes do final de Maio, em Marrocos, para examinar a questão de Jerusalém. A cimeira deverá ser dominada pela questão das expropriações de terras árabes que Israel efectuou agora em Jerusalém-Oriental. De acordo com um responsável da Liga Árabe, esta mini-cimeira vai realizar-se provavelmente a 27 de Maio e contará com sete países: Marrocos, Egipto, Arábia Saudita, Síria, Emirados, Líbano e Jordânia. A OLP também estará presente.

Coreia do Sul

Dezenas de milhar de manifestantes exigiram, em Seul, a condenação dos dois antigos ditadores sul-coreanos, os generais Chun Doo-hwan e Roh Tae-woo, responsáveis pela sangrenta repressão do levantamento popular de Kwangju em 1980. Os manifestantes denunciaram a passividade do actual presidente, Kim Youngsam, nesta questão. A polícia carregou sobre os manifestantes, fazendo trinta feridos.

Peru

O registo do Centro de Pesquisa de Direitos Humanos indica que, entre Fevereiro de 94 e Fevereiro de 95, houve no Peru 673 mortes por "violência política". Desde 1983, 28 mil pessoas morreram por violência política, um milhão de habitantes foram forçados a deixar os seus lugares de origem e 50 mil peruanos tiveram que procurar refugio no estrangeiro.

Economia em Notícias

Brasil

Os trabalhadores das companhias petrolíferas brasileiras estão paralisados há mais de 15 dias, em reivindicação de aumentos salariais.

Gás, álcool e gasolina já faltam nas principais cidades do país. Postos de venda de combustível nas cidades de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Brasília e do Nordeste fecharam por falta de abastecimento dos depósitos.

Na região de São Paulo, principal pólo industrial do país, muitas indústrias tiveram de reduzir a produção. A distribuição de gás a algumas das 250.000 empresas industriais foi suspensa e, na maioria, o fornecimento foi reduzido para metade.

Desemprego

O Ministério francês do Trabalho alterou o método de compatibilização

dos desempregados. Assim, nos próximos meses, a França passará a contar oficialmente com menos 252.500 desempregados, mesmo que o seu número se mantenha de facto aos níveis actuais.

Este jogo de números passa pela exclusão das listas de desempregados de todos os que, procurando embora um emprego, consigam arranjar trabalho 78 horas por mês.

Peru

Apresentado como exemplo dos "êxitos" da política neoliberal, o Peru alcançou um crescimento recorde, da ordem dos 12,9%, conseguindo simultaneamente conter a inflação.

"Êxitos" entretanto acompanhados de um crescimento paralelo de índi-

ces como o da miséria e do desemprego.

A extrema pobreza atinge actualmente 15 milhões de peruanos (contra 9 milhões em 1990), sendo que a população total do país é de 24 milhões. O desemprego e o subemprego atinge 80% da população em idade activa. Segundo o relatório da ONU-93, o Peru passou de 75º para 95º lugar nos índices de desenvolvimento humano.

Nasa

A NASA vai suprimir mais de 28 mil postos de trabalho e de fornecedores, no quadro de um vasto plano de reestruturação, anunciou o director da agência espacial norte-americana, Daniel Goldin.

Nenhum dos 10 principais centros da NASA ou qualquer programa cien-

tífico da agência espacial deverá ser afectado pelo plano de reestruturação, afirmou Goldin, que entretanto advertiu que o funcionamento desses centros poderá ficar comprometido, se for avante o plano republicano para reduzir o orçamento anual da agência de 14.400 milhões de dólares para 11 mil milhões de dólares, até ao ano 2002.

O plano de reestruturação prevê a supressão de 3.500 postos de trabalho na NASA, que passam dos 21.060 actualmente para 17.500 até ao ano 2002.

Os outros 24.500 empregos que serão eliminados são de fornecedores da agência espacial.

Com estas medidas, a NASA cairá, em termos de efectivos, para o seu mais baixo nível desde 1961.

Tolle, lege

Tolle, lege - Toma e lê. Reza a lenda que foram estas palavras que Santo Agostinho julgou ouvir um dia, e lançando os olhos para um livro aberto perto dele, leu uma espístola de S. Paulo e se converteu.

Não é a religião que nos ocupa aqui, hoje, mas a simbologia da frase bem que permanece actual. *Toma e lê* e a partir daí descobrir um mundo sem fronteiras no espaço e no tempo é um desafio que pode, deve, ser irrecusável. Mas não é com palavras mágicas que se desbravam os caminhos do livro e da leitura, por mágicos que eles próprios sejam. Francisco Melo, director da Editorial Caminho há 17 anos, membro do Comité Central do PCP, formado em Filosofia, sabe-o bem. Organizador da Primeira Feira Universitária do Livro na cidade do Porto, já lá vão 32 anos, Francisco Melo acredita que é preciso investir nas pessoas e nos livros, desde a mais tenra idade, para que pessoas e livros sejam partes de um todo que se renova e se completa. Se falar de livros e de leitura não precisa de pretextos, a Feira do Livro, a dominar a cidade no Parque Eduardo VII, é uma ocasião por excelência para dar a palavra a quem vive empenhado em trazer o livro para a praça pública.

Dados recentes vindos a público revelam que 82 por cento da população portuguesa não leu um livro no ano passado. Como é que as editoras encararam esta realidade tão preocupante?

Há dados ainda mais preocupantes. Num inquérito feito em 1993, verificou-se 62,2 por cento da população residente no continente português não compra um único livro e só 43 por cento declarou que costuma ler. Comprar um livro é uma questão fundamental, pois está provado que a existência de livros nas casas é um dos factores determinantes que levam à leitura. Se 62 por cento da população nunca comprou livros, essas casas não têm livros, como é óbvio. Ora, os estudos sociológicos provam que, para além da escola, a família é um factor determinante para a criação de hábitos de leitura. Os dados disponíveis testemunham bem a gravidade do panorama editorial no nosso país.

Podemos ainda referir outros dados, igualmente significativos: dos 43 por cento que declaram ler, apenas 17,7 por cento dedicam à leitura, em média, uma hora por dia. Se compararmos isto com as audiências de televisão, veremos logo quão baixo é o índice de leitura em Portugal e o atraso em que nos encontramos em relação a outros países europeus.

Esta situação reflecte-se, naturalmente, na actividade da produção editorial e no que genericamente designamos de 'crise do livro'.

Porque se lê pouco, as editoras têm de editar menos. Temos assistido nos últimos anos ao decréscimo quer do número de títulos publicados, quer das tiragens médias dos livros editados, salvo algumas excepções, como é o caso do livro infantil, em que se regista algum aumento.

Isso é interessante. Há estudos sobre a leitura infantil?

Não. Os estudos existentes só referem a leitura a partir dos 15 anos, o que é pena, pois segundo a experiência da própria Editorial Caminho, é na faixa etária anterior que está a verificar-se uma maior expansão da leitura.

O que, aparentemente, é contraditório, já que à primeira vista seria nessas idades que a televisão faria mais concorrência...

É verdade, dir-se-ia que os mais novos dedicam mais horas à televisão. A nossa experiência demonstra que não é assim, que esses jovens lêem mais, apesar da televisão. O que quer dizer que a relação leitura/televisão não pode ser vista como duas curvas que se opõem, tem de ser relativizada. Nós vemos, por exemplo, que a televisão pode até exercer uma influência positiva em certas camadas, contribuindo para a sua abertura ao mundo e criando apetência por valores culturais, ou seja, rasgando novos horizontes e criando também a apetência para a leitura. Nesta relação leitura/televisão não se pode ser muito esquemático na apreciação que se faz, estudos feitos neste âmbito reflectem mais os preconceitos das pessoas em relação à televisão do que propriamente dados reais de natureza sociológica.

Mas voltando à questão de crise do livro, como é que a Caminho, no caso concreto, enfrenta esta situação?

A Caminho é uma editora progressista, que baseia a sua actividade nos valores da democracia, pelo que não encara as coisas de uma forma estática e não se fica a lamentar pela situação criada por esta crise. Assim, para além da sua própria programação, tem desenvolvido ao longo destes anos uma actividade

Entrevista com Francisco Melo

Texto Anabela Fino Fotos Jorge Caria

de grande no campo da divulgação do livro, na criação de novos leitores.

A título de exemplo, posso dizer que nós temos uma forte ligação às escolas: temos um Clube do Livro, que conta com cerca de 50.000 sócios. Editamos um Boletim para esses sócios do Clube, que é feito por trabalhos dos próprios alunos.

estejamos já também a penetrar nos jardins-de-infância. Em simultâneo, os autores vão dezenas e dezenas de vezes às escolas para debates e conversas com os alunos, o que é outra forma de estimular a leitura.

Como é que são organizadas essas feiras? São feitas em três épocas, coincidentes com os três períodos escolares. Nós mandamos materiais de apoio aos professores para organizarem essas feiras, cedemos à comunidade escolar um desconto na compra dos livros, damos uma contribuição aos professores para custearem as despesas que têm para a realização da própria feira — uma percentagem das vendas efectuadas — e oferecemos livros à biblioteca da escola.

Como se percebe, há aqui uma preocupação não comercial nem

Os estudos comprovam que quem não lê na infância dificilmente virá a ler depois. Daí esta nossa aposta no futuro, como dizes, na criação de novos leitores. Pensamos por isso que esta actividade, exercida paralelamente ao circuito tradicional de vendas nas livrarias, não se lhe opõe, antes lhe é complementar



Estás a falar de jovens com menos de 15 anos?

Não. A faixa etária dos sócios do Clube vai dos 6 aos 18 anos, o que significa que inclui mesmo crianças que ainda não estão na primária, mas cujos pais têm conhecimento do Clube e inscrevem os filhos para lhes lerem as histórias, as anedotas, as adivinhas, etc. A existência do Boletim dá origem a um grande contacto com os alunos. Temos uma correspondência da ordem das 300 cartas por semana, na época de aulas, para já não falar das chamadas telefónicas. Damos resposta a todas.

E no período de férias, diminui?

Não, no período de férias esta média sobe, o que reflecte bem a relação que se estabeleceu entre os alunos e a editora. Nas férias, porque estão mais disponíveis, aproveitam o tempo para escrever, para se corresponderem com os autores, com os responsáveis do Boletim, para mandarem trabalhos... De tal forma que o Boletim se torna insuficiente para publicar tudo o que nos é enviado, embora tenhamos que fazer sempre uma selecção, como é evidente. Isso levou a que este ano tivéssemos publicado um livro, expressamente para os sócios do Clube, em que reunimos esses materiais não publicados.

O Saldo do Livro, no Mercado da Ribeira, ultrapassou todas as expectativas e mesmo as possibilidades materiais do próprio local, que se revelou pequeno para acolher tanta gente

O Boletim tem ainda uma página dedicada aos professores e aos alunos; são eles que a elaboram, que decidem quais os seus trabalhos que querem publicar.

Esta relação com as escolas é reforçada com outras iniciativas, como é o caso das feiras de livros. Só no ano passado realizámos cerca de 700 feiras do livro nas escolas, fundamentalmente primárias e secundárias, embora

imediatista de realizar lucros, mas sim de criar hábitos de leitura e de criar novos leitores.

Uma aposta no futuro...

Com certeza. Os estudos comprovam que quem não lê na infância dificilmente virá a ler depois. Daí esta nossa aposta no futuro, como dizes, na criação de novos leitores. Pensamos por isso que esta actividade, exercida paralelamente ao circuito tradicional de vendas nas livrarias, não se lhe opõe, antes lhe é complementar; estamos a criar leitores que serão compradores das livrarias, no futuro. Consideramos que não se trata de uma concorrência às livrarias, mas antes uma acção que a todos beneficia, já que quanto mais leitores houver, mais livros serão vendidos.

Ando no âmbito das nossas actividades de divulgação, é de referir a participação nas Feiras locais, organizadas em todo o país por autarquias e outras organizações, em que estamos presentes quer directamente, quer através de livreiros locais.

Até que ponto é que essas Feiras não podem ter um efeito inverso, ou seja, serem utilizadas para 'despachar' monos, em vez de tornar acessíveis obras interessantes?

É evidente que há sempre monos, coisas que de todo em todo não interessam a ninguém, mas esse não é o principal problema das editoras. O grande problema com que as editoras se batem é o da existência de grandes stocks. Hoje, o livro tem uma vida curta nas livrarias; o tempo de exposição é às vezes tão curto que as pessoas nem chegam a ter conhecimento das obras.

Porquê? Não há divulgação?

Há pouca divulgação, mas sobretudo devido ao sistema de comercialização vigente. É preciso não esquecer que vivemos numa sociedade de consumo.

Há grande luta pelo espaço (paga-se para ter o livro na montra, no escaparate do supermercado ou no folheto de promoção), e tenta-se compensar as baixas tiragens com a diversificação de títulos. As livrarias têm um espaço limitado, procuram rodar rapidamente, o que vende, vende, e o que não vende devolve, e é a novidade seguinte que se vende mais facilmente. Daí que se ponha às editoras com uma grande acuidade a necessidade de uma segunda vida do livro.

A multiplicação destas Feiras do Livro pode ser um grande contributo para resolver o grande problema dos stocks. Por outro lado, penso que seria de toda a utilidade institucionalizar, como sucede noutros países, este tipo de venda, ou seja, criar locais permanentes de venda de livros que não estão à venda nas livrarias, que já não são considerados novidades. O projecto existe e está a mobilizar diversos editores. A Caminho, pelo seu lado, conta já com grande experiência neste domínio.

É uma experiência que tem granjeado prestígio à Caminho...

Sim, e um tal prestígio que temos pedidos de diversas editoras para levarmos também os livros deles às Feiras que organizamos, ou mesmo para se associarem a nós nessas iniciativas. Temos propostas concretas nesse sentido.

No caso das escolas, estamos já a levar não só livros da Editorial Caminho, mas também de outros editores. É claro que há limitações, desde logo impostas pela falta de espaço nas escolas, quer pela própria organização que a iniciativa implica, que a ser alargada exigiria a criação de estruturas... Mas não está fora dos nossos horizontes avançar nesse sentido, pois consideramos que esse é uma das formas para vencer a tal crise do livro.

Esse aspecto é interessante, sobretudo tendo em conta que, até há bem pouco tempo, as editoras pareciam estar de costas, cada uma preocupada só com a sua situação. Pode dizer-se que alguma coisa está a mudar, neste domínio? Estamos a começar a assistir a uma conjugação de esforços para fazer face à crise do livro?

É verdade. Para além das propostas que acabei de referir, posso apontar a recente realização do segundo grande Saldo do Livro no Mercado da Ribeira. Como se sabe, trata-se de uma iniciativa do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, que para o efeito consultou um grupo de editores. Esse grupo reuniu-se, discutiu os problemas que afectam o sector, organizou-se para a realização dessa feira e decidiu delegar na Editorial Caminho a execução prática desse Saldo do Livro.

Uma iniciativa que teve um grande sucesso...

É verdade, ultrapassou todas as expectativas e mesmo as possibilidades materiais do próprio local, que se revelou pequeno para acolher tanta gente. É curioso verificar como, quando se fala da crise do livro e dos baixos índices de leitura, há um factor que não pode deixar de ser tido em conta: o preço.

Sempre que há oportunidade de comprar a preço mais acessível, as pessoas até acorrem em massa...

Acorrem em massa a aproveitar a oportunidade, e é muito gratificante para um editor ver muitas pessoas, sobretudo jovens, a comprarem dezenas de livros, não um ou dois. Isto desmente um pouco aquela ideia de que as pessoas não lêem porque não querem ler, porque preferem ver televisão, por exemplo. A acessibilidade do livro é um factor que não pode ser descuidado.

Por outro lado, a própria forma de venda do livro também é importante. Quem esteve no Mercado da Ribeira, percebeu que o público que ali acorreu é completamente diferente do público habitual das livrarias.

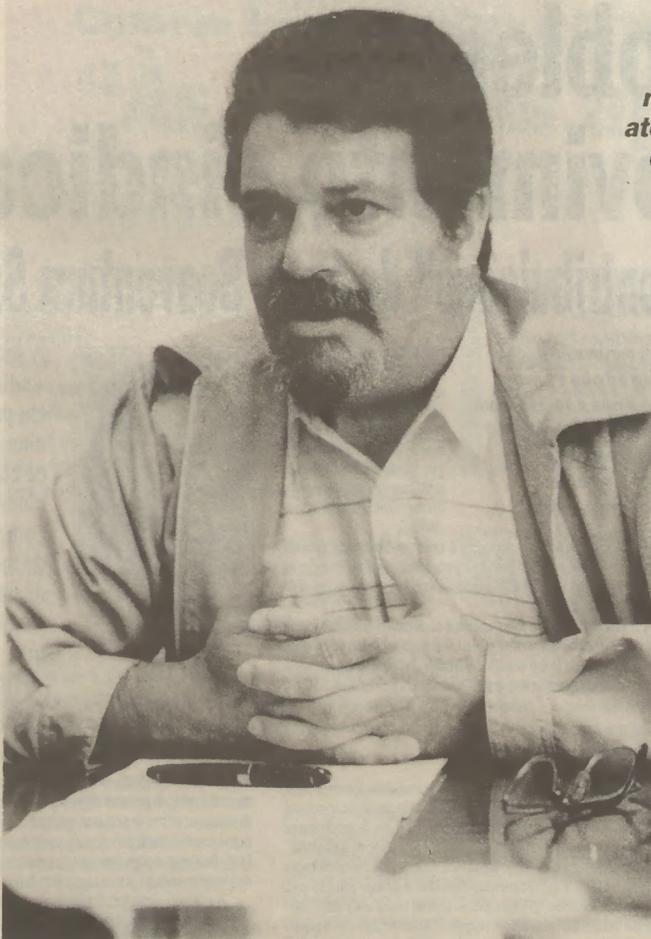
Queres tu dizer que a livraria intimidada?

De certo modo. Para muitas pessoas a livraria ainda é um local sagrado, digamos assim, e o livro ainda é visto como um produto de uma elite intelectual... O facto de trazer o livro para a praça pública — e a expressão tem toda a pertinência porque estamos a falar do Mercado da Ribeira — fez vencer esse preconceito; pôr o livro assim, acessível, no meio de outros produtos comuns, permite a dessacralização do livro e a sua democratização.

Estas feiras do livro, sejam nas escolas sejam nos mercados, possibilitam alargar o público leitor e, pelas condições de acessibilidade que lhe estão associadas, levam a que as pessoas comprem livros.

As pessoas gostam de ver, de mexer...

Exactamente. Gostam de consultar, sem o constrangimento de um empregado ao lado... Ali podem tirar o livro do lugar, e de que maneira! Mas isso é importante, porque esse contacto com o livro — que existia nos anos sessenta, embora para uma camada restrita que frequentava as livrarias e que procurava os livros pelas ideias que eles tinham, como



alternativa ao que era imposto — perdeu-se. Hoje compram-se livros por uma lista, porque são aconselhados ou porque são obrigatórios, ou se pensa que sejam, como no caso dos alunos, para ter uma nota. É a chamada 'angústia do exame', acentuada pela competitividade, pelo *numerus clausus*. Tudo isto leva a que se restrinja o âmbito de interesses, a que se leia apenas o que se pensa ser fundamental para passar, para entrar num curso superior, em vez de se procurar num livro uma cultura mais vasta, o prazer de ler, de descobrir. Também se perdeu aquela tendência um pouco enciclopedista que levava a que se lesse tudo, teatro, literatura em geral, ensaios, etc.

Hoje, as pessoas só vão buscar aquilo que é dirigido à sua formação específica...

A cultura dominante tem aí um papel bastante activo...

Exactamente. Esta cultura dominante, que procura 'vender' a tese da morte das ideologias, desincentiva a leitura e a procura do livro. O clima reinante é o de que o debate de ideias não interessa, o que interessa é o necessário para fazer um curso, tirar uma especialidade... É ao fim ao cabo a imposição do utilitarismo do livro: só se pega no que é

A recusa das ideologias, a desconfiança em relação à abstracção, podem traduzir-se em reais dificuldades de conceptualização, tanto na fundamentação das ideias próprias como na compreensão das dos outros

imediatamente útil. A recusa das ideologias, a desconfiança em relação à abstracção, podem traduzir-se em reais dificuldades de conceptualização, tanto na fundamentação das ideias próprias como na compreensão das dos outros, o que se manifesta ao mesmo tempo na dificuldade de escrever e ler.

Vemos a expressão disto



A relação leitura/televisão não pode ser vista como duas curvas que se opõem, tem de ser relativizada. (...) A televisão pode até exercer uma influência positiva em certas camadas, contribuindo para a sua abertura ao mundo e criando apetência por valores culturais

também na generalização de outros fenómenos, como o caso das fotocópias; tiram-se fotocópias de um capítulo, de um artigo de uma revista, porque é isso que serve para fazer o trabalho, o exame...

De algum modo, estamos sempre a voltar ao mesmo ponto — o preço. Quando falamos do caso das fotocópias, e sem pôr em causa a influência desse utilitarismo de que falas, a questão dos direitos de autor, etc., etc., não podemos deixar de reconhecer que o preço dos livros tem aí um papel determinante. Quem é que hoje se pode dar ao luxo de comprar todos esses livros? É impossível, mesmo para quem lê.

A relação leitura/capacidade de compra está demonstrada nos estudos existentes. Há de facto uma relação directa entre o nível socioeconómico e os hábitos de leitura. Não há que negar isso. Eu penso que a única maneira de ultrapassar o problema é criando mais leitores, pois o factor determinante do agravamento do preço dos livros é a redução das tiragens.

É uma pescadinha de rabo na boca...

Claro. Os livros são caros porque se fazem poucos exemplares, fazem-se poucos porque as pessoas não compram, e as pessoas não compram porque são caros. É um ciclo vicioso.

O problema do preço do livro não é resolúvel ao nível da própria editora, está relacionado com o desenvolvimento socioeconómico do país, com o sistema de ensino (a um nível mais elevado de habilitações corresponde um maior índice de leitura). A política do livro tem que estar integrada num projecto global de transformação da sociedade, de desenvolvimento económico e social, de democratização da cultura...

Mas mesmo assim, há preços de livros que não se compreendem. Tomemos o exemplo dos clássicos. Por que é que livros deste tipo, cujos custos de produção não incluem já direitos de autor, custos de tradução, etc., continuam a ser vendidos a preços exorbitantes?

Já há colecções em que tal não acontece, mas isso não está ao alcance de qualquer editora. Aí, têm vantagens as que estão ligadas a empresas tipográficas, e que podem ocupá-las em períodos de menor produção com a feitura desses livros; têm preços de produção menores e podem colocar no mercado colecções a preços razoáveis.

É isso que se passa em França, por exemplo, onde se podem comprar praticamente todos os clássicos (e não só) em edições de bolso, por algumas centenas de escudos?

Tem que ver com isso e também com a capacidade de impor no mercado colecções desse tipo. Há uma grande disputa nesse campo. Mas eu penso que, fundamentalmente, é preciso que o próprio ensino estimule a leitura desses livros e, por outro lado, que haja uma grande divulgação e difusão dessas obras, de forma a que elas cheguem ao maior número de pessoas.

A quem cabe dar esse apoio? Ao Instituto do Livro?

Podem ser o Instituto do Livro ou outros organismos, não fazemos questão. Penso que há responsabilidades do Governo, que não podem ser enjaidadas, de apoiar esse tipo de livros que são um património da cultura nacional e da cultura universal.

Uma responsabilidade que passa também pela divulgação...

Sem dúvida. A Caminho tem dedicado grande atenção a esse aspecto, em particular no que se refere à via postal. Contamos com um ficheiro razoável, de mais de cem mil nomes, devidamente catalogados, que nos permite levar a nossa informação de uma forma dirigida. Prestamos informação temática, damos algumas condições especiais de aquisição, e divulgamos regularmente um boletim com as novidades editoriais. É de salientar que não se trata essencialmente de venda directa, mas antes de uma preocupação de prestar informação que permite depois às pessoas irem procurar os livros que pretendem às livrarias. Como se sabe, um dos problemas com que se debate a venda por correspondência, em Portugal, é o das tarifas postais, que são muito superiores à média das da Europa. Esse é outro dos aspectos da tal política de apoio ao livro que é necessário modificar.

Os problemas do movimento sindical

Ainda a propósito das "contribuições" do Prof. Boaventura Santos (2)

NUM QUADRO tão difícil como o que na actualidade o movimento sindical enfrenta, é natural que se multipliquem as reflexões, os debates e o surgir de opiniões muito diferenciadas quanto à raiz dos problemas e aos caminhos a percorrer para os superar. As críticas que fazemos a certas "reflexões-contribuições" como as do Prof. Boaventura não são para "silenciar um debate necessário". Fazemo-lo por não devermos silenciar discordâncias em relação a orientações que consideramos incorrectas e perniciosas para o futuro do movimento sindical.

Entretanto, ao fazê-lo, colocamo-nos inequivocamente no campo do trabalho contra o capital (por muito que estas expressões firam certas sensibilidades), opção que pressupõe sempre ter presente que os interesses dos trabalhadores se contrapõem em geral aos dos exploradores e que o dever dos sindicatos é lutar contra estes e pelos interesses daqueles.

Partimos igualmente do pressuposto de que os trabalhadores são a força determinante na luta pelo progresso social e que os sindicatos, como expressão organizada dos interesses de classe dos trabalhadores, desempenham um papel insubstituível na luta que opõe o trabalho ao capital, luta que é a expressão do modo de produção e apropriação capitalista e sobre a qual repousa a luta de classes na sociedade capitalista.

O Prof. Boaventura não partilha obviamente desta visão da sociedade contemporânea. Só que, colocando-se no âmbito do sistema e fixando como tarefa "civilizá-lo", põe tudo de cabeça para baixo. Os sindicatos, integrados no sistema e tomando-se co-responsáveis pela gestão, em vez de lutarem contra a exploração, devem ocupar-se da solidariedade; em vez de se preocuparem com os trabalhadores, devem ocupar-se primeiramente dos cidadãos e, conseqüentemente, em vez de insistirem em ser organizações de classe, deverão transformar-se em organizações de assistência. E finalmente, abandonada a perspectiva da luta contra o capital, já não se justifica a divisão sindical. Exageramos?

A questão da solidariedade

Começamos pela questão da solidariedade, tema que na actualidade se tornou caro a forças políticas e sociais muito diferenciadas.

Quando o desemprego atinge níveis assustadores, quando se acentuam as carências e prolifera a miséria, numa palavra, quando o desenvolvimento social se polariza, é compreensível que se fale tanto em solidariedade.

Acontece, porém, que parte significativa das prêdicas sobre a solidariedade, apresentando-se como "neutras" face às reais causas da polarização social, iludem a verdadeira causa das exclusões, acabando por funcionar como entorpecedoras do despertar das consciências quanto às verdadeiras causas do desemprego e da miséria. O Prof. Boaventura não foge à regra.

Ao defender que é necessário antes de mais "uma nova solidariedade entre trabalho com emprego e trabalho sem emprego" e que é à luz dela "que se deve discutir a redução nacional e internacional do horário de trabalho e do trabalho entre idosos", sem explicitar o seu verdadeiro conteúdo, o Prof. Boaventura tornou a intelecção desta afirmação numa verdadeira charada.

A teoria da chamada partilha do trabalho (da partilha do desemprego) que aqui é afluída, teoria pretensamente solidarista, visando santificar como uma inevitabilidade o desemprego massivo e desviar o movimento sindical de uma luta de princípio pelo direito ao trabalho, convidando os que já pouco têm a ter menos (para que a valorização do capital se continue a realizar), tem vindo a servir de capa às políticas de precarização e desvalorização do valor da força de trabalho assalariado e ao aumento da miséria e do número de excluídos do bem-estar material e cultural, pelo que é verdadeiramente surpreendente ver apontar como tarefa para o movimento sindical renovado, a necessidade de "reconstruir políticas de antagonismo social".

Como sociólogo, o Prof. Boaventura deveria saber que os fenómenos socioeconómicos não são neutros do ponto de vista dos interesses de classe.

Falar de solidariedade sem abordar a necessidade de inverter a repartição funcional do rendimento entre o trabalho e o capital, questão fundamental para a determinação das condições de vida e pedra de toque de uma política de maior justiça social, é cair no filantropismo, como lamentar as exclusões sem denunciar e combater a mercantilização dos serviços sociais básicos, é verdadeira hipocrisia.

Falar de solidariedade sem questionar um sistema cuja existência repousa na exploração, em que a lógica do lucro máximo impõe a destruição de importantes forças produtivas (a começar pela principal de todas elas, o trabalhador) e a acumulação da riqueza se processa multiplicando o número das suas vítimas, é desarmar as massas da direcção principal de luta.

Fazendo a defesa da solidariedade parte do património do movimento sindical e operário, não nos seria difícil concordar com a sua afir-

mação de que "o movimento sindical tem de valorizar e reinventar a sua tradição de solidariedade", não fora o facto de, partindo desta afirmação de princípio, acabar por tornar numa figura de retórica este rico património do movimento operário e sindical.

A solidariedade sindical e operária é, em primeiro lugar, uma solidariedade de classe, uma solidariedade para com as vítimas de todas as formas de opressão e exploração, uma solidariedade contra as causas e os causadores da miséria.

A classe operária, ao lutar contra a exploração, pelo progresso social, pela liberdade, eleva-se acima dos seus próprios interesses, dando à solidariedade um sentido libertador das formas de opressão e alienação social, condição para uma verdadeira cidadania.

Uma concepção romântica

A lógica férrea das funções de assistência atribuídas aos sindicatos, leva o Prof. Boaventura a não sentir necessidade de explicar como é possível no quadro do sistema "reconstruir as políticas de autogoverno social que confirmam ao sindicalismo um papel acrescido na sociedade".

Abraçando uma concepção romântica sobre a vida dos trabalhadores no séc. XIX, o Prof. Boaventura descobre a grande solução para combater as exclusões: "o sindicalismo tem de voltar a ser parte integrante da 'sociedade previdência', capaz de absorver funções tradicionais do Estado em vários domínios da 'assistência' e susceptível de recuperar o que de melhor existia na tradição comunitária e auto-educativa do sindicalismo do fim do século XIX".

Remetidos à função de assistência, considera o Prof. Boaventura "ser exigível que o Estado transfira para os sindicatos os recursos necessários ao desempenho adequado destas actividades". Fã-lo-iam de boa vontade o Estado e o patronato acrescentamos nós, desde que os sindicatos, de organizações de classe, se metamorfoseassem em IPSS.

Diga-se no entanto que o chamado "Estado Previdência", expressão imprópria e que tem servido ao grande capital para atacar a segurança social, entendido como um Estado que assume altas responsabilidades sociais, foi o resultado de longas e encamiçadas lutas dos trabalhadores pela dignificação do trabalho.

Ao desvalorizar o trabalhador a favor do cidadão, o Prof. Boaventura não nega só o papel motor dos trabalhadores na luta pelo progresso social como ilude a questão central que é o facto de o trabalhador, que segundo a sua própria expressão tem a particularidade de ser um "cidadão que trabalha", só poder ser cidadão de corpo inteiro se tiver garantido o direito ao trabalho e à justa remuneração, e que a efectivação da "cidadania no espaço da produção" só se tornará possível se se modificar o seu lugar no trabalho (na produção) e a natureza do trabalho, pondo-se fim a todas as formas de dominação e alienação social.

A valorização do trabalhador é o resultado de uma luta constante e corajosa contra o capital, capital que, pelo facto de o ser, se valoriza à custa da desvalorização da força de trabalho.

A valorização do trabalhador faz-se igualmente através de uma luta constante e corajosa contra as causas e os efeitos da opressão e da exploração, as quais, nas condições de reforço do capitalismo monopolista (nacional ou transnacional), se intensificam e refinam.

A divisão do movimento

Transformado o movimento sindical numa organização tipo IPSS-Mutualista, certamente que as exigências orgânicas seriam diferentes e que a divisão do movimento sindical deixaria de ser um problema, mas, nessas condições, também o movimento sindical deixaria de ser uma organização de classe.

O grau de influência, capacidade de mobilização e intervenção do movimento sindical, dependem em larga medida da justeza das orientações, da solidez da organização, da estreita ligação às massas e da sua unidade, características contra as quais o capital desenvolve uma acção constante e perseverante no sentido de desarticular e dividir o movimento sindical como força organizada.

No caso português, para além das razões "normais" que sempre determinariam a acção do capital, a divisão do movimento sindical tornou-se uma tarefa imperiosa da contra-revolução, cujo triunfo passava pela divisão da força mais combativa, empenhada e interessada nas profundas transformações democráticas: os trabalhadores e a sua prestigiosa e combativa central sindical, a CGTP-IN.

Escamoteando que o divisionismo se desenvolveu exteriormente ao movimento sindical e que sempre se posicionou no campo do capital



DOMINGOS ABRANTES
Membro
da Comissão Política

A solidariedade sindical e operária é, em primeiro lugar, uma solidariedade de classe, uma solidariedade para com as vítimas de todas as formas de opressão e exploração, uma solidariedade contra as causas e os causadores da miséria.

contra o trabalho, afirmando que o capital quer dividir o movimento sindical "na concertação e na negociação colectiva", como se fosse objectivo único e pouco importante, quando o divisionismo se tornou numa peça essencial da ofensiva contra as conquistas democráticas, é fácil ao Prof. Boaventura concluir que "as razões que levaram à divisão do movimento sindical já não se mantêm hoje".

A essência desta tese fundamenta-se naquilo que o Prof. Boaventura pensa ser a tarefa maior do sindicalismo - desenvolver uma cultura sindical que não veja no patronato uma classe de exploradores, co-responsabilizar-se pela gestão do sistema, lutar por civilizar o capitalista, e na "luta por um capitalismo civilizado não há qualquer justificação para um movimento sindical dividido".

Naturalmente que no dia em que os sindicatos desistissem de lutar contra a exploração, deixaria de se justificar o divisionismo, mas também nessa altura morreria um movimento sindical que pelas suas características e natureza de classe, aquisições e experiências, ganhou uma sólida confiança dos trabalhadores, se tornou seu património e melhor garantia na luta em defesa dos seus direitos e justas aspirações.

1º de Maio e Unidade

Finalmente o apelo à realização do 1º de Maio conjunto com que o Prof. termina a sua comunicação sendo, embora, o remate lógico das suas teses, merece duas observações.

A primeira observação é para salientar o erro que é falar-se de comemorações do 1º de Maio em conjunto como há 21 anos, quando é sabido que nessa altura existia uma e só uma central sindical, a CGTP-IN, erro que, pelo seu primarismo pode nada ter de inocente, na medida em que o expediente permite fugir à obrigação de explicar as razões do aparecimento do divisionismo, sua natureza e suas práticas, para concluir, como conclui que "hoje já não se justifica a divisão do movimento sindical".

A segunda observação é para salientar o significado e a natureza do 1º de Maio entre nós.

O 1º de Maio de 1974 assinala a entrada em cena dos trabalhadores e das massas populares a marcar o ritmo e o sentido de revolução. Se se fala de símbolos, é necessário lembrar que o 1º de Maio se tornou desde então no símbolo das grandiosas lutas de massas por profundas transformações democráticas, um símbolo que não deve ser desnaturalizado, associando-lhe, e assim branqueando, aqueles que foram e continuam a ser instrumentos dóceis das forças anti-Abril.

Estamos de acordo que a "unidade não é um valor em si mesma", mas dizemos mais. Dizemos que a unidade é de grande importância para o reforço da organização e capacidade de intervenção, que a unidade exige estar do lado do trabalho contra o capital, e a correspondência entre os princípios e a acção prática.

A unidade só faz sentido se potencia a capacidade combativa do movimento sindical, se amplia a luta de massas, condição para a defesa dos interesses dos trabalhadores.

As grandiosas manifestações de massas organizadas pela CGTP-IN, neste 1º de Maio, mais uma vez comprovaram a enorme adesão dos trabalhadores aos ideais de Abril e a sua vontade de lutar contra a política de direita e pelo progresso social.

Para que os trabalhadores saiam vitoriosos desta luta é necessário o reforço da sua organização, da sua unidade, mas uma e outra alcançam-se combatendo o divisionismo, isolando e desmascarando aqueles que no dia-a-dia continuam a bandear-se com os exploradores e o seu governo.

Octávio Teixeira sobre a transparência

“Às vezes as aparências iludem...”

A pouco mais de três semanas do final dos seus trabalhos,

persistem as maiores

dúvidas quanto ao real alcance das medidas que a Comissão Eventual, criada para o efeito, possa vir a produzir no plano da ética e da transparência na vida política.

Ultrapassada a fase inicial, com o discurso de alguns partidos a levantar legítimas expectativas quanto a uma mudança de atitude e a uma nova consciência perante o problema, começa agora a ser seriamente posta em causa a sinceridade de tais propósitos de transparência, ganhando força a ideia de que verdadeiramente não há uma real vontade de mudar o actual estado de coisas, na base do qual reside a crise de confiança dos cidadãos face às instituições.

Travestidos de um novo discurso, os partidos de direita (com realce para o PSD), mas também o PS, têm revelado neste processo não estar afinal interessados em resolver as questões essenciais, mas sim - e apenas - em “mexer em alguma coisa para que tudo o que é fundamental continue na mesma”.

Esta é pelo menos a convicção do Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, transmitida ao “Avante!” em entrevista onde, entre outras coisas, é abordada a forma como este processo tem evoluído na Comissão, bem como o papel e as propostas do PCP nesta matéria.

“Avante!” - A questão da transparência na vida política, ao nível das instituições e dos titulares de cargos políticos, adquiriu de há meses a esta parte uma grande relevância no discurso dos partidos. Parece haver uma mudança de atitude e uma nova consciência do problema. A que se deve esta mudança?

Octávio Teixeira - Às vezes as aparências iludem, e o facto de alguém passar a falar mais de uma questão não significa uma real mudança de atitude ou uma consciência de novo tipo.

Parece-me, no essencial, ser este o caso sobre o discurso da ética e da transparência na vida política. Porque, de facto, a comunicação social começou a falar mais deste problema porque o PSD, depois da mudança do presidente do partido, pareceu apresentar um novo discurso sobre o tema. E esse novo discurso de Fernando Nogueira, que cada vez mais se nota ser apenas discurso, foi ditado, em meu entender, por três razões centrais: a primeira porque surgiram casos escuros envolvendo dirigentes do PSD; a segunda, porque surgiram declarações públicas sobre exigências de dinheiro exercidas sobre empresas para poderem obter a adjudicação de obras públicas; a terceira, e mais importante, porque no seu afã de duplicidade de posições, Fernando Nogueira e o PSD pensaram que este seria um tema eleitoralmente atraente e popular para aparentar uma filosofia diferente da sempre seguida pelos Governos do PSD e pelo PSD (de que Fernando Nogueira foi o nº 2), isto é, para aparentar uma atitude

diferente da que sempre defenderam e praticaram. Aliás, não se esqueça que o PSD, mesmo depois do início da era Fernando Nogueira, continuou a votar contra projectos de partidos da oposição, designadamente do PCP, que visavam a transparência.

AV. - Mas a verdade é que não se trata de uma matéria nova para o PCP que, de há muito, vem alertando para o problema, tendo inclusive apresentado iniciativas legislativas neste domínio.

OT - Para o PCP, a questão da ética e da transparência da vida política é intrínseca ao próprio regime democrático. Para nós, a obscuridade nas atitudes e nas práticas na vida política, a promiscuidade entre o interesse público e interesses materiais privados de partidos ou de políticos, só pode gerar a desconfiança, a suspeição e a rejeição por parte dos cidadãos, e isso contribui forçosamente para minar o regime democrático e para alimentar a demagogia populista de forças de extrema-direita. Como, aliás, se tem verificado com o discurso do CDS/PP, nomeadamente de Manuel Monteiro, que utiliza todos os pretextos para fazer o discurso contra as instituições e o regime democráticos.

Por isso, desde sempre o PCP tem pugnado pela clareza e completa licitude no comportamento dos partidos e dos que, em qualquer momento, exercem cargos e funções políticas. Por isso votámos sempre contra os privilégios materiais que actualmente são concedidos aos políticos e apresentámos múltiplos projectos de lei visando impor a transparência. Quanto à ética ela não se impõe por via legislativa: ou a temos e com ela nos comportamos, ou não.

“A promiscuidade entre o interesse público e interesses materiais privados de partidos ou de políticos, só pode gerar a desconfiança, a suspeição e a rejeição por parte dos cidadãos”

AV. - Para o Grupo Parlamentar comunista, quais são, concretamente, as principais questões que estão em causa?

OT - Posso sintetizar as nossas posições em quatro princípios.

Em primeiro lugar consideramos essencial impedir as relações pantanosas e ilícitas entre os partidos políticos e o poder económico. Essa é a base da transparência na vida política. E, nesse sentido, propomos e defendemos a proibição legal do financiamento dos partidos

por empresas. Significativamente, nesta questão essencial, temos tido a oposição do PSD, do PS e do CDS/PP!

Em segundo lugar, consideramos que o exercício de cargos políticos, quer no Governo, quer nas Câmaras Municipais (presidentes e vereadores a tempo inteiro), quer na Assembleia da República, deve ser exercido em exclusividade de funções. Os cidadãos elegem pessoas para dispenderem o seu esforço e utilizarem as suas capacidades na defesa do interesse público e não para lhes outorgarem um segundo ou terceiro emprego a “part-time”.

Em terceiro lugar, consideramos que o exercício de cargos políticos não pode ser fonte de privilégios materiais, como o é actualmente o direito a uma subvenção vitalícia, por acréscimo acumulável com qualquer vencimento ou outra pensão.

Em quarto lugar, e porque a ética não se decreta, as declarações de rendimentos e de património dos titulares de cargos políticos e de outros altos cargos públicos, e a sua evolução ao longo dos mandatos, devem ser de acesso livre a todo e qualquer cidadão, e livre e responsabilmente publicáveis.

AV. - O consenso aparentemente existente em torno da criação da Comissão Eventual para estudar estas matérias parece ter gerado alguma expectativa quanto à possibilidade de, finalmente, serem adoptadas medidas

susceptíveis de eliminar as causas que estão na base da crise de confiança dos cidadãos perante as instituições. Os trabalhos da Comissão até aqui permitem alimentar esta esperança?

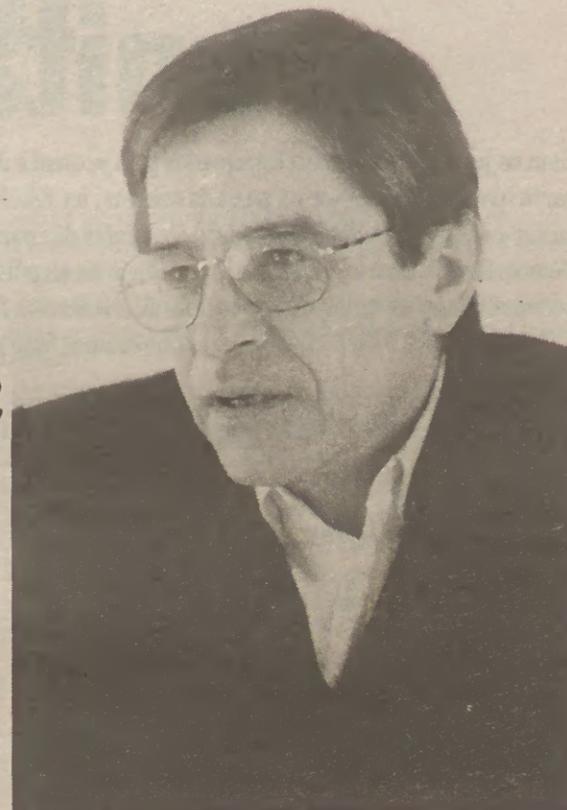
OT - Deixa-me lembrar-te, em primeiro lugar, que a proposta apresentada pelo PSD para a constituição da Comissão era, apenas, para a elaboração de um “livro branco”. Na linha daquilo que é comum dizer-se que quando não se quer resolver um problema cria-se um grupo para o estudar... Foi o PCP que conseguiu que fosse aprovado o compromisso de se votarem iniciativas legislativas sobre estas matérias até ao próximo dia 15 de Junho.

Mas em relação à tua pergunta concreta, sempre direi que os trabalhos da Comissão deixam perceber que poderá haver algumas alterações mas que as questões de fundo e essenciais se manterão como estão.

AV. - Qual tem sido o sentido da intervenção dos deputados comunistas nos trabalhos da Comissão?

OT - Exclusivamente nos temos orientado pela vontade inequívoca de promover a maior transparência possível na vida política - pelas razões de fundo de que já te falei e para tentar evitar que também em Portugal se repitam os escândalos que têm percorrido a Itália, a França, a

“As questões essenciais vão manter-se por resolver. As empresas, o grande poder económico, vão poder continuar a financiar alguns partidos, não haverá exigência legal de exclusividade para os deputados, as subvenções vitalícias são um privilégio que vai continuar a existir”



Espanha, a Bélgica e outros países europeus (para só falar nestes) e pela consciência que temos de que estas questões têm a ver com a confiança dos cidadãos e com a própria defesa do regime democrático. Por isso defendemos as nossas posições essenciais e desmontamos os sofismas apresentados por outros para manterem o que está.

AV. - Um dos aspectos mais recentemente noticiados tem sido o regime de exclusividade dos deputados - uma proposta do PCP -, assunto este que parece não ser pacífico no seio do PSD e estar a provocar profundas clivagens. Como interpreta estas fracturas no partido da maioria governamental?

OT - Como disseste, trata-se de uma proposta do PCP. E o dr. Fernando Nogueira, num discurso na Assembleia da República, também posteriormente veio “garantir” que o PSD defenderia a regra da “exclusividade no exercício da acção política”. A verdade, porém, é que as propostas concretas apresentadas pelo PSD na Comissão Eventual não visam a exclusividade, antes mantêm o que agora existe, isto é, a opção entre exclusividade e não exclusividade.

Aliás, essas “fracturas” no PSD, que também existem claramente no PS e que só não têm vindo para a praça pública porque o PSD lhes tem poupado essa necessidade, são, actualmente e face às propostas concretas apresentadas, fundamentalmente artificiais. Ou melhor, essas “fracturas” não têm a ver com a exclusividade (cujo risco já não vislumbramos) mas com a luta intrapartidária. A verdade é esta: nem PSD, nem PS nem CDS/PP querem a exclusividade.

AV. - O que é que se pode esperar dos resultados desta Comissão quando chegar ao final dos seus trabalhos?

OT - Pouco. As questões essenciais vão manter-se por resolver. As empresas, o grande poder económico, vão poder continuar a financiar alguns partidos, não haverá exigência legal de exclusividade para os deputados, as subvenções vitalícias são um privilégio que vai continuar a existir (em vez de ser ao fim de 8 anos passará a ser ao fim de 12, embora só a partir de uma determinada idade), o acesso e publicitação das declarações de rendimentos serão condicionados, haverá, eventualmente, algum reforço das incompatibilidades entre o exercício de funções políticas e o exercício de actividades privadas. Enfim, é preciso mexer em alguma coisa para que tudo o que é fundamental continue na mesma ...

AV. - Significa então que é legítimo duvidar da sinceridade de certas afirmações nos discursos de alguns líderes partidários...

OT - Sem dúvida alguma. E se essa falta de sinceridade é manifesta e indisfarçável no discurso de Fernando Nogueira, e do PSD, que nas propostas apresentadas deu uma autêntica cambalhota, isso não significa que ela não exista igualmente pelas bandas do PS e do CDS/PP. Como o demonstram, aliás, as propostas concretas que igualmente apresentaram. Só que, desta vez, o PSD parece estar disposto a pagar a factura toda.

CDU Espaço plural, unitário e de esquerda

Com os jardins iluminados e animados pela presença de cerca de trezentos participantes, realizou-se na passada semana, na Estufa Fria, em Lisboa, um jantar-convívio da CDU, que reuniu dirigentes dos partidos da Coligação Democrática Unitária, eleitos na Assembleia da República e nas Autarquias, e personalidades da vida política e cultural. Na ocasião foi apresentado publicamente o 1º Manifesto CDU-1995, cujo texto publicamos hoje na íntegra.

Presidiu à iniciativa António Galhordas, independente, encontrando-se na mesa Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, Isabel de Castro, membro da Comissão Directiva do Partido Ecologistas Os Verdes, Luís Catarino, da Direcção da Intervenção Democrática, e Filipa Silva, da Juventude CDU, que intervieram. Na mesa, além dos oradores, outros membros da Comissão Coordenadora da CDU e dirigentes das forças que constituem a Coligação - Carlos Brito, José Casanova e Luís Sá, da Comissão Política do PCP, José Pezinho, do PEV; Blasco Hugo Fernandes, António Gonçalves e Corregedor da Fonseca, da ID e, pela Juventude CDU, João Frazão.

Esquerda Necessária

"Os jovens, as mulheres e homens que aqui se encontram", disse António Galhordas na sua intervenção de abertura, "à semelhança dos muitos milhares que aqui não estão, são a garantia e a face visível de uma Esquerda Necessária.

"Foi a Esquerda necessária para, durante o meio século do regime fascista, actuar na vanguarda da luta contra a repressão, a censura, o aviltamento social, o isolamento internacional e o obscurantismo.

"Foi a Esquerda necessária para, desde a primeira hora, apoiar, aprofundar, garantir o êxito e evitar a reversão das ideias da revolução de Abril.

"É a Esquerda necessária para assumir com realismo e espírito crítico, criatividade e coerência, toda a realidade da situação social e política do mundo actual, sem grotescos ziguezagues ou vergonhosos oportunismos.

"É a esquerda necessária para desmistificar a demagogia, vencer o medo que se reinstala e denunciar a corrupção e a sujeição aos grandes interesses do capital supranacional organizado.

"É a Esquerda necessária para, com tenaz persistência, iniciar mais uma etapa de esclarecimento e de mobilização na próxima campanha eleitoral de Outubro, de forma a garantir que a CDU possa obter na Assembleia da República a votação indispensável à adopção de uma nova política, ao serviço das reais necessidades do povo português e da defesa intransigente da independência nacional."

Juventude confiante

"É bom que o Governo PSD saiba que os jovens não aceitam a degradação contínua dos seus sonhos e a continuação da tomada de medidas que conscientemente estão a arruinar o nosso futuro e o de Portugal", disse Filipa Silva, intervindo em nome da Juventude CDU, "um movimento de jovens comunistas, verdes, independentes, de todos os que se opõem à política de direita, de todos os que querem uma nova política".

"Vamos trabalhar para que a acção da Juventude CDU nesta batalha constitua um grande movimento de massas de afirmação do nosso projecto, de esclarecimento e sensibilização dos jovens para os problemas, no seguimento das grandiosas lutas juvenis e estudantis".

A jovem Filipa Silva, que acentuou pretender-se dar à campanha uma perspectiva envolvente na dinâmica de uma nova política, de uma política de esquerda, e que avançou com o anúncio do Festival que teve lugar no sábado - cuja reportagem publicamos hoje -, disse ainda:

"Partimos para esta batalha com uma grande confiança na possibilidade da construção de uma sociedade mais justa e de um país mais moderno e desenvolvido. Acreditamos assim que, com o afastamento da política de direita do PSD e a colocação da direita em minoria na Assembleia da República e com uma forte votação na CDU, dando-lhe mais peso nas decisões políticas do país, muito será possível transformar, e será possível construir uma política que dê resposta à concretização dos direitos e aspirações dos jovens."

A alternativa do povo

Tomando a palavra por sua vez, Luís Catarino, da ID, após ter feito um extenso diagnóstico da actual situação política e social do país, afirmou:

"A CDU é a alternativa do povo português à política ruïnosa de direita do PSD, executada com a cumplicidade do Partido Socialista e a militância programática do CDS-PP.

"Sempre a CDU lutou, em todas as instâncias da sua intervenção política, pela estruturação democrática do Estado, o aprofundamento da democracia em todas as suas vertentes, política, económica, social e cultural, a descentralização e a regionalização, a independência nacional, a especificidade dos nossos interesses no quadro da União Europeia, uma política de paz e cooperação com todos os povos, pela melhoria do bem-estar, pela preservação do ambiente, pelo emprego, saúde, ensino, pela justiça social, pelo desenvolvimento.

"Este é o nosso património de luta ao lado do povo português.

"O voto dos portugueses deve ser útil para mudar a política do Governo, a política de direita do Governo de Cavaco Silva.

"Só é útil se contribuir para assegurar a aplicação de uma política de esquerda.

"E esta é a política da CDU."



"Alternativa para pôr fim ao crescimento imediatista e propor um desenvolvimento sustentado."

Uma batalha a travar

"De todos os lados chegam sinais e referências de simpatia e de apoio às propostas e à intervenção da CDU", afirmou Carlos Carvalhas, intervindo no



final. "Mas esta batalha", acentuou, "é uma batalha de todo o Partido e de toda a CDU, o que significa que o resultado depende também do estado de espírito, da iniciativa e da acção de cada militante e da mais larga mobilização das energias, capacidades, factores de influência e de prestígio que existem em todo o espaço da CDU".

"Somos e temos sido, não apenas uma insubstituível força de resistência, de intervenção e

de luta, mas também uma grande força de construção e de governo, com propostas, medidas e projecto.

"Porque honramos os nossos compromissos e porque apresentamos uma verdadeira alternativa política ao serviço do nosso povo e do nosso país, vamos para esta batalha com serenidade, determinação e confiança".

Após a intervenção do secretário-geral do PCP, o jantar teve início e o convívio prolongou-se, com a participação das centenas de pessoas que ali foram para celebrarem a divulgação do primeiro Manifesto CDU-95. Entre os participantes, numerosas personalidades. Estiveram lá o general Vasco Gonçalves e o Almirante Rosa Coutinho, o escritor Jorge Reis, os cineastas Artur Ramos e Henrique Espírito Santo, o teatrólogo Carlos Porto, o compositor Jorge Peixinho, Daniel Branco, Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa e da Câmara de Vila Franca de Xira, os vereadores Rui Godinho, António Abreu, Lino Paulo e Manuel Fernandes. Também outros democratas lá estiveram - Luísa Irene Dias Amado, Sérgio Carvalhão Duarte, Estela Piteira Santos, Raul Castro, o empresário António Boronha. E dirigentes e destacados militantes comunistas - Carlos Luís Figueira e António Lopes, cabeças de lista, respectivamente, por Faro e Braga, e ainda António Dias Lourenço e Alda Nogueira.



Filipa Silva, Luís Catarino, António Galhordas, Isabel de Castro

Diversidade convergente

Isabel de Castro, do PEV, saudou "todos os que na sua diversidade convergem no espaço que a CDU representa e partilham o entendimento da necessidade de alterações radicais na sociedade, que o manifesto apresentado traduz".

Referiu-se ainda ao Manifesto como "guia de acção quotidiana e não como guia de transgressão".

"Manifesto para, neste fim de século, em pleno processo de integração europeia - melhor, de assimilação europeia -, acabar com o cinzentismo, o autoritarismo, o amorfismo instalados numa sociedade cada vez mais desumanizada e geradora de exclusões, desequilíbrios sociais e crise ecológica, e criar alternativas.

"Alternativas para um ensino, não sinónimo de "custo", mas de investimento nos recursos humanos.

"Alternativas para uma indústria não desmantelada mas tecnologicamente reconvertida e ambientalmente modernizada.

"Alternativa para um mundo rural em destruição, para um desenvolvimento regional, florestal e agrícola assente na diversidade.

1º Manifesto CDU '95

A Comissão Coordenadora Nacional da Coligação Democrática Unitária apresenta o 1º Manifesto CDU-1995, coincidindo com o anúncio dos seus cabeças de lista, para apelar à ampla participação nos Encontros Regionais da coligação que se vão realizar nos diferentes distritos do país, durante os meses de Maio e Junho, e endereçar uma calorosa saudação a todos os activistas que se disponham a participar nos seus trabalhos, a contribuir para enriquecer as suas conclusões e a incorporarem-se nas estruturas que hão-de levá-las à prática.

1

Espaço plural, unitário e de esquerda

A CDU volta a reconstituir-se como coligação eleitoral para concorrer às próximas eleições à Assembleia da República, que terão lugar em Outubro. Será mais uma vez a única força concorrente às eleições que representa um grande espaço simultaneamente plural, unitário e de esquerda.

tura, no definhamento das pescas, na regressão da indústria, na degradação ambiental.

É especialmente inquietante a redução do aparelho produtivo nacional que torna mais sombrias as perspectivas de desenvolvimento do país e aumenta a sua dependência em relação ao estrangeiro.

A CDU culpa por esta situação, antes de tudo, a política governamental favorecedora da concentração financeira e monopolista, designadamente através das escandalosas privatizações, e a política de obediência submissa aos ditames da União Europeia, com destaque para a chamada «convergência nominal», claramente atentatórios do interesse nacional.

A CDU acusa o PS pelos actos concretos de cumplicidade com estas políticas, que vão desde a facilitação das privatizações na revisão da Constituição de 1989, à entusiástica ratificação do Tratado de Maastrich e à revisão da Constituição de 1993 e culminam com os aplausos às operações de concentração bancária que privilegiaram os grupos de Chamentalmaud e de Jardim Gonçalves, com as suas complicadas ligações internacionais.

A CDU acusa igualmente a cumplicidade do CDS-PP com alguns dos mais desastrosos aspectos da política governamental, salientando que a propaganda populista deste partido não pode disfarçar o funda-

a sofrer, e que vemos serem retomados pelo PS, em aspectos essenciais, nos seus textos programáticos, designadamente no chamado «contrato de legislatura».

O voto na CDU é o voto útil para uma nova política alicerçada em ideais e opções de esquerda e que se desenvolve em torno de cinco eixos essenciais:

1º - O desenvolvimento e a modernização da economia nacional, com atenção prioritária ao sector produtivo e ao emprego e em harmonia com uma correcta política de ambiente;

2º - A melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente, nas vertentes do emprego, dos salários, das pensões, da saúde, do ambiente, correspondendo a exigências de justiça social e funcionando como factor de desenvolvimento;

3º - A consideração da educação, da formação profissional, da ciência, da cultura e do desporto como grandes objectivos nacionais que importa dotar com os meios, os apoios e as prioritárias medidas correspondentes;

4º - A reestruturação democrática do Estado, com o aprofundamento da democracia em todas as suas vertentes, o desenvolvimento da democracia participativa e a efectiva descentralização e regionalização;

5º - A defesa da soberania e independência nacionais e da especificidade dos interesses de Portugal no quadro da integração europeia, a par do desenvolvimento de uma política externa de paz, amizade e cooperação com todos os povos e que reserve uma especial atenção aos Palops.

A CDU salienta que não há alternativa política sem política alternativa.

O voto na CDU é o voto mais eficaz para derrotar o PSD e toda a direita, pois vale para os colocar em minoria e vale para tornar possível uma nova política para o nosso país, que represente uma viragem à esquerda na vida nacional.

Quanto maior for a votação na CDU tanto maior é a possibilidade de fazer vingar uma alternativa na política e no governo de Portugal. Por isso é que a alternativa é com a CDU.

4

Uma campanha com o povo

A CDU chama a atenção para a enorme desproporção de meios financeiros e de acesso aos grandes órgãos de comunicação social de que disfrutam os seus principais adversários nas eleições - o PSD, o PS e até o PP.

A propaganda de luxo que o PS já colocou nas ruas e a intensa manipulação dos órgãos de comunicação que lhe são afectos que já está a ser feita pelo PSD, directamente e sobretudo por intermédio do Governo, são suficientemente ilustrativas dos excessos e dos abusos que se preparam para cometer.

A CDU denuncia firmemente estas situações e luta e lutará para que seja inteiramente respeitado o princípio da igualdade de tratamento de todas as candidaturas especialmente na comunicação social.

A CDU tem, no entanto, que fazer uso das suas próprias vantagens.

A militância dos activistas da CDU e a sua capacidade de dialogar com o povo a que realmente pertencem marca a diferença em relação às outras forças concorrentes.

É esta diferença de marca que deve caracterizar, que vai caracterizar a campanha eleitoral da CDU e a partir dos primeiros passos da pré-campanha.

Esta diferença de marca significa o contacto directo com as populações e o diálogo intenso com os eleitores no porta-a-porta, nas grandes aglomerações, no debate nas empresas e outros locais de trabalho, nos locais de residência.

Esta diferença de marca significa também que se reserve um grande papel à juventude pela atenção que a CDU confere aos seus problemas e a ampla abertura com que acolhe a sua participação em todas as suas estruturas e destacadamente na Juventude-CDU.

Esta diferença de marca significa também a realização de grandes comícios, festas, realizações de confraternização e milhares de sessões e outras iniciativas de esclarecimento, significa uma grande campanha participada de massas pelo voto na CDU, a esquerda necessária para uma nova política.

A Comissão Coordenadora Nacional da CDU



A CDU assume-se como espaço plural pela sua própria natureza de coligação de forças distintas, formada por dois partidos (o PCP e o PEV), uma associação política (a ID) e numerosos independentes que participam na Comissão Coordenadora Nacional e em todas as suas estruturas e onde nenhuma das componentes perde a sua individualidade, autonomia e características próprias.

A CDU assume-se como um espaço unitário não só por toda a sua actividade assentar numa plataforma de entendimento comum e num compromisso de funcionamento superiores das naturais diferenças das forças que a constituem, mas porque estimula a iniciativa das suas estruturas de base que se formam como verdadeiros colectivos onde todos têm iguais direitos e deveres, porque se declara sempre aberta a novas adesões e participações e porque está empenhada numa cooperação saudável com as demais forças democráticas.

A CDU assume-se como um espaço de esquerda porque trabalha firmemente não só para derrotar as forças da direita, mas a própria política de direita seja quem for que a protagonize, porque privilegia o combate à avidez do grande capital, à concentração da riqueza, ao aprofundamento das desigualdades sociais e regionais, porque defende constantemente os interesses dos trabalhadores e de todas as classes e camadas menos favorecidas, porque prossegue uma coerente política de protecção do ambiente, porque toma como referências e bandeiras as transformações e conquistas mais características da Revolução de Abril.

2

Culpados e cúmplices

A CDU acusa o PSD e o Governo de Cavaco Silva como principais culpados da grave crise social e económica que o país atravessa e que se traduz, entre outras alarmantes realidades, no número dos desempregados, a rondar o meio milhão, no afundamento da agricul-

mentalismo com que defende tanto a concentração da riqueza e a restauração monopolista, como as teses neoliberais de ataque aos direitos dos trabalhadores e a todas as conquistas históricas do mundo do trabalho.

A CDU alerta para as manobras, malabarismos e piruetas com que o PSD, ao cabo de dez anos de governo sozinho, tenta, especialmente através do novo líder Fernando Nogueira, alijar responsabilidades pela crise a que conduziu o país e furtar-se à condenação do eleitorado.

Estas operações de diversão, como toda a campanha propagandística do partido do Governo, incluindo as inaugurações reservadas para este período pré-eleitoral, podem, se não forem firmemente desmascaradas, enganar alguns sectores do eleitorado, mas são, em si mesmas, a melhor indicação das dificuldades com que se debate o PSD, da ineludível redução da sua base de apoio e da efectiva possibilidade de se lhe infligir uma grande derrota eleitoral.

A CDU alerta para alevosa propaganda do PS em tomo de um pretenso «voto útil» ou «eficaz», quando cada vez se torna mais claro que o chamado projecto da «nova maioria» corresponde ao prosseguimento, no essencial, da mesma política, inspirada pelas receitas do Tratado de Maastricht, feita por outras caras.

O verdadeiro significado do apelo do PS é pois o de impedir qualquer efectiva mudança na política do país.

3

Alternativa é com a CDU

A CDU afirma, pelo seu lado, que é imperiosa e que é possível uma mudança radical na política nacional.

O voto útil para essa mudança é o voto na CDU.

A CDU luta por uma política de aberta ruptura com as concepções, os valores e as orientações da política de direita que têm sido seguidas pelos governos do PSD, com as ruinosas consequências que o país está

Festival da Juventude CDU

«Pela esquerda é que va

Um sábado inteirinho de política, música e festa. Foi o arranque para a campanha da Juventude CDU no Parque Eduardo VII em Lisboa. Uma iniciativa cheia de actividade: debate, desporto, exposição sobre a regionalização e outros espaços de diversão.

Durante a tarde teve lugar o comício, com intervenções do secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, Bernardino Soares, da JCP, e Heloísa Apolónia, da Ecolojovem. Um início de campanha cheio de força e dinâmica, a prometer uma maior intervenção da juventude CDU na sociedade e na vida política do nosso país, contrariando o PSD e o Governo.

A manhã do desporto e do debate

Uma tenda cheia de gente entusiástica, que levava no bolso ideias para reforçar a campanha, experiências que queria dar a conhecer aos outros, denúncias da política do PSD e PS nas suas regiões. A revolta contra o Governo e as suas falsas promessas era uma constante e cada jovem que ali intervinha mostrava a certeza de que derrotar a direita é urgente e ir pela esquerda é a alternativa certa. O debate tinha como grande objectivo discutir e traçar as principais linhas de trabalho da Juventude CDU para a campanha, mas foi também alargado a outras questões, desde problemas que afligem os jovens (como a toxicod dependência, o ambiente, o associativismo, a cultura, o desporto) às soluções de fachada apresentadas pelo Governo.

Também foi criticada a actual política de Educação. A Natália Vilar, de Braga, focou os principais problemas sentidos no ensino: «Para além das propinas, "numerus clausus", reforma educativa, é também grave a falta de instalações, material didáctico e equipamento moderno, e a falta de escolas, pois as que existem estão superlotadas, havendo turmas de 40 alunos. O Estatuto do trabalhador-estudante não é aplicado pela maior parte das empresas.»

Ainda de manhã, houve também tempo para a diversão, com *grafiti*, *bi-cross*, *skate* e *voleibol*.

A música e o comício

A tarde do Festival da Juventude começou com a animação musical dos Academia Aleluia, Palavra de Honra e os Rebelde Gang. Chegava a hora mais esperada da festa da Juventude: o comício, com a intervenção do camarada Carlos Carvalhas. Da Juventude CDU, intervieram Bernardino Soares, da JCP, e Heloísa Apolónia, da Ecolojovem.

A Heloísa criticou o Governo com um exemplo concreto e desmascarou a política de sucesso deste Governo, «que sempre recusou a participação juvenil e respondeu com arrogância e repressão aos protestos dos jovens que, nas diversas áreas, reclamaram os seus direitos: foi assim na educação, no emprego, no associativismo juvenil, no ambiente. O PSD optou por uma política encerrada em gabinetes, distanciada da realidade concreta. Exemplo claro foi o plano nacional de política do Ambiente: reivindicado diversas vezes pelos «Verdes» na Assem-

bleia da República, foi apresentado pelo Governo só em 1991, curiosamente ano de Legislativas, depois das eleições foi guardado na gaveta, tendo o primeiro-ministro afirmado na altura que não era mais necessário e agora, contradição das contradições, já é necessário outra vez e, por acaso, novamente na altura das Legislativas.»

De seguida foi a vez de falar Bernardino Soares, da direcção distrital de Lisboa da JCP, que lançou a proposta da batalha eleitoral começar desde já. «Hoje é o primeiro dia do resto da nossa luta» pois «é tempo de mudar, que o digam os milhares de jovens desempregados, os jovens que trabalham em situação precária e sem quaisquer direitos, os jovens alentejanos e do interior que são obrigados a emigrar. A solução é apostar naqueles que verdadeiramente têm um projecto coerente para a resolução dos nossos problemas. Só com o reforço da CDU haverá garantias de uma mudança efectiva na política.»

Revelou que «daqui por diante começaremos a dinamizar as mais variadas iniciativas de debate e de convívio, de contacto com todos os jovens em geral iniciativas de rua, marcando a nossa origi-

Juventude é CDU

A Juventude CDU é um movimento de jovens comunistas, «verdes» e sem partido. Lançaram a campanha em força com o apoio de largas centenas de

jovens que participaram nesta iniciativa. Alguns deles deram a sua opinião ao «Avante!».



Pedro André

«Esta festa foi um sucesso, um local onde se falou sobre os problemas dos jovens. Aprovou-se o manifesto da juventude CDU, momento de grande importância política e também onde se sentiu a habitual fraternidade com música e convívio.»



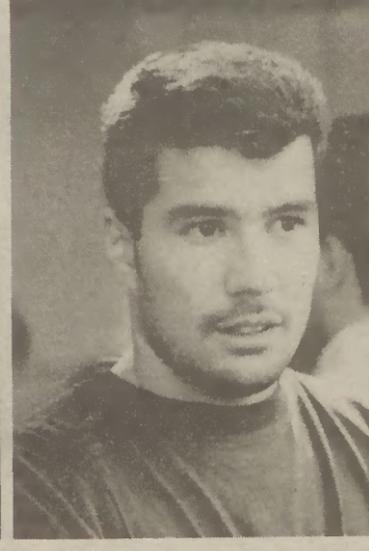
Miguel Ribeiro

«Esta iniciativa demonstra a grande força da juventude CDU. E pelo que aqui foi dito e discutido demonstrou bem que os jovens estão fartos desta política antijuvenil. A CDU é decerto a única força partidária que defende os direitos dos jovens, numa sociedade sem exploração do homem pelo homem.»



Ana Teresa

«Foi bom ver que há mais juventude virada para a esquerda. Mas ainda há indecisos, por isso a Juventude CDU não pode ficar por aqui. O seu projecto tem de ser divulgado através do nosso contacto directo com o eleitorado e fazendo pressão sobre a comunicação social para que não nos ignorem.»



André Lopes

«A juventude mobiliza-se ainda e sempre por causas justas, como esta que é uma alternativa de esquerda, pela qual nós lutamos. Para participar nesta iniciativa vieram jovens de todo o País que estavam logo de manhã aqui a participarem no debate.»



Um momento de desporto que tomou a manhã dos jovens CDU



Vários espaços de divertimento, política e cultura. Na foto, o espaço dedicado a Cuba que esteve no Parque Eduardo VII juntamente com uma exposição sobre a Regionalização, artesanato urbano, banca de venda de materiais e bares

mos!»

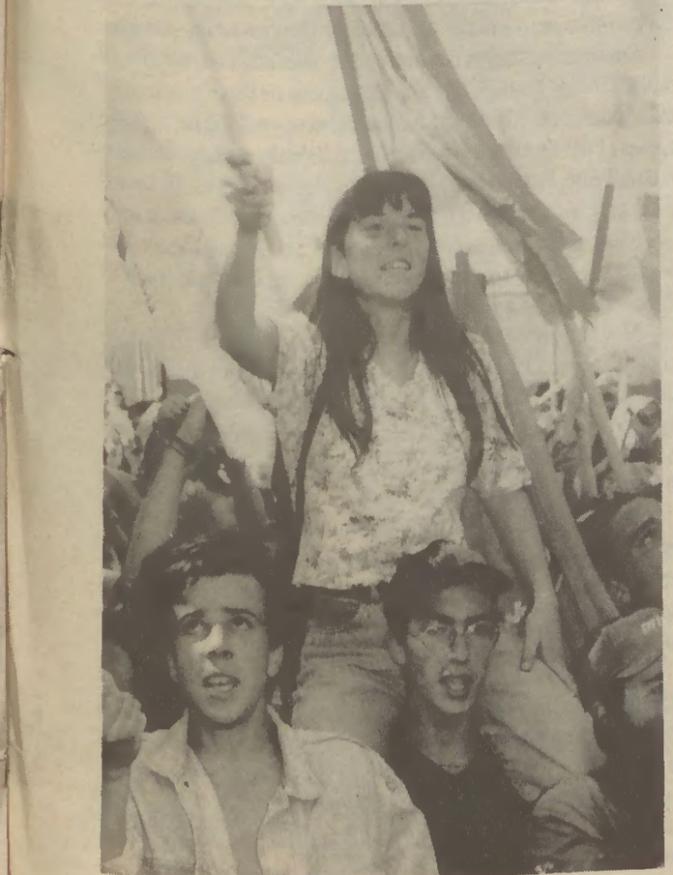


nalidade e alegria. Cada um de nós terá um papel fundamental em toda esta dinâmica. Cada um de nós deverá sair daqui apostado em contactar os que ainda não estão conosco».

De seguida, os jovens gritaram mais forte as palavras de ordem, a alegria da festa CDU era mais viva, o secretário-geral do Partido começava a intervir.

A finalizar a festa da Juventude CDU, Sérgio Godinho, com a sua música, animou e deixou na juventude a sensação de *soube-me a pouco*.

■ IP



Manifesto da juventude CDU

Os últimos anos ficaram marcados pela reafirmação da juventude como grande força social, transformadora do presente, construtora do futuro, agente activo e capaz na vida portuguesa. Muitos têm sido os que têm tentado não ver esta realidade, mais ainda têm sido os que têm tentado empurrar a juventude para uma margem não interveniente da sociedade, para o individualismo e o apartidarismo. Falharam. E, nas próximas eleições legislativas, a participação juvenil demonstrá-lo-á, conseqüente com 4 anos de lutas e protestos, conseqüente com 4 anos de procura e reivindicação de verdadeiras alternativas» — refere o Manifesto da Juventude CDU, aprovado no festival de sábado passado.

O Manifesto recorda «as dificuldades e a instabilidade, cada vez mais acentuada, da vida dos jovens portugueses», nomeadamente: na escola, no emprego, no desenvolvimento de uma vida independente e o encarar o futuro. E prossegue:

«**Todos sabemos** que esta situação tem responsáveis: o PSD, no Governo há 16 anos, e nos últimos 8 com maioria absoluta, que desenvolveu uma política ao serviço dos grandes grupos económicos, de costas para o progresso social do País, contra os interesses dos trabalhadores e da juventude, que desenvolveu uma política de direita, sempre com uma postura arrogante, de recusa do diálogo, inviabilizando a participação e promovendo a repressão policial. E não esqueçamos que, em momentos-chave, o PSD contou com a preciosa colaboração do PS e do CDS/PP, foi assim na revisão constitucional, foi assim com Maastricht, foi assim com Schengen, foi assim vezes de mais.

Mas nós afirmamos que esta situação é ultrapassável, que a política de direita não é inevitável, que existem alternativas para o desenvolvimento da nossa sociedade que permitirão resolver os problemas que os jovens portugueses enfrentam.

A CDU propõe e luta, com confiança, por essa alternativa, uma alternativa radicalmente diferente:

— diferente na forma de encarar o objectivo do desenvolvimento — para a elevação da qualidade de vida dos homens e mulheres deste País;

— diferente na forma de encarar a educação — democrática, de qualidade e gratuita, direito fundamental para o pleno desenvolvimento de cada um, garantia e motor do desenvolvimento do País;

— diferente na forma de encarar o trabalho — factor-base da produção de riqueza, alicerce da realização do Homem e do desenvolvimento das sociedades;

— diferente na forma de encarar a juventude — que a considera como uma importante força social dos nossos dias e conta com a reflexão, a criatividade, a vontade, a afirmação própria e a participação da juventude para a transformação da vida, a solução dos problemas do presente e a construção do Portugal do futuro.

E nós demonstramos que para alcançar esta política radicalmente diferente não faltam as propostas, as ideias, os projectos, não faltam os recursos financeiros nem os recursos humanos. Antes pelo contrário. O que falta são as condições para que as imensas capacidades do nosso país e do nosso povo se desen-

volvam plenamente, para que a riqueza produzida seja utilizada no progresso social do País.

É possível atacar o problema do desemprego, se se apostar num verdadeiro desenvolvimento económico do País, investindo forte no aumento e modernização da capacidade produtiva do País, recusando as pressões da Europa Comunitária criadoras de dependência, realizando a regionalização e promovendo o desenvolvimento local, dinamizando a agricultura, modernizando e apoiando o tecido industrial, combatendo a monopolição, estimulando e apoiando as pequenas e médias empresas.

É possível uma outra política social, terminando com o esbanjamento de recursos e o desvio de fundos e verbas para os bolsos das elites, assumindo as responsabilidades do Estado nesta matéria e moralizando o sistema fiscal.

É possível uma outra educação, garantindo a sua gratuitidade através de um apoio social efectivo, incrementando a sua qualidade através de um sério investimento humano, técnico e financeiro, promovendo a participação estudantil e ligando a Educação a um projecto sério de desenvolvimento do País.

É possível resolver o problema da habitação, se o Governo assumir as suas responsabilidades constitucionais nesta matéria em diálogo com as autarquias, as cooperativas e o sector privado, combatendo a especulação, estimulando a construção a custos controlados e o arrendamento social, abrindo linhas de crédito adequadas à realidade social da juventude.

E dinamizamos, no seguimento da luta juvenil contra a política de direita que marcou os últimos anos, um grande movimento para uma nova política, um movimento que dá expressão ao sentimento de insatisfação e ao desejo de mudança que sentem os jovens portugueses, um movimento que luta pela mudança, mas que ao mesmo tempo, pela sua força, alegria, confiança e convicção, é já a demonstração de que a mudança é possível.

Somos um movimento de jovens, Comunistas, Verdes, muitos sem partido, de jovens que querem a derrota da política de direita, que querem uma política de esquerda para Portugal e sabem que para a alcançar, é necessário votar CDU, é necessário eleger mais deputados da CDU.

É preciso avisar toda a gente!

É tempo de mudança!!!

De uma mudança séria, real, radical!

É tempo de um governo radicalmente diferente com uma política radicalmente melhor.

É tempo de uma política comprometida com a transformação da nossa sociedade. Uma política que coloque o Homem no centro da sua actividade. Uma política de desenvolvimento do País assente na capacidade de trabalho da juventude e do povo português, e virado para a satisfação das suas aspirações e direitos.

É tempo de uma política verdadeiramente democrática, de desenvolvimento na nossa sociedade de uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural.

É tempo de uma política verdadeiramente de esquerda!

Junta-te a nós!

Pela Esquerda é que vamos!»



Homenagem a Catarina Eufémia

O Povo vai lá!

O 41º aniversário do assassinato de Catarina Eufémia foi assinalado na sua terra, Baleizão, no passado domingo por uma iniciativa promovida pelo partido de que ela era militante: o PCP. A simplicidade de uma romagem ao cemitério onde a ceifeira está sepultada e a realização de um comício para se falar da vida alentejana dos nossos dias, foram motivos suficientes para reunir muitas pessoas na terra que viu Catarina morrer. Nos dias de hoje, o Alentejo volta a sentir a injustiça do abandono, a falta de trabalho provocada pelo latifúndio que não produz, a esperança de fazer renascer aquilo por que Catarina lutou, erguido com a Liberdade e destruído com a Contra-Revolução: Reforma Agrária é vocábulo que voltou às exigências dos alentejanos.

Se o assassinato de Catarina Eufémia pela GNR em 19 de Maio de 1950, a mando de um fascismo que recusava a melhoria das jornadas, ficou na memória dos alentejanos, é porque a trabalhadora representa hoje um símbolo para uma luta que passa de geração em geração: contra a exploração, a fome, por uma distribuição da terra que dê riqueza a todos.

E se os tempos hoje são outros que não os do fascismo, e é possível ver em Baleizão um guarda da GNR explicar pormenorizadamente a uma visitante qual o percurso que iria ser feito pelas pes-

soas que se preparavam para participar na homenagem, as dificuldades não são menores, sendo o desemprego o mais sentido pelos alentejanos, a raiz de problemas grandes que chegam a muitos lares sob a forma de subnutrição, abandono e, por vezes, desespero.

Que futuro?

Os momentos de silêncio que se seguiram à deposição por Álvaro Cunhal de um único cravo vermelho na campa de Catarina Eufémia, terão sido os que fugiram à preocupação fundamental das conversas, das palavras de

ordem, dos discursos: que fazer para viabilizar o futuro do Alentejo?

«Esta juventude não tem trabalho», «está tudo abandonado», «eles (os antigos agrários) têm outra vez tudo», são frases soltas que por ali se ouviam, inevitavelmente, como se ouvessem sempre nas conversas dos alentejanos que ficaram, dos que voltam algum tempo depois de uma emigração forçada, ou de uns quantos que aproveitaram o dia para voltar apenas por algumas horas.

No comício intervieram Álvaro Cunhal e José Soeiro (ver

notas nestas páginas) e Adolfo Bexiga, da JCP, que veio ali dizer que neste dia se estava «a confirmar que a razão de Catarina tinha mil vezes mais força que as balas que a assassinaram».

Enquanto alguns camaradas aproveitaram para fazer uma recolha para a Campanha Nacional de Fundos do PCP, Adolfo Bexiga foi falando de alguns dos problemas que afectam os jovens, nomeadamente em matéria educativa e emprego, apelando no final a uma intervenção na Juventude CDU durante a próxima campanha eleitoral.

«O povo vai lá!»

Na retina do visitante fortuito de um acontecimento como o ocorrido no domingo em Baleizão não ficará certamente a visão de gente derrotada. Se, durante a visita ao cemitério, se ouviu o grito extemporâneo, da emoção mal explicada, de «somos os melhores do mundo», ou outro no comício de «eles estão é a roubar-nos», é porque o sentimento de revolta está impregnado naquelas pessoas e ela, a revolta, só assalta gente que não foi vencida.

Na retina do repórter ficaram marcadas as últimas imagens e sons que trouxe de Baleizão. No local onde Catarina Eufémia foi abatida, uma mulher estranhava as diferenças que encontrou na grande foice e martelo que assinalam o facto. «Onde é que está a

José Soeiro, cabeça-de-lista da CDU em Beja «O Alentejo necessita apenas de uma nova política»

José Soeiro, membro da Comissão Política do PCP e cabeça-de-lista da CDU pelo distrito de Beja às próximas eleições legislativas, interveio no comício que se seguiu à homenagem a Catarina Eufémia onde começou por caracterizar a actual situação vivida no Alentejo: «mais de 40 mil trabalhadores, particularmente entre os mais jovens, foram obrigados a abandonar a sua terra só nos últimos 10 anos» e «mais 15 mil terão que o fazer nos próximos cinco anos se não for interrompida a política de direita em curso», disse.

40 mil desempregados (cerca de 20% da população activa), com cerca de 28 mil a não receber sequer subsídio de desemprego, são ainda outros números impressionantes, deixados por José Soeiro no comício de Baleizão.

Famílias obrigadas a viver com 27 600\$00 mensais de pensões do regime geral, ou mesmo 19 600\$00 do regime dos agrícolas ou ainda 17 500\$00 da pensão social fazem o essencial da realidade dos actuais 180 mil alentejanos reformados.

«É pelos vistos com verbas desta natureza que o PSD, o PS e o CDS querem que se possa sobreviver», disse o dirigente comunista que acrescentou: «Se assim não é, por que votou o PSD contra a proposta do PCP de aumentar em cinco mil escudos todas as reformas inferiores ao salário mínimo nacional? Por que se abstiveram o PS e o CDS nessa votação?»

Vergonha

«É uma vergonha que se tenha chegado ao ponto de haver crianças a ir para a escola sem ter tomado por vezes um simples copo de leite, que haja doentes que deixam de ir à farmácia ou que dela saem sem os medicamentos de que necessitam porque não têm o dinheiro necessário para os pagar, que o Alentejo seja manchete de primeira página, nos órgãos de comunicação social, nos últimos anos, porque ao Alentejo, com a destruição da Reforma Agrária e a entrega da terra aos grandes agrários, voltou a fome e a miséria do antigamente», disse José Soeiro.

Uma vergonha que o cabeça-de-lista da CDU pelo distrito de Beja às próximas eleições atribui não aos trabalhadores e ao povo do Alentejo, mas sim àqueles que, «regateando os tostões e invocando as dificuldades financeiras do país, sempre que se trata de aumentar salários ou reformas, de investir na saúde, ensino ou segurança social, têm depois o descaramento de aprovar a entrega de mais 60 milhões de contos aos latifundiários e grandes proprietários da terra, como o fez recentemente o PSD com o apoio e aplauso do PS, para quem tais medidas só pecam por tardias».

Reforma Agrária

Recordando algumas conquistas da Reforma Agrária, José Soeiro lembrou que com ela «aplicou-se o regime geral da segurança social aos trabalhadores agrícolas o que permitiu melhorar as suas reformas, introduziram-se novos métodos de gestão e organização do trabalho e a informatização, aumentou-se a produção e a produtividade do trabalho, diver-



sificaram-se e introduziram-se novas culturas como o tabaco, o melão, o feijão verde, o tomate ou o pepino em estufas, aumentaram-se os efectivos pecuários e o parque de máquinas, construíram-se oficinas e modernas instalações, abriram-se lojas e supermercados nas aldeias, melhoraram-se habitações, criaram-se e apoiaram-se creches, infantários e centros de dia, asseguraram-se transportes escolares e compraram-se ambulâncias, promoveram-se festas, convívios e espectáculos culturais».

Uma Reforma Agrária que PSD, PS e CDS trataram de destruir, recorrendo mesmo à força. Soeiro diria que o povo do Alentejo nunca esquecerá momentos como os da invasão das suas aldeias por «verdadeiros exércitos», as prisões, espancamentos ou mesmo o assassinato como os de Casquinha e Caravela, «que tal como Catarina outro crime não cometeram que o de lutar pelo direito ao trabalho e ao pão para si e para os seus».

Ainda o que resta hoje da Reforma Agrária é do melhor que o Alentejo tem: «uma UCP/Cooperativa como a Terra de Pão na Salvada emprega 29 trabalhadores efectivos e mais de 20 eventuais em apenas 1215 hectares, ou uma 28 de Agosto em Barrancos emprega 26 efectivos em 1320 hectares ou ainda uma Cravos Vermelhos, pagando mais de cinco mil contos de rendas suporta 45 trabalhadores ao longo do ano».

Em contraste surgem outros números: «nas mãos dos agrários 19 herdades com 11 mil 298 hectares na freguesia de Pias têm apenas 31 trabalhadores, em Alvito nove herdades com seis mil 250 hectares têm apenas 11 trabalhadores e aqui mesmo em Baleizão nas herdades Quinta de S. Pedro, Paço do Conde, Monte dos Frades e Magra com seis mil e 225 ha onde trabalhavam 176 trabalhadores quando estavam nas mãos dos trabalhadores empregam agora apenas 24». Afirmações de José Soeiro largamente comentadas entre a assistência a este comício, impressionada com a realidade que assim se ilustrava.

Mas José Soeiro defendeu que «o Alentejo tem futuro». Para o responsável comunista, «o Alentejo necessita apenas de uma nova política, uma política democrática inspirada nos ideais e valores de esquerda, valores de liberdade e democracia, de progresso, solidariedade e justiça social. Uma política que para poder ser concretizada exige um PCP mais forte no plano político, social e eleitoral».

Soeiro assinalou a recente vitória sobre o decreto lei 55/95, que ameaçava mais de quatro mil postos de trabalho só no Alentejo e constituía uma grosseira e inqualificável ingerência na autonomia do poder local ao tentar impor um limite financeiro para a execução de obras directamente pelas Câmaras.

Um exemplo da acção dos eleitos pela CDU que levou o orador a fazer um apelo ao voto nas coligações para «darmos expressão ao nosso justo descontentamento infligindo uma pesada derrota ao PSD e a toda a direita, votando de forma coerente nos únicos que de forma consequente defendem uma política de esquerda a única política capaz de dar a volta a isto, votando nos comunistas e outros democratas da CDU, a esquerda necessária para uma nova política».

estrela? Que é feito da tabuleta? Há uns anos estive aqui a lê-la com o meu filho!»

Alguém especulava que as faltas eram resultado de mutilações provocadas a mando dos agrários. A olhar a grande terra que se espalha em frente, a quebrar o silêncio indignado, uma rija voz masculina, com sotaque, sorriu a frase: «Deixe, deixe. Um dia o povo vai lá...»



Álvaro Cunhal no comício de Baleizão

«É indispensável uma nova Reforma Agrária»

O camarada Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP, defendeu, em Baleizão, que uma nova Reforma Agrária no Alentejo e Ribatejo «é indispensável». Na sua intervenção nas comemorações do 41º aniversário da morte de Catarina Eufémia, centrada nos problemas que hoje afectam a região, o camarada sustentou que «a alteração do uso e posse da terra, com a liquidação do latifúndio, é a única forma do Alentejo não deixar de existir, interrompendo a desertificação humana e paisagística que actualmente se verifica».

O dirigente comunista, que falou de improviso, adiantou que «até hoje ninguém apresentou uma solução, uma promessa credível sequer, para o problema do uso e posse da terra no Alentejo», cuja resolução passa, «sem dúvida, pela Reforma Agrária».

A Reforma Agrária - tema principal do discurso de Álvaro Cunhal - «é a única forma de criar riqueza, emprego e desenvolver o Alentejo, retirando as terras improdutivas aos latifundiários e entregando-as para as cultivarem aos trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores».

Na sua intervenção, o camarada traçou um paralelo entre a distância que medeia após o ano da morte de Catarina Eufémia e o 25 de Abril de 1974 - 20 anos - com o tempo posterior à Revolução até aos dias de hoje - 21 anos. O símbolo que Catarina Eufémia representou para os comunistas e povo alentejano na sua luta contra o fascismo e os agrários que queriam manter os seus latifúndios os seus privilégios, estende-se para os dias de hoje como um símbolo da luta no Alentejo «pela conquista da vida» que, sublinhou Álvaro Cunhal, passa pela conquista de uma nova Reforma Agrária.

Não há outra solução

«Não há outra solução que não seja a liquidação do latifúndio», disse o camarada Álvaro Cunhal a propósito do futuro do Alentejo, o que passa por uma redistribuição do uso e da posse da terra, ou seja, «por uma Reforma Agrária que atenda à experiência da Reforma Agrária anterior» que o avanço da contra-revolução liquidou.

Álvaro Cunhal referiu-se também aos que tentam denegrir a Reforma Agrária efectuada pelo povo alentejano após o 25 de Abril, lembrando o desbravamento de terras, a diversificação e aumento da produção e do efectivo pecuário, as obras de rega e a maquinaria agrícola, o real aumento do nível e condições de vida então alcançadas, em contraste com a dramática situação actual de

abandono, desemprego e carências de toda a espécie vividos no Alentejo.

«As conquistas da Reforma Agrária talvez não tenham sido suficientemente sublinhadas» mas ainda hoje cooperativas que sobreviveram ao processo de devolução das terras aos antigos proprietários asseguram mais emprego do que os latifúndios, apesar de terem de lutar contra condições adversas e terem muito menos terra do que os grandes agrários.

O voto útil é na CDU

Comentando declarações recentes do ministro da Agricultura (que disse que o PCP estava a «levantar espantalhos antigos» ao defender uma nova Reforma Agrária), Álvaro Cunhal considerou-as «uma forma insultuosa do ministro se referir a uma grande conquista do povo e da democracia em Portugal».

Sobre o PS, que «vem agora ao Alentejo dizer que resolve os problemas da região», Álvaro Cunhal lembrou que os socialistas «têm grandes responsabilidades na destruição» da Reforma Agrária.

Quanto ao PSD, este partido «está derrotado, não vai conseguir a maioria, apesar da moratória que lhe foi dada pelo Presidente da República quando não dissolveu a Assembleia da República», disse Cunhal.

Neste comício realizado na praça de Baleizão que tem o nome de Catarina Eufémia, Álvaro Cunhal disse que «não só o PCP é, através dos seus eleitos na Assembleia da República, o garante da defesa dos interesses dos agricultores e dos trabalhadores» como «é uma condição indispensável», com os seus aliados e independentes que se juntam na CDU, para que essa defesa resulte em efectivo benefício para o povo.

Razões que levaram o camarada a dizer que nas eleições de Outubro próximo «o voto útil é na CDU» pois é o voto que vai eleger deputados que trabalham «para servir o povo e o país» e não em benefício de interesses pessoais ou de grupos económicos.

No final do seu discurso, Álvaro Cunhal dirigiu palavras especialmente dedicadas a três grupos largamente representados neste comício: Os reformados, as mulheres - «há mais de 30 mil mulheres comunistas que militam no Partido» - e a juventude, a quem Álvaro Cunhal disse ser o PCP um partido que ouve os jovens, os seus anseios, a sua experiência, para, com eles, lutar para concretizar as suas legítimas aspirações. «Somos gente que confia na juventude», disse.



PONTOS CARDEAIS

Empregos

Enquanto no PSD - com transparência ou sem ela, mas na previsão da saída deste partido da área do Governo - o momento é de arranjar depressa emprego para os que irão ficar desempregados do poder, no PS o corropio parece ser o dos empresários (do PSD), apressando-se a irem ter com Guterres, a ver se este, um dia sentado em S.Bento, os deixa continuar a viver desafogadamente, decerto à custa de desempregos alheios. Os empresários - a maioria, e sobretudo os mais gordos -

sabem bem para onde lhes pende o coração. O coração balança-lhes do mesmo modo que os seus próprios interesses. Tanto faz dar-lhe na cabeça como na cabeça lhe dar, pensam. Ou melhor: tanto faz lá estar Cavaco como Guterres lá estar. Desde que a política seja mais ou menos a mesma...

e emprego

Mas, quando eles, em qualquer lugar, estão em perigo de caírem do poleiro ou de para lá subirem - ou mesmo quando ainda se encontram na fase de

procurarem equilíbrio na recente postura, é vê-los e ouvi-los! O emprego é a preocupação de Guterres, que ainda assim, discreto, vai falar disso com os empresários e menos com os trabalhadores. O emprego foi, de repente, a preocupação central de Fernando Nogueira, que até almoçou a pensar nos trabalhadores, um dia destes. O emprego vai ser decerto a preocupação de Felipe Gonzalez e com certeza a do seu adversário Aznar. O emprego é tão preocupante que até a direita francesa que estava no poder e fez campanha para

de lá não sair, se mostra, primeiro através de Chirac, e depois através do seu primeiro ministro Juppé, disposta à batalha do emprego. Resta saber se todas estas promessas são para promover o emprego ou para acabar com ele. É que empregos já eles - os que se encontram no poder e em redor dele - já têm.

Falta de fé

As portas batem, para os lados da S. Caetano à Lapa, com ecos em S. Bento e em qualquer outro corredor onde

corram. Correntes de ar? Transparências? Buracos? O certo é que Cavaco devia estar a adivinhar quando há meses avançou de tabu na mão em direcção à saída, que a ventania ia ser muita e que Belém seria lugar mais abrigado.

As portas batem e há gente a sair. Pacheco bateu com a da Comissão da Transparência e Nogueira comentou que alguns "companheiros" iriam "ficar pelo caminho". Rui Machete disse "Estou farto", e ouviu-se também bater a porta. Há quem saia com menos barulho e bata a porta depois. É o caso de Ângelo Correia, que afinal resolve o problema, em confissão ao "Diabo". A coisa não é das correntes de ar. É apenas "falta de fé"...

PONTOS NATURAIS Palavras ouvistas

Táxis de Lisboa

Um sector onde não há formação profissional, onde há patrões que empregam motoristas a 30 por cento, sem regalias sociais, sem segurança social, sem férias, e que quando os números das folhas não correspondem àquilo que os donos dos táxis estão à espera, esses taxistas ficam logo sem emprego, porque eles tinham mais vinte para trabalharem à percentagem, sem caixa, sem sindicato, sem nada...

(Depoimento de um trabalhador, no Jornal da SIC)

A decepção e a simpatia

PIVÔ - Santos Pereira, estiveste agora na Rússia, confirma-se que os comunistas recolhem uma grande preferência de voto, ou ainda é dúbia essa tendência?

SANTOS PEREIRA - Não, a tendência parece clara. Parece clara e traduz mais que uma simpatia pelos comunistas, traduz uma decepção com as experiências da democracia, tal como ela foi vivida nos termos concretos da Rússia. Também não vale a pena deixarmo-nos assustar pelos chavões. Os comunistas movimentam-se em situações concretas, não é de crer que passe pela cabeça ao líder do Partido

Comunista russo restabelecer todo o clima político que a Rússia tinha anteriormente.

(Em TV2 Jornal)

Medo nas igrejas

A criminalidade nas igrejas é a estação de muita outra criminalidade que vai acontecendo no dia-a-dia. Mas nas igrejas da Baixa de Lisboa, e na última Páscoa, todas as igrejas foram assaltadas. E assaltadas não apenas as caixas das esmolas. São roubos de esticão, são pessoas agredidas às portas da igreja, é a mendicidade que age de forma quase coactiva, são os arrumadores que tomam quase como reféns os automobilistas que estacionam, há, digamos, uma situação de permanente insegurança que, a nós, priores desta zona de Lisboa, faz levantar uma preocupação: como podemos continuar a ter presente o nosso acompanhamento pastoral junto de tantas pessoas quando elas mesmas, para as reuniões de formação, para os encontros de oração, já têm dificuldade em sair porque têm medo?

(...) Apesar dos assaltos as caixas das esmolas, apesar dos roubos feitos por pessoas estrategicamente colocadas na igreja para poder roubar alguém que se distrai, a maior parte dos roubos são de esticão. Mas há outros roubos, não apenas das pessoas, mas também dos bens. A Igreja de S. Nicolau foi assaltada há três anos, roubaram peças de valor.

(...) Todos os dias há roubos. Mas a nossa preocupação não é tanto com os assaltos, é com aquilo que esses assaltos já dão notícia de uma insegurança que se instala e perante a qual a Igreja tem também de tomar posição, no sentido de partilhar as reflexões que já vamos sentindo.

(...) A presença de mais polícias é um elemento fundamental e não apenas nas igrejas. Mais polícia, mais segurança em relação aos cidadãos. Sem dúvida. Mas mais do que isso a nós preocupam-nos que não esteja presente na relação entre os cidadãos aquela matriz cultural portuguesa marcada pelos valores cristãos. Hoje, a insegurança manifesta-se na agressividade, na incapacidade de respeitar a pessoa humana.

(...) A Baixa de Lisboa, onde a Igreja de S. Nicolau está presente, é um grande aglomerado de serviços. A Igreja paroquial de que eu sou prior é fundamentalmente que recebe sete mil, três mil, duas mil pessoas diariamente. Passantes, não são pessoas residentes, são pessoas que passam para rezar, pessoas que passam para terem um momento de recolhimento interior. Eu penso que essas pessoas têm o direito a serem respeitadas.

(Mário Rui, pároco da Igreja de S. Nicolau, Telejornal)

História de espões, e não só

O Tribunal Constitucional alemão chegou na terça-feira a uma conclusão que era óbvia desde há cinco anos: A Alemanha não tem qualquer legitimidade para condenar os responsáveis da espionagem da ex-RDA, pelo que os processos pendentes contra algumas centenas de ex-espões foram anulados.

O caso era elementar, mas é sabido que em política há razões que a razão desconhece. Baseando-se na tese defendida por alguns juristas da RFA de que a RDA foi uma ficção, alguns tribunais alemães fizeram tábua rasa não só do facto de a RDA ser um Estado reconhecido internacionalmente e ter assento nas Nações Unidas, mas também, pasme-se, da Alemanha Federal ter reconhecido a RDA em 1972, num tratado então assinado. O "grande" argumento era o de que o referido tratado afirmava, a dado passo, que os dois países não eram "estranhos um para o outro", como se tal afirmação à La Palice invalidasse o que o direito internacional consagrava e a RFA reconhecia.

Passados cinco anos da anexação, o Tribunal Constitucional acaba no entanto por reconhecer a evidência: os espões da RDA não podem ser punidos, entre outras razões, porque "sem quererem, viram-se cidadãos de um Estado contra o qual estava dirigida a sua actividade, legal em face do direito da RDA".

Um reconhecimento tardio, mas mais vale tarde do que nunca. Em particular porque se reconhece que ninguém perguntou aos espões, nem a ninguém, diga-se em abono da verdade, se queriam ser cidadãos de outro Estado.

FRASES da SEMANA

"Muitos dos que hoje me tratam amavelmente por "futuro Primeiro-Ministro" podem decidir de outro modo no momento do voto. Mas é relevante que se tenham dado ao trabalho de vir falar comigo nesta fase."

(António Guterres, citado em «Semanário», 20.05.95)

"O PS tem, quanto às próximas eleições legislativas, um problema bizarro. Não é o único, mas é real: vai excessivamente à frente nas sondagens."

(José Carlos Vasconcelos - «Visão», 18.05.95)

"Portugal é uma república das bananas?"

(«estado-maior» do PSD, segundo o «Expresso», citado a propósito do encontro de Carlos Carvalhas com a Embaixadora dos EUA - 20.05.95)

"O encontro da embaixadora norte-americana com o líder do PCP é um pormenor da máxima importância."

(Raúl Vaz, «A Semana Política» - «Público», 20.05.95)

"Já vivemos no século XXI"

(Bronislaw Baczko, historiador - «Público», 20.05.95)

"Manuel Monteiro, para manter a dianteira, tem de radicalizar um bocadinho."

(Nogueira de Brito - «Expresso», 20.05.95)

"Não vejo necessidade nenhuma de se fazer qualquer reforma (agrária). A grande realidade da agricultura portuguesa é a PAC, e temos de acabar de uma vez para sempre com esses espantalhos."

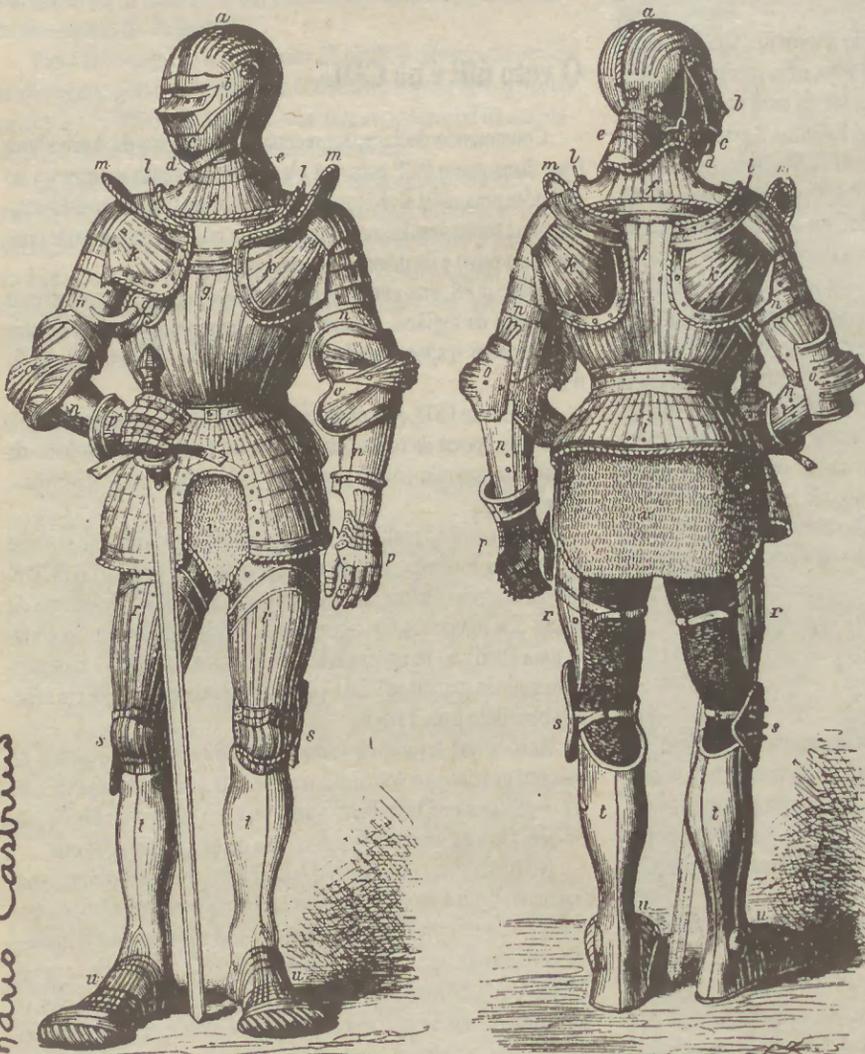
(Duarte Silva, Ministro da Agricultura - «Expresso», 20.05.95)

"Nogueira confirmou a minha falta de fé."

(Ângelo Correia - «O Diabo», 23.05.95)

"Só comecei a ser crítico do chamado cavaquismo a partir do princípio de 1989. Se Cavaco Silva avançar para Belém terá o meu apoio..."

(idem)



SINTRA

Sob o lema:

«O PCP e a Esquerda Necessária para uma Nova Política»
3ª Assembleia da Organização Concelhia de Sintra
Sábado, 27, às 15h, no Auditório da Igreja de Rio de Mouro
Intervenção de encerramento por José Casanova

Cidade de Lisboa

CT do Lumiar, das 15 às 19h
1ª Assembleia da Organização da Freguesia da Ameixoeira
Participa o camarada Blanqui Teixeira

ALMADA

Plenário da célula da Lisnave para discutir as reivindicações dos trabalhadores e a actual situação na empresa: hoje, dia 25, às 17h, no CT concelhio de Almada.

Reunião alargada da Organização da Freguesia de Cova da Piedade para discussão das próximas Legislativas: hoje, dia 25, às 21h30, no CT concelhio.

Plenário da organização da Freguesia de Laranjeiro para discussão do trabalho eleitoral, com a participação do camarada Henrique de Sousa: sexta-feira, 26, às 21h30, no CT do Laranjeiro.

Debate no GDCA (Salão das Carochas) com Brito Apolónia sobre «O PCP e as Eleições»: quarta-feira, 31, às 15h.

AMADORA

Assembleia da Organização da Freguesia da Mina - sábado, 27, a partir das 15h, com a participação do camarada Jorge Cordeiro.

Plenário de militantes da Brandoa, com a participação de José Casanova: hoje às 21h30, no CT da Brandoa.

Convívio de ex-UECs e ex-UJCs no Centro de Trabalho da Brandoa, com a participação da camarada Helena Medina: sábado, 27, a partir das 16h30.

CASCAIS

Sessão-debate com Reformados promovida pela C.Freguesia de S. Domingos de Rana, com a participação do camarada Jaime Félix: quinta-feira, dia 25, às 15h30, no CT de Tires.

Plenário dos militantes da freguesia do Estoril sobre situação política e eleições: no CT de Cascais, sábado, 27, às 15h30.

Plenário de militantes de S. Domingos de Rana, com a participação do camarada Arménio Carlos: domingo, 28, às 15h30, no CT de Tires.

Reunião com os militantes do Partido que trabalham na Câmara e Serviços Municipalizados de Cascais, com a participação do vereador Carlos Sota, para discussão da situação social e eleições: quarta-feira, 31, às 16h30, no Centro de Trabalho de Cascais.

ÉVORA

Plenários de Reformados: no dia 25 em Brotas (Centro de Convívio, 17h) e em N.ª S.ª de Machede (Casa do Povo, 17h); no dia 26 em Igreja Nova (Centro de Convívio, 16h) e Vale do Pereiro (Centro de Convívio, 16h); no dia 29 em Vendinha (Casa do Povo, 17h), Serra (Sociedade, 16h) e S. Gregório (Junta de Freguesia, 16h); no dia 30 em S. Manços (17h). Plenário de militantes em Ilhas, no dia 31 (Sociedade, 17h).

Montemor-o-Novo - Plenário Concelhio de Quadros, com a participação do camarada José Soeiro: sábado, 27, no Centro de Trabalho.

LISBOA

Plenário da célula da Carris, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa: 5ª feira, dia 25 de Maio, às 18h30 no CT Vitória.

Almoço-convívio da célula do Metro: Dia 3 de Junho, no CT da Av. Duque de Loulé

LOURES

Debate sobre toxicoddependência, promovido pela Com. Concelhia de Loures com a participação de Carlos Gonçalves: na Sala da Junta de Freguesia de Sacavém, sexta-feira, 26, às 21h30.

Debate sobre a situação política em Bobadela, com a participação de Jerónimo de Sousa: no Clube Recreativo Bobadelense, sexta-feira, às 21h30.

OEIRAS

Plenário da Organização local de Carnaxide: sexta-feira, 26, às 21h, no CT de Carnaxide.

Plenário da Organização local de Queijas: sexta-feira, 26, às 21h, no CT de Queijas.

Plenário da Organização da freguesia de Linda-a-Velha: sábado, 27, às 15h, no CT de Alégés.

SETÚBAL

Debate público na Junta de Freguesia de S. Sebastião sobre «Segurança e Tranquilidade das Populações» com a participação de Odete Santos e José Neto: sexta-feira, 26, às 21h30.

VILA FRANCA DE XIRA

Encontro-convívio de mulheres comunistas: no CT de Vila Franca, domingo, 28, às 16h



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Setúbal Encontro Distrital da CDU

Sábado, 27, às 14h30,
no Salão dos Bombeiros Voluntários da Moita
com a participação de
Octávio Teixeira
e Carlos Carvalhas



Aveiro Encontro Distrital da CDU

Sábado, 27, às 15h,
no Salão Cult. da CM de Aveiro
com a participação de

• Amadora

Activistas da CDU visitam hoje, dia 25, a CM da Amadora. Hoje ainda participam numa acção de rua junto das empresas da Venda Nova.

O deputado António Filipe e o vereador da CM Amadora Fernando Pereira visitam as instalações da Sorefame: amanhã, sexta-feira, a partir das 15h.

• Lisboa

Encontro de Quadros da CDU da Zona Ocidental da Cidade de Lisboa: sábado, 27, às 15h, no salão da Junta de Freguesia de Alcântara.

Reunião de jovens activistas e apoiantes da CDU da Zona Oriental de Lisboa: quinta-feira, dia 25, às 19h, no Centro de Trabalho Vitória.

Freguesia da Graça - Eleitos locais do PCP/PEV e dirigentes do PCP em jornada de contactos com a população da freguesia: sábado de manhã. Às 16h: Convívio da Colina da Graça na Voz do Operário.

Convívio de Reformados CDU dos Olivais: hoje, quinta-feira, a partir das 16h no CT do PCP dos Olivais, com a participação de Felicidade Montoito e Paula Calçado.

• Loures

Sessões CDU com Reformados: em Camarate, no Centro da Terceira Idade, hoje às 15h e no Centro da Terceira Idade do Bairro de Santiago às 17h; no Centro da Terceira Idade de Sto. António dos Cavaleiros, amanhã, dia 26, às 16h30; no Bairro Angola/Camarate, no Centro da Terceira idade, sábado às 16h.

Almoço-convívio CDU em Fanhões, na colectividade de Ribas de Cima, com a participação de Jorge Cordeiro: domingo às 13h.

Café-concerto CDU no CT do PCP de Camarate: sábado a partir das 22h.

• Santarém

Almoço-convívio da CDU em Mação: domingo no restaurante «Pica Fino».

• Vila Franca de Xira

Sábado, dia 27: jornada concelhia de colocação de propaganda da CDU (concentrações: às 9h nos Cts de Alhandra e Póvoa de Sta. Iria).

Lisboa

Encontro distrital da CDU

para apresentação da Lista de Candidatos
pelo Círculo de Lisboa

sob a presidência de Feliciano David

e com intervenções de

Blasco Hugo Fernandes,

Isabel de Castro,

Bernardino Soares,

Carlos Carvalhas

Hotel Alfa - dia 26 às 19h

Ponto de Encontro CDU

na Baixa de Lisboa

Comício de solidariedade da CDU

com a luta do povo de Riba d' Ave

Sábado, 27, às 21h30, na Esc. Prim. de Riba d' Ave

Com António Lopes, Barbosa da Silva,

Miguel Lopes

(candidatos da CDU)

Encontro com Agricultores de Vieira do Minho

Debate com António Lopes:

«A CDU e as questões da agricultura»

Segunda-feira, 29, às 16h,

no Quartel dos Bombeiros

Visita ao Aqueduto

Apoiantes da CDU do Sector Público organizam no próximo sábado uma visita guiada à Mãe d' Água das Amoreiras e ao Aqueduto das Águas Livres, no Vale de Alcântara. Qualquer um pode juntar-se ao grupo de excursionistas: basta aparecer, às 10h no Jardim das Amoreiras.

Para remate está programado um piquenique no Parque da Serafina.

Coimbra Socialismo e Mercado

Debate promovido pelo Sector Intelectual do PCP

na Casa Municipal da Cultura,

dia 26 às 21h30,

com a participação do Prof. Ramon López-Suevos,

autor do livro «Socialismo e Mercado»,

dos Profs. António Avelãs Nunes,

Jaime Ferreira

e Sousa Andrade

e do economista Sérgio Ribeiro

Carlos Carvalhas

Além da participação em iniciativas do PCP e da CDU que noticiamos, o Secretário-geral do PCP estará nos próximos dias em várias outras actas públicas, dos quais destacamos a visita que fará no domingo, das 14h30 às 16h30, à Santiago 95 - VIII Feira Agropecuária do Litoral Alentejano, em Santiago do Cacém. No sábado, dia 27, das 12 às 14h, será entrevistado na Rádio Voz de Setúbal - programa «Grande Risco».

Jornadas Parlamentares do PCP

Lisboa, 29 e 30 de Maio

Dia 29

- 11h00 - Sessão de abertura
(Sala Cisterna do Castelo de S. Jorge)
Intervenção de Carlos Carvalhas
14h30 - Visita à TAP-Air Portugal
17h30 - Visita à zona histórica do Castelo
21h30 - Audição no auditório do Padrão dos Descobrimentos sobre «A Cidade, o Rio e o POZOR»

Dia 30

- 10h30 - Sessão de trabalho do Grupo Parlamentar na Sala Cisterna
12h00 - Sessão de encerramento na Sala Cisterna
14h30 - Visita à LTE (Electricidade de Lisboa Vale do Tejo, SA)
18h00 - Sessão na Malaposta (Loures) sobre acessibilidades e transportes no corredor de Odivelas

Visitas de Deputados

Deputados do PCP por Setúbal no concelho do Seixal

No Seixal estarão amanhã, sexta-feira, os deputados do PCP pelo círculo de Setúbal. Após a recepção na CM prevista para as 15h, os deputados visitam (às 15h45) o Centro de Convívio da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Fernão Ferro e o Parque Municipal das Paivas e Piscina Municipal de Amora. Às 17h30, terá início no Auditório da Assembleia Municipal uma reunião com as ORT's do Concelho. À noite - a partir das 21h - participam num debate público sob o tema «Por uma Nova Política», na Sala da Assembleia de Freguesia de Corroios.

Joaquim Miranda hoje em Odemira

A visita de Joaquim Miranda inicia-se com um encontro com o Executivo Municipal e prossegue depois - cerca das 17h - com uma visita à Barragem de Santa Clara. Às 18h terá um encontro com a população de Pereiras Gare, na sala da Junta de Freguesia, e às 19h30 com a de Luzianes, no Centro Social. Às 21h, terá lugar um encontro com a população de S. Martinho, na Sociedade de Aldeia das Amoreiras. Em discussão estarão a seca e os riscos dos fogos florestais.

Faro

Sexta-feira, 26, às 20h30, no Restaurante Parque Jantar de apoiantes da CDU para apresentação dos candidatos pelo Algarve

Excursões

(Inscrições Tel. 4866991)

— Da Com. Freg. de Cascais a Alpiarça - 4 de Julho

— Da Org. da Função Pública de Lisboa a Peniche, com visita ao Forte - 27/5

FAZ TURISMO EM CUBA

com a Associação de Amizade Portugal-Cuba

CUBA de Iés-a-lés

De 21 de Julho a 7 de Agosto: Havana-Pinar-Trinidad-Guamá-Cienfuegos-Guardalavaca-Santiago de Cuba

CUBA Ocidente e Santiago

De 26 de Julho a 5 de Agosto: Havana-Pinar-Trinidad-Guamá-Cienfuegos-Varadero-Santiago de Cuba

Inscrições: Tel. 3857305

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 - Instrumento usado pelos sapateiros para brunar os tacões e as bordas das solas do calçado; fruto ou semente da amendoeira, comestível, rico em substâncias gordurosas e glicídicos. 2 - Nesse lugar, Erbio (s. q.). 3 - Crença; espécie de saco fechado contendo matéria mole ou elástica, para servir de encosto, assento ou apoio para a cabeça (pl.); nota musical. 4 - Patrão; principal rio da Suíça; mofas; doçura (fig.). 5 - Fragmento de loiça partida; faculdade de raciocinar; morte (pop.). 6 - Pedra de altar; âqueles. 7 - Charruas; vala estreita. 8 - Partida; acolá. 9 - Punição; dizes; nome de letra (pl.). 10 - Rochedo (bras.); coloração; entregas; lamentos. 11 - Sódio (s. q.); embateram; igual (farm.). 12 - Interj. designativa de dor; Actínio (s. q.). 13 - Aborreceram (fig.); tema.

VERTICAIS: 1 - Arma de sílex em forma de amêndoa, de tamanhos variados, comum e característica do paleolítico inferior (pré-hist.); alvitram. 2 - Ave corredora; letra grega. 3 - Isolado; instrumento musical de sopros; antes de Cristo (abrev.). 4 - Ermida fora do povoado. 5 - Pompa; nome de mulher; filtrar. 6 - Colocar em versos rimados; pândega. 7 - Discursa; apelido de poeta português. 8 - Califórnia (s. q.); pateta (pop.); artigo antigo; compaixão. 9 - Lavra; acrescentei. 10 - Mediano; curam. 11 - Épocas; fileiras; alforge. 12 - Terceiro estômago das aves. 13 - Nota musical; tritura com os dentes; poeira. 14 - Criaturas; dama de companhia. 15 - Albergar; queimada.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Renega; nações. 2 - Sem; termina; lar. 3 - Átila; gás; lebre. 4 - Nora; catam; cada. 5 - Ar; Ivo; oco; ai. 6 - Raera; Olhão. 7 - Nu; novilho; Cu. 8 - Abalo; Aarão. 9 - Em; ala; dom; um. 10 - Nata; sorna; auto. 11 - Acolá; dia; Ester. 12 - Iam; tremura; ira. 13 - Suava; réis; ralos.

VERTICAIS: 1 - Sanar; penas. 2 - Retor; Macau. 3 - Emir; rua; toma. 4 - Laia; Baal. 5 - ETA; venal; ata. 6 - Ge; Corolas. 7 - Arga; avô; Oder. 8 - Mata; crime. 9 - Nisa; ola; naus. 10 - An; molhada. 11 - Cal; choro; ear. 12 - Ecoa; amas. 13 - Elba; oco; útil. 14 - Sarda; útero. 15 - Reais; amoras.

TEATRO

CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso, 175. Tel. 6004301. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **OS POLÍCIAS**, de Mrozek, encenação de Helder Costa, pelo Teatro Experimental do Porto.

COMUNA

Lisboa, Pç. Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **A PULGA ATRÁS DA ORELHA**, de George Feydeau, encenação de João Mota, pelo Teatro da Comuna. **Café-Teatro:** às 00.30. **ATÉ AS CORISTAS FALAM**, encenação de Fernando Gomes. **Sala Nova:** todos os dias às 21.30: **A NOSSA ALDEIA**, de Carlos Jorge Pessoa, pelo Teatro da Garagem.

ESTRELA HALL

Lisboa, Rua da Estrela, 10. Tel. 3961946. Hoje e amanhã às 21.30. **ANDORRA**, de Max Frisch, pelos Lisboa Players.

MUSEU CONDES DE CASTRO GUIMARÃES

Cascais. Marcações: tels. 4670320 e 4867933. De 3ª a dom. às 21.30. **ESTÁ LÁ FORA UM INSPECTOR**, de J. B. Priestley, pelo Teatro Experimental de Cascais.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. 6ª e sáb. às 21.30. **LORCA ESPANHA CUMPLICIDADES**, dramaturgia e encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais, 1-A. Tel. 3961515. **VAI VER SE**

CHOVE, de George Courteline, encenação de Miguel Guilherme, pelo Teatro da Comucópia.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. - De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **O AVARENTO**, de Molière, encenação de Helder Costa. - De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: **NÃO HÁ NADA QUE SE COMA**, de Francisco Pestana, encenação de Rui Luís Brás. - De 4ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: **MARLY, A VAMPIRA DE OURINHOS**, de Carlos Queiroz Telles, encenação de Maria do Céu Guerra.

TEATRO IBÉRICO

Lisboa, Rua de Xabregas, 54. De 5ª a dom. às 21.30. **O VENENO DO TEATRO**, de Rodolf Sierra, encenação de José Blanco Gil, pela Companhia do Teatro Ibérico.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. **Sala Estúdio - 2ª** às 21.30: **EUROPA NÃO! PORTUGAL NUNCA!!**, de Mário Viegas.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **RICARDO II**, de Shakespeare, encenação de Carlos Avilez. **Sala Estúdio - de 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.30:** **UM CASAL MUITO AVANÇADO**, de Franca Rame e Dario Fo, encenação de José Carretas.

VÁ AO TEATRO COM O CPPC
reservas para o telef. 386 33 75 / fax 386 32 21
(até 25 Maio, quinta-feira, 17.00 horas)

ESPAÑA, LORCA, CUMPLICIDADES
Grupo de Teatro "Intervalo"

Palácio Ribamar / Algés - 27 - Maio - 1995 / sábado
PREÇO ESPECIAL / Solidariedade com o CPPC - Esc. 1000\$00

FILMES

QUINTA, 25

O Maior Roubo de Sempre

«Robbery» (Gr.Br./1967). Real.: Peter Yates. Int.: Stanley Baker, Joanna Pettet, James Booth, Frank Finlay, Barry Foster. Cor, 100 min. *Ver Destaque.* (14.30, SIC)

Lisa

«Lisa» (EUA/1989). Real.: Gary Sherman. Int.: Cheryl Ladd, D. W. Moffett, Staci Keenan, Tanya Fenmore, Jeffrey Tambor. Cor, 90 min. *«Thriller».* (00.55, Canal 1)

SEXTA, 26

Consciência Pesada

«Guilty Conscience» (EUA/1985). Real.: David Green. Int.: Anthony Hopkins, Blythe Danner, Swoosie Kurtz. Cor, 94 min. *Ver Destaque.* (14.30, SIC)

Fúria no Bairro Japonês

«Showdown in Little Tokyo» (EUA/1992). Real.: Mark L. Lester. Int.: Dolph Lundgren, Brandon Lee, Cary-Hiroyuki Tagwa. Cor, 75 min. *Policial / Acção.* (22.00, Quatro)

A Pousada da Jamaica

«Jamaica Inn» (Gr.Br./1939). Real.: Alfred Hitchcock. Int.: Charles Laughton, Maureen O'Hara, Robert Newton, Leslie Banks, Mary Ney. P/B, 95 min. *Ver Destaque.* (00.20, TV 2)

O Jogo do Crime

«Clue» (EUA/1985). Real.: Jonathan Lynn. Int.: Eileen Brennan, Tim Curry, Lesley Ann Warren, Madeline Kahn, Christopher Lloyd. Cor, 93 min. *Comédia / Mistério.* (01.30, Canal 1)

SÁBADO, 27

A Febre Continua...

«Staying Alive» (EUA/1983). Real.: Sylvester Stallone. Int.: John Travolta, Cynthia Rhodes, Finola Hughes, Steve Inwood. Cor, 92 min. *Drama.* (18.15, Canal 1)

O Azar de Um Valente

«When Willie Comes Marching Home» (EUA/1949). Real.: John Ford. Int.: Dan Dailey, Corinne Calvet, Colleen Townsend, William Demarest. P/B, 80 min. *Ver Destaque.* (23.40, TV 2)

Espionagem e Traição

«Blue Ice» (Gr.Br./1992). Real.: Russell Mulcahy. Int.: Michael Caine, Sean Young, Ian Holm, Alun Armstrong, Sam Kelly, Jack Shepherd. Cor, 100 min. *Drama Policial.* (23.50, Canal 1)

A Dama de Xangai

«The Lady From Shanghai» (EUA/1948). Real.: Orson Welles. Int.: Orson Welles, Rita Hayworth, Everett Sloane, Glen Anders. P/B, 83 min. *Ver Destaque.* (00.30, Quatro)

Henry e June

«Henry & June» (EUA/1990). Real.: Philip Kaufman. Int.: Fred Ward, Uma Thurman, Maria de Medeiros, Richard E. Grant, Kevin Spacey. Cor, 129 min. *Ver Destaque.* (00.45, SIC)

Pedras Rolantes

«Buddy's Song» (Gr.Br./1990). Real.: Claude Whathan. Int.: Roger Daltrey, Chesney Hawkes, Sharon Duce, Michael Elpik. Cor, 102 min. *Drama / Musical.* (01.20, Canal 1)

DOMINGO, 28

Crónica dos Bons Malandros

(Port./1984). Real.: Fernando Lopes. Int.: João Perry, Lia Gama, Nicolau Breyner, Paulo de Carvalho. Cor, 90 min. *Ver Destaque.* (16.50, SIC)

Yo-Yo: Resgate de Alto Risco

«Extralarge Yo-Yo» (It./1990). Real.: Enzo G. Castellari. Int.: Bud Spencer, Philip Michael Thomas, Lou Bedford. Cor, 94 min. *Aventuras / Comédia.* (17.30, Canal 1)

O Grande Ditador

«The Great Dictator» (EUA/1940). Real.: Charles Chaplin. Int.: Charles Chaplin, Paulette Goddard, Jack Oakie, Reginald Gardiner. P/B, 123 min. *Ver Destaque.* (22.20, SIC)

Fim de Semana em Camisa

«PSY» (Fr./1980). Real.: Philippe de Broca. Int.: Patrick Dewaere, Anny Duperey, Michael Creton, Jean-François Steven, Jennifer. Cor, 96 min. *Ver Destaque.* (00.30, Canal 1)

SEGUNDA, 29

Reviravolta em Bengala

«Bengal Brigade» (EUA/1945). Real.: Laslo Benedek. Int.: Rock Hudson, Arlene Dahl, Ursula Thiess, Torin Thatcher. Cor, 87 min. *Aventuras.* (14.30, SIC)

Ala-Arriba!

(Port./1942). Real.: Leitão de Barros. Int.: Pescadores da Póvoa do Varzim e arredores e amadores do Norte. P/B, 94 min. *Ver Destaque.* (21.25, Quatro)

Palpitações

«Tremors» (EUA/1990). Real.: Ron Underwood. Int.: Kevin Bacon, Fred Ward, Finn Carter, Michael Gross, Reba McEntire. Cor, 93 min. *Ver Destaque.* (22.20, SIC)

A Mulher Que Não Queria Amar

«Harlow» (EUA/1965). Real.: Gordon Douglas. Int.: Carroll Baker, Red Buttons, Angela Lansbury, Raf Vallone, Martin Balsam. Cor, 125 min. *Biográfico / Drama.* (01.35, Canal 1)

TERÇA, 30

A Minha Corista e Eu

«Bloodhounds of Broadway» (EUA/1952). Real.: Harmon Jones. Int.: Mitzy Gaynor, Scott Brady, Mitzy Green, Michael O'Shea. Cor, 87 min. *Musical.* (14.30, SIC)

Uma Irmã Especial

«Sister Margaret and the Saturday Night Ladies» (EUA/1991). Real.: Paul Wendkos. Int.: Bonnie Franklin, Jeanette Arnette, Trazana Beverly, Rosemary Clooney. Cor, 91 min. *Telefilme.* (21.40, Quatro)

A Dupla Vida de Véronique

«La Double Vie de Véronique» (Fr./Pol./1991). Real.: Krzysztof Kieslowski. Int.: Irène Jacob, Halina Gryglaszewska, Kalina Jedrusik. Cor, 93 min. *Ver Destaque.* (22.45, TV 2)

Esposas e Concubinas

«Dahong Denglong Gaogao Gua» (Hong-Kong/Formosa/R.P.China/1991). Real.: Zhang Yimou. Int.: Gong Li, He Caiwei, Ma Jingwu, Cao Cuiheng. Cor, 121 min. *Ver Destaque.* (00.40, SIC)

Ladrão de Corações

«Thief of Hearts» (EUA/1984). Real.: Douglas Day Stewart. Int.: Steven Bauer, John Getz, Barbara Williams, David Caruso. Cor, 96 min. *Policial / Romance.* (01.10, Canal 1)

QUARTA, 31

Um Casal Desesperado

«Desperate Characters» (EUA/1971). Real.: Frank D. Gilroy. Int.: Shirley MacLaine, Kenneth Mars, Gerald O'Loughlin. Cor, 85 min. *Drama.* (14.30, SIC)

Gente Fina, Um Vira-Latas no Parlamento

«The Distinguished Gentleman» (EUA/1992). Real.: Jonathan Lynn. Int.: Eddie Murphy, Lane Smith, Sherry Lee Ralph, Joe Don Baker. Cor, 108 min. *Comédia.* (21.30, Canal 1)

Ser Ou Não Ser

«To Be or not to Be» (EUA/1983). Real.: Alan Johnson. Int.: Mel Brooks, Anne Bancroft, Tim Matheson, Jose Ferrer, Charles Durning. Cor, 102 min. *Ver Destaque.* (21.40, Quatro)

Campeão Invencível

«The Boy in Blue» (Can./1986). Real.: Charles Jarrott. Int.: Nicolas Cage, Cynthia Dale, Christopher Plummer, David Naughton. Cor, 94 min. *Biográfico / Desporto.* (00.15, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 25

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Rua Sésamo
- 09.30 Táxi
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.30 Culinária
- 11.45 A Traidora
- 12.20 O Avô e Eu
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Sonhos de Mulher
- 14.35 Malha de Intrigas
- 15.30 Gente da Frente
- 15.55 A Minha Amiga Lúcia
- 16.20 Com a Verdade M' Enganas
- 17.00 Paixões
- 18.00 Corpo Santo
- 18.50 Lotaria Nacional
- 19.00 Motociclismo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Desencontros
- 21.20 Isto Só Vídeo
- 22.00 Eleição Miss Portugal



«A Escrava Isaura» de regresso, agora na SIC



Daniel Travanti, intérprete de «Em Busca de...»

- 24.00 24 Horas
- 00.40 Remate
- 00.55 Lisa

(ver «Filmes na TV»)

TV2

- 14.30 Televidas
- 15.30 Rugby (Taça do Mundo)
- 17.00 Perigo nas Montanhas
- 18.00 Escola Paraíso
- 18.25 Rua Sésamo
- 18.50 Caderno Diário
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.20 Timewatch
- 21.10 Magazine - «Ver Artes»
- 21.40 RTP/Financial Times
- 21.50 Remate
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Acontece
- 22.45 Enriquecer
- 23.35 Musical: «Steve Miller Band»
- 00.25 Souvenirs

SIC

- 11.00 As Receitas do Dia
- 11.30 Por Amar-te Tanto
- 12.30 Quatro por Quatro
- 13.30 Primeiro Jornal
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 O Maior Roubo de Sempre
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.00 Buêré
- 17.40 Notícias
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Vidas Cruzadas
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Irmãos Coragem
- 21.35 Os Trapalhões em Portugal
- 22.15 A Máquina da Verdade
- 23.15 A Noite da Má-Língua
- 00.20 Último Jornal
- 00.35 Internacional SIC

QUATRO

- 11.30 Lumen 2000
- 12.00 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Éramos Seis
- 14.35 A Escolha É Sua!
- 16.30 A Hora do Recreio
- 17.25 Jornal Nacional
- 17.50 Caprichos
- 18.45 O Preço da Paixão
- 19.25 Novo Jornal
- 20.20 MacGuyver
- 21.15 Fora de Jogo
- 21.30 Pelo Contrário
- 23.30 TVI Jornal
- 24.00 Protagonistas
- 00.35 Dar que Falar
- 01.25 O 8º Dia

Sexta, 26

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Rua Sésamo
- 09.30 Táxi
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.30 Culinária
- 11.45 A Traidora
- 12.20 O Avô e Eu
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Sonhos de Mulher
- 14.35 Malha de Intrigas
- 15.30 Gente da Frente
- 15.55 A Minha Amiga Lúcia
- 16.20 Com a Verdade M' Enganas
- 17.00 Paixões
- 18.00 Corpo Santo
- 19.00 Grande Desporto
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Desencontros
- 21.30 Selecção de Esperanças
- 22.25 Concurso 1, 2, 3
- 00.05 24 Horas



A música de artistas amadores em «À Volta do Coreto», de Victorino d'Almeida

- 00.45 Remate
- 01.00 Contos Assombrosos
- 01.30 O Jogo do Crime

(ver «Filmes na TV»)

TV2

- 17.05 Uma Família Feliz
- 18.00 Escola Paraíso
- 18.30 Rua Sésamo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.05 O Mundo em Guetra
- 21.00 A Roda do Mundo
- 21.05 Ver Para Ler
- 21.40 RTP/Financial Times
- 21.50 Remate
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Acontece
- 22.45 Histórias que o Tempo Apagou
- 23.15 Concurso: «À Volta do Coreto»
- 00.20 A Pousada da Jamaica

(ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.00 As Receitas do Dia
- 11.30 Por Amar-te Tanto
- 12.30 Quatro por Quatro
- 13.30 Notícias
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Consciência Pesada
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.00 Buêré
- 17.40 Notícias
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Vidas Cruzadas
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Irmãos Coragem
- 21.40 Mini Chuva de Estrelas
- 22.40 Minas e Armadilhas
- 23.50 Os Donos da Bola
- 01.05 Último Jornal
- 01.20 Playboy

QUATRO

- 11.30 Lumen 2000
- 12.00 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Éramos Seis
- 14.35 A Escolha É Sua!
- 16.30 A Hora do Recreio
- 17.25 Jornal Nacional
- 17.50 Caprichos
- 18.45 O Preço da Paixão
- 19.25 Novo Jornal
- 20.20 MacGuyver
- 21.15 Fora de Jogo
- 21.30 Trapos & Companhia
- 22.00 Fúria no Bairro Chinês
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.45 TVI Jornal
- 00.30 Dar que Falar

Sábado, 27

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
- 12.30 Lata Livre Americana
- 13.00 Notícias
- 13.15 Automobilismo - GP Fórmula 1 de França
- 14.20 Made in Portugal
- 14.55 Clube Disney
- 16.05 Eternos Novatos
- 16.30 As Aventuras de Brisco County Jr.
- 17.15 Arca de Noé
- 18.15 Staying Alive - A Febre Continua...
- (ver «Filmes na TV»)
- 19.55 Totoloto
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Apanhados
- 21.40 Parabéns
- 23.30 24 Horas
- 23.55 Espionagem e Traição
- (ver «Filmes na TV»)

Domingo, 28

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
- 12.30 Sem Limites
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.15 Top +
- 14.05 86-60-86
- 14.40 A Lei de Burke
- 15.30 Fórmula 1 (GP de França)
- 17.30 Yo-Yo, Resgate de Alto Risco
- (ver «Filmes na TV»)
- 19.05 Casa Cheia
- 19.55 Joker
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Eu Tenho Dois Amores
- 21.55 No Calor da Noite
- 22.40 Domingo Desportivo
- 00.10 24 Horas
- 00.30 Fim de Semana em Camisa
- (ver «Filmes na TV»)

TV2

- 09.30 Caminhos
- 10.00 Novos Horizontes
- 10.30 70 x 7
- 11.00 Missa
- 12.00 Regiões
- 13.00 Euronews
- 14.00 Um País de Floresta
- 14.45 Circo
- 16.00 As Teias da Lei
- 16.45 Para Além do Ano 2000
- 17.30 TV2 Desporto
- 20.00 Música ao Domingo
- 21.00 Os Descobrimientos Portugueses
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Sempre ao Domingo

SIC

- 11.00 Buêré
- 13.00 Vida Selvagem
- 14.00 Walker, o Ranger do Texas
- 14.50 Big Show Sic
- 16.50 Belarmino
- (ver «Filmes na TV»)
- 19.00 Médicos sem Fronteiras
- 20.00 Assuntos de Família
- 21.00 Jornal da Noite
- 22.20 O Grande Ditador
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.45 O Senhor que se Segue
- 01.50 Último Jornal
- 02.05 No Fim do Mundo

QUATRO

- 10.00 Clube da Manhã
- 10.45 O 8º Dia
- 11.30 Missa
- 13.35 Portugal Portugueses
- 15.00 Jornal do País
- 15.45 Mini Gladiadores
- 16.30 Babylon 5
- 17.30 Adultos à Força
- 18.30 O Poder da Lei
- 19.25 Telejornal
- 20.00 Bang-Bang
- 20.35 Detectives na Onda
- 21.45 Não te Enerves
- 22.15 Cluedo
- 23.15 Últimas Notícias
- 24.00 Jornal do Mundo

Segunda, 29

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Rua Sésamo
- 09.30 Táxi
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.30 Culinária
- 11.45 A Traidora
- 12.20 O Avô e Eu
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Sonhos de Mulher
- 14.30 Malha de Intrigas
- 15.45 A Família Trapp
- 16.10 A Minha Amiga Lúcia
- 16.35 Hammer, Defensor do Ambiente
- 17.00 A Lei das Ruas
- 17.45 Com a Verdade M' Enganas
- 18.25 Paixões
- 19.10 Corpo Santo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Desencontros
- 21.30 Nico d'Obra
- 22.00 Zona+ Carlos Cruz
- 23.45 24 Horas
- 00.15 Caminhada sem Tréguas
- 01.20 Remate
- 01.35 A Mulher que não Queria Amar
- (ver «Filmes na TV»)

TV2

- 16.00 Televidas
- 17.05 A Casa do Caçador
- 18.00 Escola Paraíso
- 18.30 Rua Sésamo
- 19.00 Caderno Diário
- 19.05 Um, Dó, Li, Tá
- 20.05 Que Família
- 20.35 Magazine - «Saúde»
- 21.00 Segunda Parte
- 21.25 Ver para Ler
- 21.30 RTP/Financial Times
- 21.40 Remate
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Acontece
- 22.50 Ópera - «Tosca»
- 00.50 As Teias da Lei
- 01.40 Desporto
- 02.55 Souvenirs

SIC

- 11.00 As Receitas do Dia
- 11.30 Por Amar-te Tanto
- 12.30 Quatro por Quatro
- 13.30 Notícias
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Reviravolta em Bengala
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.00 Buêré
- 17.40 Notícias
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 A Escrava Isaura
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Irmãos Coragem
- 21.40 Ponto de Encontro
- 22.20 Palpitações
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 Último Jornal
- 01.00 Flash Back

QUATRO

- 11.30 Lumen 2000
- 12.00 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Éramos Seis
- 14.35 A Escolha É Sua!
- 16.30 A Hora do Recreio
- 17.25 Jornal Nacional
- 17.50 Caprichos
- 18.45 O Preço da Paixão
- 19.25 Novo Jornal
- 20.20 MacGuyver
- 21.15 Marchas de Lisboa 95
- 21.25 Ala Arriba
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.30 TVI Jornal
- 24.00 Prolongamento
- 00.30 Dar que Falar
- 01.20 Novos Ventos

Terça, 30

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Rua Sésamo
- 09.30 Táxi
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.30 Culinária
- 11.45 A Traidora
- 12.20 O Avô e Eu
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Sonhos de Mulher
- 14.30 Malha de Intrigas
- 15.45 A Família Trapp
- 16.10 A Minha Amiga Lúcia
- 16.35 Hammer, Defensor do Ambiente



Os «Chicago» terça à noite na TV»

- 17.00 A Lei das Ruas
- 17.45 Com a Verdade M' Enganas
- 18.25 Paixões
- 19.10 Corpo Santo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Desencontros
- 21.30 A Mulher do Sr. Ministro
- 22.05 Eferreá
- 23.00 Prova Oral
- 00.15 24 Horas
- 01.55 Remate
- 01.10 Ladrão de Corações
- (ver «Filmes na TV»)

TV2

- 16.00 Televidas
- 17.05 Immenhof
- 18.00 Escola Paraíso
- 18.30 Rua Sésamo
- 19.05 Um, Dó, Li, Tá
- 19.55 Rotações
- 20.55 Magazine - «Cinema»
- 21.30 RTP/Financial Times
- 21.40 Remate
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Acontece
- 22.45 A Dupla Vida de Veronique
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.25 Desporto
- 01.40 Alta Frequência - «Chicago»
- 03.35 Souvenirs

SIC

- 11.00 As Receitas do Dia
- 11.30 Por Amar-te Tanto
- 12.30 Quatro por Quatro
- 13.30 Notícias
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 A Minha Corista e Eu
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.00 Buêré
- 17.40 Notícias
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 A Escrava Isaura
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Irmãos Coragem
- 21.40 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
- 23.10 Casos de Polícia
- 00.25 Último Jornal
- 00.40 Esposas e Concubinas
- (ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 11.30 Lumen 2000
- 12.00 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Marchas de Lisboa 95
- 13.40 Éramos Seis
- 14.35 A Escolha É Sua!
- 16.30 A Hora do Recreio
- 17.25 Jornal Nacional
- 17.50 Caprichos
- 18.45 O Preço da Paixão
- 19.25 Novo Jornal
- 20.20 MacGuyver
- 21.15 Fora de Jogo
- 21.30 Marchas de Lisboa 95
- 21.40 As Mulheres de Sábado à Noite
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.30 TVI Jornal
- 00.10 Jornal de Negócios
- 00.40 Dar que Falar
- 02.05 Encontro

Quarta, 31

CANAL 1

- 08.05 Bom Dia
- 09.00 Rua Sésamo
- 09.30 Táxi
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.30 Culinária
- 11.45 A Traidora
- 12.20 O Avô e Eu
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Sonhos de Mulher
- 14.30 Malha de Intrigas
- 15.35 A Família Trapp
- 16.00 A Minha Amiga Lúcia
- 16.25 Hammer, Defensor do Ambiente

- 16.50 A Lei das Ruas
- 17.35 Com a Verdade M' Enganas
- 18.15 Paixões
- 19.00 Corpo Santo
- 19.45 Vamos Jogar no Totobola
- 20.00 Telejornal
- 21.30 Gente Fina, Um Vira-latas no Parlamento
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.20 24 Horas
- 24.00 Remate
- 00.15 Campião Invencível
- (ver «Filmes na TV»)

TV2

- 16.00 Televidas
- 17.05 A Sombra da Dúvida
- 18.00 Os Amigos de Gaspar
- 18.20 Escola Paraíso
- 18.30 Rua Sésamo
- 19.05 Um, Dó, Li, Tá
- 19.55 O Fogo e a Terra
- 20.50 América Selvagem
- 21.45 Ver para Ler
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Acontece
- 22.45 Reportagem
- 23.40 Pecados
- 00.40 Longe de Liverpool
- 01.30 Desporto
- 02.45 Souvenirs

SIC

- 11.00 As Receitas do Dia
- 11.30 Por Amar-te Tanto
- 12.30 Quatro por Quatro
- 13.30 Notícias
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Um Casal Desesperado
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.00 Buêré
- 17.40 Notícias
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 A Escrava Isaura
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Irmãos Coragem
- 21.40 Cenas de um Casamento
- 22.20 Agora É a sua Vez
- 23.20 Só para Inteligentes
- 00.55 Último Jornal
- 01.10 Tostões e Mílhões

QUATRO

- 11.30 Lumen 2000
- 12.00 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Marchas de Lisboa 95
- 13.40 Éramos Seis
- 14.35 A Escolha É Sua!
- 16.30 A Hora do Recreio
- 17.25 Jornal Nacional
- 17.50 Caprichos
- 18.45 O Preço da Paixão
- 19.30 Novo Jornal
- 20.20 MacGuyver
- 21.15 Fora de Jogo
- 21.30 Marchas de Lisboa 95
- 21.40 Ser ou Não Ser
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.40 TVI Jornal
- 00.20 Indochina
- 00.50 Dar que Falar

Bonnard e o sortilégio da cor no próximo «Sempre ao Domingo» de Maria João Selxas



Cesto com Frutas, de Pierre Bonnard.

Por isto e por aquilo...

O Maior Roubo de Sempre (Quinta, 14.30, SIC)

Estrelado por um respeitável elenco, este filme do realizador Peter Yates é mais uma versão, para o cinema, do famoso assalto ao comboio da British Royal Mail, encenado com desenvoltura e reproduzindo com assinalável rigor a cronologia e as consequências desarmantes de um dos mais famosos roubos do século. Para entreter.

Consciência Pesada (Sexta, 14.30, SIC)

A brilhante interpretação de Anthony Hopkins sobrepõe-se, de certo modo, a uma densa mas palavrosa história que reflecte os problemas de consciência de um advogado ao matar a mulher para ficar mais livre para a sua amante. Um telefilme que as referências consideram de qualidade superior à média.

A Pousada da Jamaica (Sexta, 00.20, TV 2)

Inspirado no romance homónimo de Daphne du Maurier, diz-se ter sido este um dos maiores falhanços da carreira de mestre Hitchcock, ao adaptar esta história de aventuras situada na época Victoriana. Quanto a Charles Laughton, parece ocupar demasiado o écran, o que não deve ter deixado de perturbar o próprio realizador...

O Azar de Um Valente (Sábado, 23.40, TV 2)

Com argumento situado durante a II Guerra Mundial, *O Azar de um Valente* é a história de um rapaz que, desejoso de entrar em combate na frente de batalha, passa por vários azares até que é lançado de pára-quadras em França onde é recolhido pela Resistência que lhe transmite um documento altamente secreto com os pormenores de uma nova arma alemã. Um documento que, passando por variadas vicissitudes, ele tenta entregar em Londres, depois em Washington, até que cansado de tantos interrogatórios e inquéritos, foge do hospital psiquiátrico onde fora encerrado e surge em casa de seus pais, que o tomam por desertor, e acabam por ficar surpreendidos ao saber que ele vai ser condecorado pelo presidente dos EUA! Um tal argumento deixa já perceber que se trata de uma comédia sobre a guerra e o heroísmo, brilhantemente posta em cena por John Ford e com um irresistível papel de Dan Dailey, na pele de um rapaz desajeitado que colhe os louros que pertencem, por inteiro, aos resistentes franceses. Porque julgamos tratar-se de um filme até agora inédito na televisão portuguesa, a ocasião não é de perder, se bem que *A Dama de Xangai* seja, mais uma vez, um concorrente fortíssimo.

A Dama de Xangai (Sábado, 00.30, Quatro)

Embora já bem conhecida dos cinéfilos e já vista em outras ocasiões na televisão, continua a ser imprescindível a visão desta obra-prima de Orson Welles. Sucessão de embustes, traições, falsos assassinos comprados e reais assassinos tardiamente descobertos, bem como ajustes de contas sinistros, este filme de Welles é um brilhante exercício de estilo que culmina com a célebre cena do tiroteio numa sala de espelhos de um parque de diversões. Não obstante, foi na altura da estreia um fracasso comercial, o que arruinou a carreira de Rita Hayworth e, ainda mais, a do grande realizador. Um filme a que os incidentes da rodagem e a pequena crónica de bastidores (as relações de Welles com Rita) deram uma auréola lendária mas que conservou, até hoje, um imenso poder de fascinação.

Henry e June (Sábado, 00.45, SIC)

«Henry & June» conquistou um lugar na história do cinema por causa do escândalo que provocou. As ousadas cenas de sexo, nesta história sobre as relações entre o escritor Henry Miller e Anaïs Nin em Paris durante os "loucos" anos 30, impuseram a criação de um escalão etário nos EUA (*Interdito a menores de 17*), para evitar a classificação X, de pornográfico. Era assim que, precisamente há dois anos, o Boletim de Informação da SIC (que se destinava às páginas especializadas da imprensa e hoje tem sido expurgado destes absurdos comentários escritos com um brilhante lúbrico nos olhos) se referia à primeira apresentação que fez deste filme. Um exemplo mais uma vez semelhante à «insustentável ligeireza» com que normalmente são redigidos os sensacionalistas spots de promoção com que esta e as outras estações anunciam certos filmes ao espectador. O que, vendo bem, neste caso não é totalmente desadequado ao filme do realizador de *A Insustentável Leveza do Ser*, Philip Kaufman, que persiste em desperdiçar o talento que tem em favor das modas que procura seguir. O que pode de novo ser confirmado.

Crónica dos Bons Malandros (Domingo, 16.50, SIC)

De uma perspectiva exigente, este filme de Fernando Lopes, com argumento baseado no livro homónimo de Mário Zambujal, está alguns furos abaixo do elevado nível do cinema a que o realizador sempre nos habituou. De qualquer modo, é sem dúvida bem mais recomendável do que as inúmeras «pasteladas» que, com algumas e honrosas excepções, tanto a SIC (em *Chiado Terrasse*) como a Quatro (em horário nobre) nos têm infligido.

O Grande Ditador (Domingo, 22.20, SIC)

Primeiro filme totalmente sonoro realizado por Charles Chaplin, *O Grande Ditador* é uma das suas mais importantes obras-primas, um grande e conhecido clássico da comédia. Rodado em plena II Grande Guerra, o filme é uma tremenda sátira ao período negro do nazifascismo, servindo-se o realizador da figura de um um barbeiro judeu (Chaplin) que foge de um ghetto na «Tomânia» para vir ter à Áustria com a sua namorada (Paulette Godard) onde é confundido com Hynkel, um ditador que havia «libertado» o país. Servindo-se de um punhado de excelentes intérpretes, e utilizando um «linguajar» para-germanófilo irresistível, Chaplin compõe com alguns dos seus companheiros uma série de figuras cujos nomes estão intimamente ligados às mais sinistras figuras históricas dessa época, como Hitler (Hynkel), Mussolini (Napaloni), Gobbels (Garbitsch) ou Goring (Herring). Um filme poderoso, a não perder mais uma vez, com sequências de antologia, como a cena do escanhoar (ao som de Brahms) ou a do bailado com o globo terrestre ou, ainda, a da emocionante (embora de efeito datado) tirada final.



Rita Hayworth, intérprete principal do filme «A Dama de Xangai», de Orson Welles



Um fotograma de «O Grande Ditador», de Charles Chaplin



Anne Bancroft, Mel Brooks e Tim Matheson, numa cena de «Ser ou não Ser»

Fim-de-Semana em Camisa (Domingo, 00.30, Canal 1)

Tal como as referências apontam, este filme do cineasta francês Philippe de Broca, adaptado de uma banda desenhada, sofre dos problemas que praticamente todos os filmes congéneres apresentam ao tentar transpor para a imagem real um meio de expressão que lhe é estranho. Mesmo assim, o filme apresenta-se como uma obra interessante, com algumas sequências bem urdidas e com um naipe de intérpretes que dão excelente vida às situações mais absurdas. Tão absurdas quanto a hora que o Canal 1 escolheu para o transmitir. O que é espantoso, tendo em consideração que, nos destaques desta semana, é este o único filme da miserável programação do Canal 1 a, mesmo assim, merecer uma referência. Será incompetência ou espírito de sabotagem?

Ala-Arriba! (Segunda, 21.25, Quatro)

Jornalista, pintor, autor e cenografista teatral, realizador de cinema e

«encenador» de festejos históricos à maneira do Estado Novo (como, entre muitos outros, a Exposição Centenária ou a Exposição do Mundo Português) ou de faustosas recepções que o regime fascista proporcionou a estadistas estrangeiros (como Franco ou Isabel II), Leitão de Barros foi, objectivamente, um dos mais destacados e multifacetados vultos culturais da sua geração e do seu tempo. *Ala-Arriba!* é uma das longas-metragens que, com *Maria do Mar* ou *A Severa*, *As Pupilas do Senhor Reitor* ou *Bocage*, *Inês de Castro* ou *Vendaval Maravilhoso*, coabitam com curtas-metragens como *Legião Portuguesa*, *Mocidade Portuguesa* e tantas outras encomendas na mesma linha. Este filme, que a Quatro mais uma vez repõe, foi realizado com a participação de actores amadores e pescadores da Póvoa do Varzim - e é o retrato, bem localizado no tempo, da imagem que o «anterior regime» (como agora se diz) queria que tivéssemos do «sofredor», «ingénuo» e «bom povo português»...

Palpitações (Segunda, 22.20, SIC)

Assim como quem não quer a coisa (embora já não seja inédito, transmitido que foi pela mesma SIC há pouco mais de um ano), surge-nos esta comédia de terror, gozando com os «filmes de monstros» dos anos 50, bem encenada por Ron Underwood e com cenas de impagável suspense, ao contar-nos a história de uma pequena povoação que é atacada por vermes gigantescos!...

A Dupla Vida de Véronique (Terça, 22.45, TV 2)

Neste filme de produção franco-polaca, o cineasta Krzysztof Kieslowski conta-nos a história de duas mulheres jovens, uma chamada *Véronique* a outra chamada *Veronika*, ambas interpretadas por Irène Jacob - precisamente o contrário do que uma vez fez Buñuel, ao seguir a história de uma mesma mulher cuja personagem era desempenhada por duas actrizes. Elas não chegam a encontrar-se durante a história, embora um dia os seus caminhos estejam quase a cruzar-se. Uma vive em França, outra na Polónia. Ambas nasceram no mesmo dia e têm idênticos problemas de coração. São, as duas, maravilhosas cantoras. Uma morre, a outra não. Um filme labiríntico, extremamente belo e poético, onde se joga com o tempo, e no qual Kieslowski ensaia verdadeiras experiências no campo da narrativa cinematográfica.

Esposas e Concubinas (Terça, 00.40, SIC)

Representante ao lado de cineastas como Chen Kaige, Zhang Nuanxin, Tian Zhuangzhuang ou Wu Tianming, da chamada «quinta geração» do cinema chinês, Zhang Yimou chamou as atenções da crítica para o despertar internacional do cinema feito na República Popular da China - um pouco como o filme *Rashomon*, de Kurosawa, havia feito nos anos 50 para o cinema japonês. Com estes realizadores, inicia-se um período em que o cinema chinês abandona alguns dos estereótipos ficcionais do cinema do passado, lançando-se na

realização de filmes em cujas histórias se questionam as relações do indivíduo com a sociedade. Em *Esposas e Concubinas*, essas relações centram-se na problemática da subjugação da mulher, nas relações feudais entre um velho homem rico e as suas esposas e concubinas. Um filme de uma riqueza visual extremamente bela, de cores deslumbrantes e de significado profundo, que a encenação de Zhan Yimou nos devolve com a maior das subtilidades e intensidades.

Ser Ou Não Ser (Quarta, 21.40, Quatro)

Inspirado na história original que serviu a Ernst Lubitsch para encenar uma das suas maiores obras-primas, este é um filme em que Mel Brooks vira tudo do avesso e dá-nos a ver uma louca comédia, à sua medida. Repleto dos exageros de sempre - mas, sem dúvida, hilariante e irresistível em muitos momentos - o filme agrada, por certo, a quem não lhe levar a mal a heresia. Outra curiosidade: pela primeira vez, Brooks contracena, no cinema, com a sua mulher, Anne Bancroft.

■ Correia
da Fonseca

O jogo dos indícios

A RTP trouxe-nos a notícia: segundo o que nos contou, a população de Chelas, no Nordeste, fartinha de ter de palmilhar duas dezenas de quilómetros para romper o isolamento a que a geografia a condenara, decidiu construir ela própria, à sua custa, uma ponte que encurtou drasticamente a distância a percorrer. A inauguração do melhoramento que, na esperança dos habitantes de Chelas, poderá impedir a desertificação da localidade, teve alegria, foguetes, música, e um curioso elemento supostamente decorativo: a presença do ministro Ferreira do Amaral que, em nada tendo contribuído para a solução do problema, ali veio congratular-se. Bem se via, aliás, que com bons motivos de satisfação para isso: outros haviam feito o que a ele competia, outros tinham executado o seu trabalho, gasto o dinheiro que o Estado devera gastar (como se não tivessem pago contribuições e impostos, como se fossem cidadãos de segunda sem direito a beneficiar do Orçamento de Estado) e, como brinde final, o ministro e o governo ainda terão arrecadado alguns eventuais dividendos de prestígio aos olhos da população tão longamente preterida.

A cobertura pela RTP do acontecimento tão bizarro, para lá do decerto efeito propagandístico que alguém terá visado, valeu, contudo, por constituir um claro indício do modo como este nosso país tem andado a ser gerido: com doses bem aviadas de alheamento pelas necessidades das populações, de aproveitamento do esforço dos mais pequenos, de desvergonha. E a este indício bem podem ser acrescentados muitos outros, dia após dia, pelo telespectador que se dê ao trabalho, à paciência e, eventualmente, ao desgaste psicológico de suportar regularmente os serviços noticiosos não apenas da RTP do ministro Marques Mendes mas também da SIC de Emídio Rangel e da TVI do dr. Ribeiro e Castro. De facto, no meio da enxurrada sanguinolenta de catástrofes e desastres menores, da permanente promoção de factos e personagens irrelevantes, do constante bombardeamento anticomunista com fogo de barragem de calúnias e obuses mais pesados de grandes imposturas, todos os dias, ou quase, é possível recolher indícios que apontam para a tecitura da realidade sob a espessa camada de falsificações e camuflagens.

Vender o desastre

A coberto da suposta inevitabilidade de transigência com os tempos da «Informação-espectáculo», complementada com o tácito postulado de que espectáculo será engano e diversão, os telenoticiários instalaram-se no catastrofismo como prioridade absoluta. É forçoso reconhecer que não se trata de uma novidade absoluta: sempre, por razões de implantação em audiências

largas, por motivos que hoje se diriam «de mercado», os meios de comunicação utilizaram tragédias grandes ou menores como forma de atraírem atenções e público. Ainda havia arduas na rua, e já eles apregoavam, em certos dias, «Olha o desastre, traz o desastre!», assim vendendo mais uns tantos jornais para além da conta habitual. Aconteceu até que alguns deles, com óbvio sentido de ironia, lançavam o mesmo pregão quando o Benfica (ou o Sporting, ou o Belenenses, que por essas alturas uma derrota do Porto ainda não suscitava grande surpresa à escala nacional) perdia um jogo grande. Nesse tempo, porém, esta comercialização da catástrofe não se revestia de um carácter sistemá-

admira: os grandes males são transnacionais, como aliás se prova com a Sida, o desemprego e a estupidez.

Fragmento a fragmento

Neste caso, porém, muito importa que nos demos conta de que este enlevo perante as catástrofes, tendo directamente a ver com estratégias de «conquista de quotas de mercado», escusa alegadamente ética para toda a casta de poucas-vergonhas, não é de modo nenhum inocente no plano político, muito antes pelo contrário. Desde que cuidadosamente isoladas das causas sociais que porventura as tenham desencadeado, e neste particular as estações de TV têm todos os cuidados, as desgraças alheias sobre as infelicidades próprias, geralmente menos espectaculares, e as suas raízes. Temos, pois, o catastrofismo a ser usado como anestésico, o que é ótimo para a tranquilidade das classes dominantes e péssimo para quem as suporta.

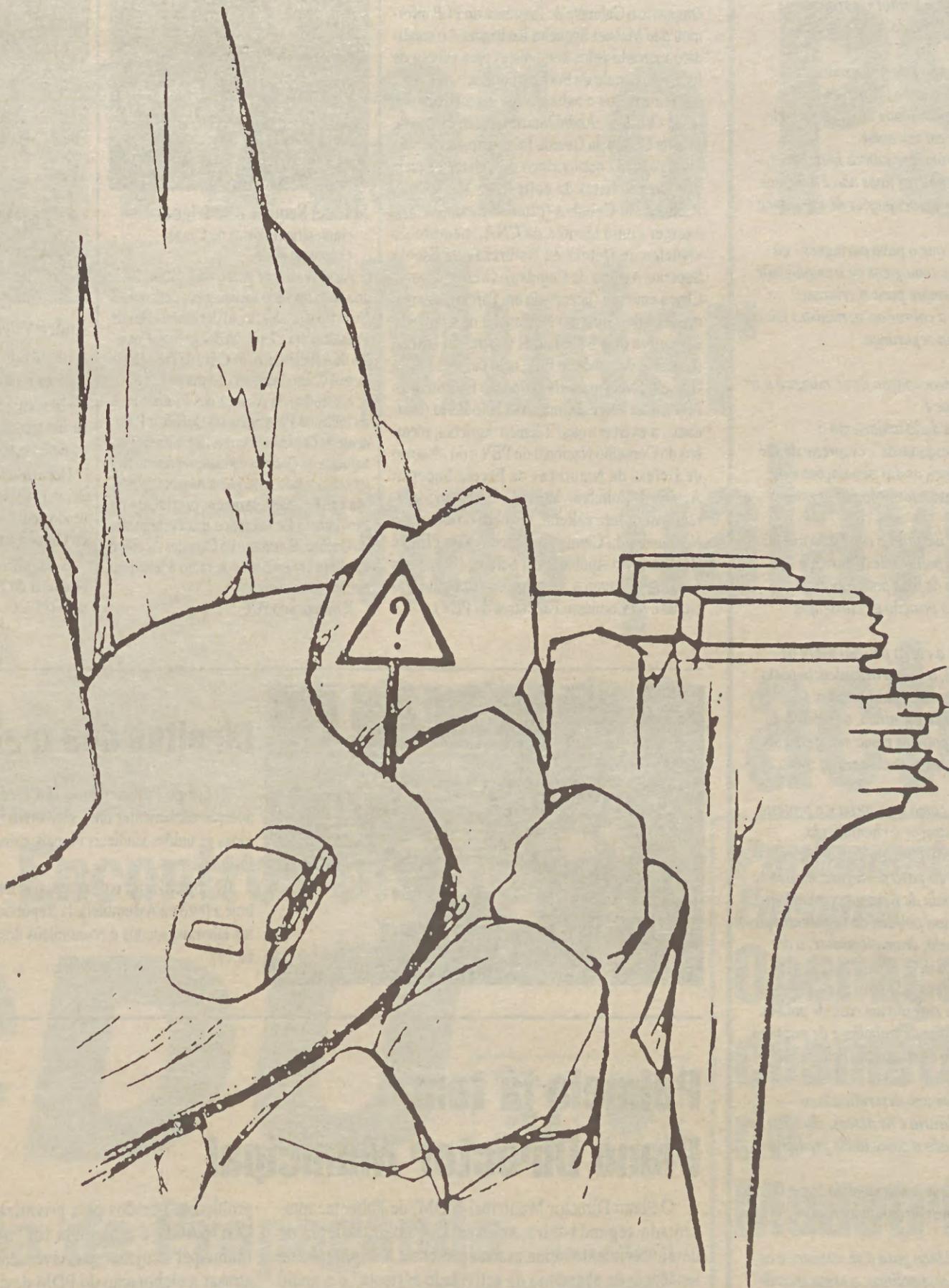
É, pois, através desta rede apertada de temas de diversão e de aldrabices integrais, que apesar de tudo é possível, e talvez interessante e divertido, captar indícios reveladores do avesso desta «realidade» mediática artificialmente urdida. Hoje é a notícia de que, para emergirem do isolamento a que os poderes públicos os condenavam, os cidadãos de uma localidade distante tiveram de pagar do seu bolso, numa espécie de duplicada tributação fiscal, a ponte que é primeiro passo para o encurtamento de distâncias relativamente ao resto do mundo. Ontem foram breves apontamentos de reportagem acerca dos sem-abrigo, dos que cada vez mais se acotovelam nos postos médicos na miragem de um apoio médico que raramente surge eficaz e atempado, uma breve alusão às angústias do desemprego crescente, as palavras de um homem honesto que

por ser bispo não pode ser objecto de censura total. E assim, fragmento a fragmento, o telespectador pode ir compondo uma imagem verdadeira do país em que vive e o perfil sinistro do poder que tem vindo a geri-lo.

tico. Quer dizer: não era a opção pretensamente jornalística que hoje é assumida quase ostensivamente não só pela Imprensa como também, e ainda com maior relevo e decerto com mais pesadas responsabilidades, pelas estações de TV.

Como qualquer telespectador pode ter verificado, ultimamente o Telejornal, principal serviço noticioso da Televisão pública, só por grande azar (isto é, só por grande sorte da Humanidade em geral) não abre com a notícia de um, ou dois, ou mesmo três grandes desastres em qualquer lugar do mundo, incluindo-se nesta categoria, naturalmente, as fomes, as pestes e as guerras que por aí fora acontecem. Na verdade, os sinistros cavaleiros do Apocalipse são, embora por via indirecta, as grandes personagens dos telejornais. Dir-se-á que não estamos perante uma prática exclusivamente portuguesa, e é verdade. Nem

Num tempo em que os concursos pela TV estão na moda, este telepassatempo, diferente e melhor, pode ter aliciantes. Dispensa o uso epidémico do telefone e dos números iniciados por 0670. Não dispensa, porém, a coerência bastante para que, daqui a uns meses, no dia de ir a votos, o telespectador se lembre da imagem que foi recolhendo ao longo dos dias. E, então, se transfira do âmbito do mero passatempo para o do exercício da cidadania, intervindo no sentido de pôr termo à dificuldade deste telejogo, a estas TV's, a quem permite (ou encomenda) que elas sejam o que são.



de FOICE

Os Bonifrates (III)

[Bonifrates (fig.): pessoas ridículas, que se não levam a sério, frívolas/ pessoas que outras fazem manobrar a seu talante, que são juguete nas suas mãos/ pessoas que pecam contra a gravidade e decoro do seu estado e sexo]

«A preocupação de segurança que o povo português tem, é exactamente a mesma que eu tenho!», garantia anteontem na televisão o ministro da Administração Interna, Dias Loureiro.

O diabo é que o sr. ministro não tem os mesmos problemas de segurança que o povo português tem. Nem o sr. ministro nem a generalidade dos que, com ele, há 10 anos falam e decidem em seu nome.

Viver em condomínios electrónicos, quintas herméticas, urbanizações patrulhadas e bairros finos não é o melhor observatório para avaliar as preocupações de segurança do povo português.

Isto pelo curto pormenor de que o povo português - ou qualquer povo - não vive nos zoológicos de tranquilidade que as classes dominantes sempre para si criaram.

É evidente que não estamos a cobrar ao sr. ministro Dias Loureiro a pessoal fruição da segurança.

Que frua e seja feliz.

A questão está na pública preocupação do sr. ministro por uma coisa que não sabe o que é.

Aliás, se soubesse, não tinha dado andamento à prerogriva ideia das "superesquadras", desprezando até à obstinação os protestos maciços das populações e o descontentamento generalizado dos próprios agentes policiais.

O que o sr. ministro sabe - e mostra na condução que há longos anos anda a fazer da política de Segurança - aprendeu-o em visão inculca de fitas policiais norte-americanas e, sobretudo, na posição de classe que escolheu trilhar.

A posição que o fez ordenar a carga policial sobre os utentes da Ponte 25 de Abril, a brutal desordem imposta pelas "forças da ordem" contra os vidreiros e a população da Marinha Grande ou, ainda, o caricato da repressão de polícias sobre polícias numa manifestação no Terreiro do Paço, para apenas convocarmos três exemplos.

Uma posição que vê o povo como uma turba e o protesto social uma subversão a destroçar à chanfalhada. Assim sendo, não diga o sr. ministro que tem as mesmas preocupações de segurança do povo português, mesmo se acossado pela inquietante onda de "justiça popular" que grassa pelo País e à qual a sua política de "concentração de recursos" policiais não está, dramaticamente, a dar qualquer resposta.

As "preocupações de segurança" do povo português devem começar mais atrás e não são um caso de polícia. São um dramático caso de falta de trabalho e de emprego, de empobrecimento contínuo e em mancha de óleo, de miséria de fome feita.

São o fruto duma política que tem desertificado os campos, estrangulado a indústria e as pescas, alienado os recursos nacionais e arruinado a capacidade produtiva do País.

É neste pântano de miséria que a marginalidade e o crime proliferam exponencialmente, entranhando-se na sociedade e corroendo-a.

Aliás, isto não deve ser novidade para o sr. ministro e os que consigo têm conduzido esta política: a segurança de que pessoalmente disfrutam (os senhores e os donos dos interesses que o vosso Governo diligentemente vem servindo) não resulta apenas do bom patrulhamento das manoirs e villages onde se movem - emerge, em primeiro lugar, do grande desafogo material que disfrutam e, antes de mais nada, garantem uns aos outros.

É por isso que o sr. ministro não pode ter "a preocupação de segurança que o povo português tem".

Se tivesse, o mínimo que fazia era demitir-se desse Governo.

Aproveitando, quiçá, para uma telefonadela a dizer: "Papá! deixei de ser ministro!"

Aí, sim, era de homem. Preocupado como o povo.

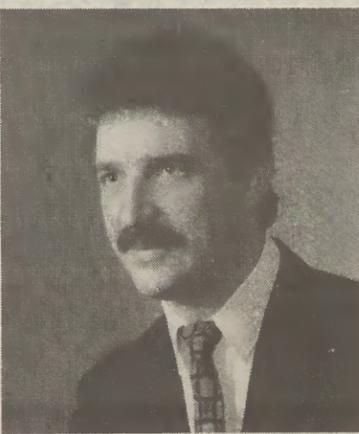
■ HC

Cabeças de lista da CDU nos círculos de Guarda e Fora da Europa

No seguimento do anúncio, anteriormente iniciado, dos nomes dos candidatos para as listas da CDU - Coligação Democrática Unitária - às eleições legislativas do corrente ano, o Partido Ecologista «Os Verdes» divulgou que André Martins foi indicado por aquele partido para cabeça de lista da CDU pelo círculo da Guarda enquanto o Gabinete de Imprensa do PCP informou que Manuel Sequeira Rodrigues é o candidato indicado pelos comunistas para cabeça de lista pelo círculo de Fora da Europa.

Refira-se que a indicação do actual deputado pelos «Verdes», André Martins, como cabeça de lista da CDU pela Guarda foi acompanhada pela divulgação de outros cinco candidatos daquele partido nas listas da coligação: Maria João Pacheco em Coimbra (estudante estagiária, a exercer como técnica da CNA, membro do «Núcleo de Defesa da Natureza» da Escola Superior Agrária de Coimbra), Orlando Romão Chão em Faro (licenciado em Direito, autarca, membro do Conselho Nacional e da Comissão Executiva do PEV), Isabel Castro em Lisboa (bancária, deputada do PEV, autarca, membro do Conselho Nacional e da Comissão Executiva do PEV), José Miguel Gonçalves pelo Porto (estudante, a exercer como Técnico Agrícola, membro do Conselho Nacional do PEV e do «Núcleo de Defesa da Natureza» da Escola Superior Agrária de Coimbra), Manuela Cunha em Santarém (animadora cultural, membro do Conselho Nacional e da Comissão Executiva do PEV) e Heloísa Brito Apolónia em Setúbal (licenciada em Direito, autarca, membro do Conselho Nacional e da Comissão Executiva do PEV).

FORA DA EUROPA



Manuel Sequeira Rodrigues

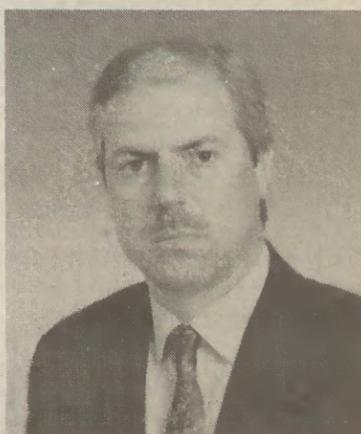
Empresário residente no Canadá
42 anos de idade

Antes de emigrar para o Canadá, em 1983, enquanto operário metalúrgico, pertenceu à Coordenadora Nacional das Comissões de Trabalhadores e foi eleito delegado ao Conselho de Administração da Caixa de Previdência (actual Centro Nacional de Pensões).

É membro da Aliança dos Profissionais da Indústria Portuguesa do Québec e Presidente da Confederação dos Organismos Portugueses do Québec, entidade representativa da comunidade portuguesa naquela província canadiana. É também presidente do Movimento Democrático dos Portugueses do Québec. É membro da Casa dos Açores e colabora em emissões de rádio e televisão em língua portuguesa.

É membro do PCP.

GUARDA



André Valente Martins

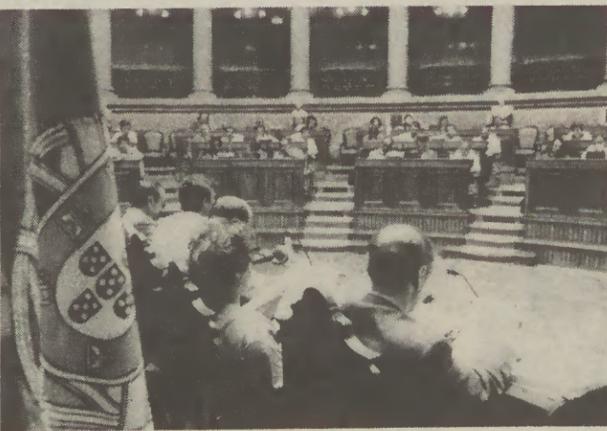
Licenciado em Sociologia

42 anos de idade

Exerceu a actividade de professor do ensino secundário e de técnico superior de administração autárquica.

Deputado à Assembleia da República desde 1989 eleito nas listas da CDU, exercendo actualmente o cargo de Presidente do Grupo Parlamentar do PEV.

É membro da Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV).



Direitos dos trabalhadores

O Grupo Parlamentar do PCP realizou na terça-feira uma audição parlamentar onde estiveram representadas a CGTP-IN, todas as uniões sindicais do país e diversas comissões de trabalhadores.

O objectivo foi o de preparar a interpelação que o PCP leva hoje a feito na Assembleia da República sobre «Estado dos direitos laborais, sociais e económicos dos trabalhadores» (ver página 11).

Palmela já tem Plano Director Municipal

O Plano Director Municipal (PDM) de Palmela, apresentado segunda-feira, apresenta como "estratégia de desenvolvimento" uma associação entre a "limitação da tendência de abandono da actividade agrícola" e o apoio e enquadramento de "novas actividades industriais".

"Promover o turismo" - rural, de negócios e cultural -, "diversificar e qualificar a oferta de habitação" e "apoiar e enquadrar a instalação de actividades indispensáveis à qualidade de vida das populações" são os outros objectivos traçados na "estratégia de desenvolvimento" consagrada no documento, que vai estar em consulta pública nos próximos 30 dias úteis.

Considerando que Palmela é "um concelho muito especial", o presidente da Câmara Municipal (CMP), Carlos de Sousa, apresentou "duas ordens de razões" para justificar o facto de o PDM apenas agora ter sido apresentado, apesar de a sua elaboração ter sido adjudicada em Novembro de 1989 à empresa EGF.

Segundo o autarca, a primeira razão tem a ver com os

problemas gerados pela privatização da empresa, agora EGF-SAGE, e a segunda foi "uma decisão da Câmara Municipal", cujos responsáveis consideraram "preferível" atrasar a elaboração do PDM devido à instalação no concelho do projecto Ford/VW (AutoEuropa) e à decisão acerca da localização da nova ponte sobre o rio Tejo.

"Um concelho com uma AutoEuropa e com uma acessibilidade (IC3) à nova ponte é necessariamente diferente. Pensámos que era preferível fazermos assim, do que estarmos a avançar só para cumprir prazos e passados 15 dias termos de fazer tudo de novo", disse Carlos de Sousa.

Relativamente à "estratégia de ordenamento", o PDM de Palmela destaca cinco "principais categorias de problemas": ordenamento urbano, ordenamento industrial, ordenamento turístico, recuperação e reconversão dos loteamentos ilegais, limitação do fraccionamento da propriedade rural e salvaguarda dos Recursos Ecológicos e Agrícolas.

